

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**As representações da cidade de Pelotas nas crônicas de
Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)**

Jéssica Oliveira de Souza

Pelotas, 2017

Jéssica Oliveira de Souza

**As representações da cidade de Pelotas nas crônicas de
Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Inez Klein

Pelotas, 2017

Jéssica Oliveira de Souza

As representações da cidade de Pelotas nas crônicas de
Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28/04/2017

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a. Ana Inez Klein (Orientadora)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Aulus Mandagará Martins
Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Paulo Cesar Possamai
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Agradeço à cidade de Pelotas, que me acolheu durante meus 6 anos de rotina acadêmica, assim como todo o corpo docente do curso de História da Universidade Federal de Pelotas e o Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa.

Com essa dissertação, finalizo um ciclo de boas amizades, aprendizagem e profissionalização, do qual sou muito grata a todos que participaram ajudando-me nos mais diversos momentos da minha moradia no sul do estado.

Registro um agradecimento especial a toda a minha família e ao meu companheiro de luta e vida, pela força e inspiração que sempre me passaram. Obrigada por me ensinarem a superar os desafios e mostrar sempre um caminho possível.

À minha orientadora, Dr. Ana Inez Klein, os agradecimentos são imensuráveis, obrigada por toda paciência e dedicação nos períodos de orientação tanto para pesquisa, quanto para vida.

À prof. Dr. Dalila Muller, pelas contribuições na banca de qualificação e ao Prof. Dr. Aulus Mangará, pelo olhar atencioso ao compartilhar conhecimentos e experiências sobre a crônica e a pesquisa literária. Minha expectativa é de que suas contribuições sejam percebidas no texto aqui apresentado.

Aos professores, Edgar Gandra e Paulo Possamai, muito obrigada por toda contribuição ao longo da pesquisa, pela oportunidade de ser monitora voluntária e pela parceria estabelecida com o Núcleo de Pesquisa em História Regional.

Resumo

SOUZA, Jéssica Oliveira de. **As representações da cidade de Pelotas nas crônicas de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)**. 2017.126f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

A presente dissertação discute o emprego de uma fonte peculiar para o estudo da história. A crônica é um gênero da literatura, popularizado no século XX, com o surgimento da imprensa. Sua produção está vinculada aos periódicos, é feita para logo ser consumida, sendo breve e costumeiramente aborda temas sensíveis na perspectiva das representações urbanas. Alberto Coelho da Cunha (1853-1939), durante seus 41 anos como servidor público, desempenhou importante papel registrando a história da cidade de Pelotas. Dedicou-se a escrever, como cronista, para colunas de jornal, o cotidiano urbano e rural da cidade onde se vê acentuar traços e características da industrialização. É nesse cenário de mudanças e transformações, na passagem da cidade “movida pelo charque à cidade pautada pelo relógio da industrialização” (LONER, 2001), que o escritor produz seu conjunto de crônicas denominado “Antigualhas de Pelotas”. A pesquisa se desenvolve a partir da análise das crônicas produzidas por Alberto, hoje, salvaguardadas na Bibliotheca Publica Pelotense (BPP), compondo o Fundo Documental Alberto Coelho da Cunha, para fins de contribuir com os estudos sobre a cidade de Pelotas do século XX.

Palavras-chave: história da cidade; Pelotas; crônica; Alberto Coelho da Cunha

Abstract

SOUZA, Jéssica Oliveira de. **The representations of the city of Pelotas in the chronicles of Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)**. 2017. 126f. Dissertation (Master in History) - Post-Graduate Program in History. Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2017.

The dissertation discusses the use of a peculiar source for the study of history. Chronicle is a genre of literature popularized in the twentieth century with the emergence of the press. Its production is linked to the periodicals, it is made to soon be consumed, being brief and customarily it approaches sensitive subjects from the perspective of the urban representations. Alberto Coelho da Cunha (1853-1939), during his 41 years as a public servant, played an important role in recording the history of the city of Pelotas. He devoted himself to writing, as a chronicler, for newspaper columns, the urban and rural daily life of the city where he sees the accentuation of traits and characteristics of industrialization. It is in this scenario of changes and transformations, in the passage from the city "moved by charque to the city ruled by the clock of industrialization" (LONER, 2001), that the writer produces his set of chronicles called "Antigualhas de Pelotas". The research develops from the analysis of the chronicles produced by Alberto, today, safeguarded in the Bibliotheca Publica Pelotense (BPP), composing the Documentary Fund Alberto Coelho da Cunha, in order to contribute with the studies about the city of Pelotas of the twentieth century.

Keywords: city history; Pelotas; Chronic; Alberto Coelho da Cunha

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa localizando a casa da escritora	16
Figura 2 - Mapa do Parque Dom Antônio Zattera, Catedral Metropolitana São Francisco de Paula e a Praça Coronel Pedro Osório	17
Figura 3 - Foto Alberto Coelho da Cunha	21
Figura 4 - Mapa do Uruguai e Rio de Janeiro, passando por Pelotas	22
Figura 5 - Mapa de Arroio Grande e Pelotas	27

Sumário

De Clio a Calíope, algumas considerações iniciais	9
Introdução	11
Capítulo I: “O homem tem a idade que sente”: a vida de Alberto Coelho da Cunha	16
1.1 Cronista, contista, servidor público e republicano: a história de homem de letras no início do século XX, pelotense	22
Capítulo II: Entre Machado de Assis e Alberto Coelho da Cunha: a caracterização e transformação da crônica como gênero literário brasileiro e sua utilização como fonte histórica.....	32
2.1 Duas formas da crônica: Machado de Assis e Alberto Coelho da Cunha	39
Capítulo III: A “princesa do sul” do século XX: as representações da cidade de Pelotas nas crônicas de Alberto Coelho da Cunha	47
3.1 A cidade charqueadora em crise: o retorno ao passado.....	51
3.2 Para além do ideal republicano: outras representações da crônica de Alberto Coelho da Cunha	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
Anexos	73
Referencial Bibliográfico	123

De Clio a Calíope, algumas considerações iniciais

Cabem, antes de embarcarmos nessa trajetória histórica, algumas considerações sobre a realização dessa pesquisa.

Motivado pelos encantos de Clio e Calíope, surgiu no ano de 2011, na Universidade Federal de Pelotas, um grupo de alunos determinados a estudar as relações entre os domínios destas duas musas. Acolhidos e coordenados pela professora Ana Inez Klein, da área de Teorias da História, tivemos os primeiros contatos com autores como Roger Chartier, Sandra Pesavento, Peter Burke, Lawrence Stone, entre outros. Constituíam-se assim o projeto de ensino “Relações da História com a Literatura”.

Com o objetivo específico de estimular, entre os alunos de graduação, o estudo de diferentes aspectos das relações entre a História e a Literatura sob o ponto de vista do historiador a través de duas fundamentais abordagens - o que o Historiador pode aprender com o modo de fazer ficção e como a Literatura se pode ser fonte da História - o projeto justificava-se tanto pela procura de alunos de história pela temática quanto pela evidência de uma renovação ocorrida desde dentro da produção do conhecimento histórico, sobretudo a partir dos anos 80, que oportunizou um intenso debate por parte dos historiadores sobre a relação da História com a Literatura.

Quando me inseri ao grupo, ainda caloura do Curso de Bacharelado em História, pude identificar e investir nas minhas aspirações temáticas e afinar minhas leituras de textos historiográficos. Concomitante à sedução pelos encantos da relação entre História e Literatura, me aproximei mais da história da cidade de Pelotas, trabalhando no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Região do Anglo, coordenado pela professora Noris Leal do Departamento de Museologia da UFPel.

No ano de 2012, fui apresentada às crônicas de Alberto Coelho da Cunha pela professora Ana Inez Klein, que recém-chegada à Universidade Federal de Pelotas, criou um projeto para estudar o cronista pelotense, à semelhança do que havia realizado na sua dissertação de mestrado, quando analisou um cronista porto-alegrense. Nesse mesmo ano, ingressei em um projeto de pesquisa, coordenado pela mesma professora, intitulado: “A pesquisa sobre a cidade no Rio Grande do Sul”. Eu tinha a oportunidade, então, de trabalhar com a temática das relações entre a história e da literatura, a partir de um cronista e com enfoque da pesquisa sobre a cidade de Pelotas.

Alguns aspectos relativos a este universo das crônicas e sua relação com os fatos cotidianos da cidade de Pelotas, tendo como autor Alberto Coelho da Cunha, foram apresentados no trabalho de conclusão de curso de História, no ano de 2014 na Universidade Federal de Pelotas, intitulado: A análise das crônicas de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939) como fonte da história da cidade de Pelotas, o qual serviu de mola propulsora para essa dissertação.

Introdução

Em 17 de outubro de 1939, o jornal pelotense Diário Popular, encerrava uma de suas colunas, escrita por Alberto Coelho da Cunha.

Havia falecido o filho abolicionista do Barão de Corrientes. Contista, colunista, secretário aposentado da Intendência do Tesouro Municipal de Pelotas, mas, principalmente, para fins desse trabalho, aquele que, diferentemente de outros grandes nomes da literatura pelotense, como João Simões de Lopes Neto (1865-1916), manteve o compromisso, durante anos, de escrever, semanalmente, para jornais a história cotidiana da cidade de Pelotas.

Na nota de despedida da coluna, a redação do periódico assim faz referência ao colunista:

Em tudo que escrevia, Alberto Cunha se mostrava um esmerado. Esmerava-se na forma e no estilo. Aquela, sempre pura, este, enveredando para os clássicos. Esmerava-se, também, nos por menores, guardando-lhes fidelidade absoluta, até mesmo quando sublinhava os seus comentários com certa dose de ironia. “[...] Com a morte de Alberto Cunha, o DIÁRIO POPULAR perde um dos seus mais ilustres colaboradores, uma das suas mais legítimas preciosidades.” ACERVO DA BPP, caixa 002, Recorte de periódico, Coluna: Vidas Secas, Outubro: 1939.

Alberto, como será chamado nesse trabalho, manteve-se um escritor ativo até os últimos anos de vida, tendo uma produção valiosa sobre a história Pelotas. Além de produzir para o Diário Popular, seus escritos encontram-se nas folhas de periódicos como: Revista do Parthenon¹, O Jornal do Comércio², Diário de Pelotas³, A Opinião Publica⁴ e A Voz do Escravo⁵, entre outros. Infelizmente muitos desses periódicos não deixaram vestígios suficientes para que deles tivéssemos acesso. Sua última produção foi as “Antigualhas de Pelotas” e, segundo Arriada (1993), a parte publicada no jornal “A Opinião Publica”, tem 81 artigos. Seus primeiros contos tiveram como cenário as charqueadas. Alberto

¹Fundada em 1868, órgão de divulgação da Sociedade Parthenon Litterario.

²Fundado em janeiro de 1869, foi extinto em 1883. “Apresentava-se como órgão político, comercial e noticioso” (LONER et al, 2010, p.156).

³Órgão do Partido Liberal, que atuou na cidade de 1866 à 1889 (LONER et al, 2010).

⁴Começou a circular em 1896, foi comprado pela gráfica do Diário Popular em 1944 e continuou a ser editado até 1962 (LONER et al, 2010).

⁵ Voltado à propaganda abolicionista, começou a circular em 1881. Seu dono era negro e livre, Manoel Conceição da Silva Santos. Foi “um meio de iniciar a campanha da abolição na cidade.” Encerrou suas atividades no mesmo ano (LONER et al, 2010, p.260).

também fez apontamentos sobre a história do Rio Grande do Sul, seu relevo e a história da república.

Após 15 anos de residência na Estância *Paraizo*, de 1875 a 1890, o cronista retorna à cidade de Pelotas, assumindo o cargo de procurador da intendência, entre seus 37 e 38 anos de idade. Trabalhando na seção de estatística, próximo de sua aposentadoria, teve acesso aos documentos históricos do município, período em que iniciou a publicação das crônicas na sua coluna.

A coluna de Alberto Coelho da Cunha pode ser dividida em duas fases caracterizadas pelo estilo de editoração. A primeira, entre os anos de 1928 e 1929, publicada diariamente no periódico “A Opinião Publica”, com título em destaque (“Antigualhas de Pelotas”), margens tipográficas diferenciadas e sua assinatura. A segunda, com auge de publicação em 1938 até sua morte, publicada no jornal “Diário Popular” no corpo do editorial, sem destaque ou assinatura, intitulada cada semana pelo nome de uma rua da cidade de Pelotas.

No primeiro ano de circulação das suas crônicas, em 1928, Alberto publicou sobre temas históricos diversos, como ‘Os velhos cemitérios’, ‘A vinda do padroeiro’, ‘Primeira distribuição de terras’, ‘Segunda distribuição de terras’, ‘Fundação da Freguesia’, ‘Pestes espanhola e indiana’ e ‘Formação suburbana’. São 81 publicações, que compõem a primeira fase de circulação das crônicas do autor, principal objeto de análise da presente pesquisa.

Em seu último ano de vida, aposentado, Alberto dedicou-se a publicar exclusivamente crônicas, escrevendo a segunda parte de sua coluna “Antigualhas de Pelotas”, que circulava semanalmente no jornal Diário Popular.

Dessa segunda parte não há um conjunto de informações organizadas e disponíveis para acesso público, motivo pelo qual não foram analisadas durante a pesquisa. Guilherme Echenique⁶ faz referência a essa produção nos últimos

⁶ “Seu amigo e cunhado Guilherme Echenique teve o privilégio de poder conviver e dialogar constantemente com Alberto Coelho da Cunha, externando pelo mesmo uma grande admiração, não apenas pelo parentesco, pois sua esposa D. Silvana Cunha era irmã de Alberto, mas pelos longos anos de militância em torno do ideário republicano. Para Guilherme, Alberto era uma pessoa de ‘caráter sóbrio e taciturno, de restrita receptividade, naturalmente retraído e refratário às falazes convenções sociais, que instintivamente repulsava, com requintes de mordente ironia (...)’.” (ARRIADA, 2014, p.212).

parágrafos de seu livreto biográfico, sendo o único registro de autoria encontrado em domínio público:

Aí estão do conhecimento de todos, as "Antigualhas de Pelotas", e os históricos das ruas da cidade e do território do município, oferendas preciosas com que, ainda nos últimos meses e nos últimos dias de sua reclusa, paciente e conformada existência, aos pelotenses brindou, pelas colunas do DIÁRIO POPULAR. (ECHENIQUE, 1940, p. 21)

Registrando a formação da cidade, que passa da condição de Freguesia à municipalidade, o autor em suas crônicas apresenta um valioso material a ser explorado. Em anexo ao texto, segue três crônicas completas, publicadas em 1928, onde pode se verificar a presença traços ou registros históricos na crônica do autor, bem como o desenvolvimento de sua escrita desde o surgimento do distrito, até seus primeiros traços de modernidade.

Alberto Coelho da Cunha, conhecido na segunda metade do século XIX como pseudônimos Victor Valpério e Jatyr, faleceu no dia 15 de outubro de 1939, após um "insidioso ataque de hemiplegia" (ECHENIQUE, 1940, p.3).

Este trabalho tem por objetivo estudar tais crônicas e analisar as representações da cidade de Pelotas durante o início do século XX, trazidas pelo escritor. Pensar a crônica como fonte da história é pensar as diversas formas como a vida pode ser representada em determinado período. É mexer com o sentimento, com a delicadeza de um passado o qual jamais tomaremos em mãos, como um objeto de estudo concreto, palpável e que se caso der errado poderemos arrumar, modificar, acelerar ou desacelerar os resultados que foram dele obtidos (PESAVENTO, 2004b).

Para melhor conhecermos a crônica de Alberto e compreendê-la como fonte da história de Pelotas, o primeiro capítulo da dissertação objetiva, através da análise documental em fonte primária e revisão bibliográfica, apresentar a vida do escritor que se dedicou a escrever crônicas, sendo um observador atento da sua cidade.⁷ Com uma pequena introdução sobre a relação da escrita biográfica e o papel do historiador, essa seção permitirá o leitor acompanhar as análises feitas sobre a crônica do escritor pelotense.

⁷ Para fins de o leitor acompanhar melhor a vida de Alberto, em anexo segue a cronologia do escritor.

Na abertura de sua coluna, a redação do jornal “A Opinião Publica” faz o seguinte comentário, em 29 de junho de 1928:

Noticiamos há dias que com as escavações feitas à Avenida Bento Gonçalves para a colocação da rede de esgotos da luz, haviam sido encontradas ali diversas ossadas humanas.

A esse respeito, o Sr. Alberto Coelho da Cunha forneceu-nos as seguintes interessantes notas que com prazer agasalhamos em nossas colunas. (A Opinião Publica 29/06/1928, Pelotas/RS).

Caracterizada na crônica de Alberto como uma Pelotas “mansa e acolhedora de índole, que vinha desde que nascera, fazendo vida pacata e descuidada” (CUNHA, 1928), pouco se sabe sobre a vida cidadina dessa urbe escravocrata após a decadência do charque. O escritor é convidado publicar sobre acontecimentos de sua cidade em 1928, em função da expansão da rede de esgoto, fato cotidiano gerado pelas novas políticas de higienização da cidade.

Ganhando impulso com a abertura proporcionada pela Escola dos Anais e se consolidando na “Nova História Cultural”, a partir de sua presença na imprensa de periódicos, a crônica remonta um cenário urbano a ser desbravado pelo historiador (KLEIN, 1997).

Gênero literário já consolidado, essa forma de narrativa simples, direta e de rápido consumo, a crônica como fonte da história será analisada no segundo capítulo dessa dissertação. Além de situar a trajetória da crônica enquanto fonte para o conhecimento histórico, o capítulo terá como objetivo situar o leitor em que formato ou tipo de crônica Alberto se dedica a construir seus textos, adotando como referencial o trabalho realizado pelo historiador Sidney Chalhoub que teve como objeto de estudo o literato e cronista Machado de Assis.

É possível relacionar a valorização do estudo das crônicas com o estímulo aos estudos sobre as cidades, mas mais certo seria afirmar que os estudos sobre a cidade encontram na crônica muitas possibilidades e abordagens: imaginários, informações, cenários, movimentos, cores, estatísticas, personagens

Marisa Carpintéro e Josianne Cerasoli, em seu texto intitulado “A cidade como história”, afirmam que, apesar dos ares de novidade, é só na década de 1980 que o tema da cidade se insere no campo historiográfico brasileiro:

As abordagens são numerosas, proporcionais à quantidade de pesquisas sobre questões urbanas constantes na historiografia, apesar da relativa novidade da temática que apenas na década de 1980 veio a se tornar efetivamente pauta dos estudos históricos no Brasil. (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p.70)

As produções historiográficas sobre o período de transição da cidade de Pelotas quase colonial para a cidade moderna, ou já com traços de modernização, assunto abordado no terceiro capítulo da dissertação, são relativamente escassas, se comparada com a produção historiográfica do período imperial, considerado o da opulência da cidade charqueadora. Este tem por objetivo apresentar para o leitor as representações da cidade de Alberto, pós-abolição, resultante no declínio da charqueada e ascensão da indústria.

Vale ressaltar que o trabalho não foi subsidiado financeiramente por órgãos de pesquisa e nele constam somente documentos de domínio público, não constam no processo de análise documental, nenhum registro privado.

Capítulo I

“O homem tem a idade que sente”⁸: a vida de Alberto Coelho da Cunha

Entre os ladrilhos hidráulicos de uma Pelotas de outrora, as ruas acompanhadas de seus casarões oitocentistas ou das primeiras décadas do século XX e a chuva, que traz o anúncio de um típico dia pelotense, mais precisamente na Rua Benjamin Constant, do lugar da cidade onde Ihes fala esta autora, começam as observações e inspirações para os escritos que seguem. Esta rua pode-nos leva ao Porto de Pelotas, ponto importante e estratégico para a história desta cidade. Os caminhos que a interceptam, como suas ruas perpendiculares, também nos orientam a destinos relevantes da narrativa, como o Canal São Gonçalo, onde desemboca o Arroio Pelotas, considerado um fator indispensável nesse processo histórico.

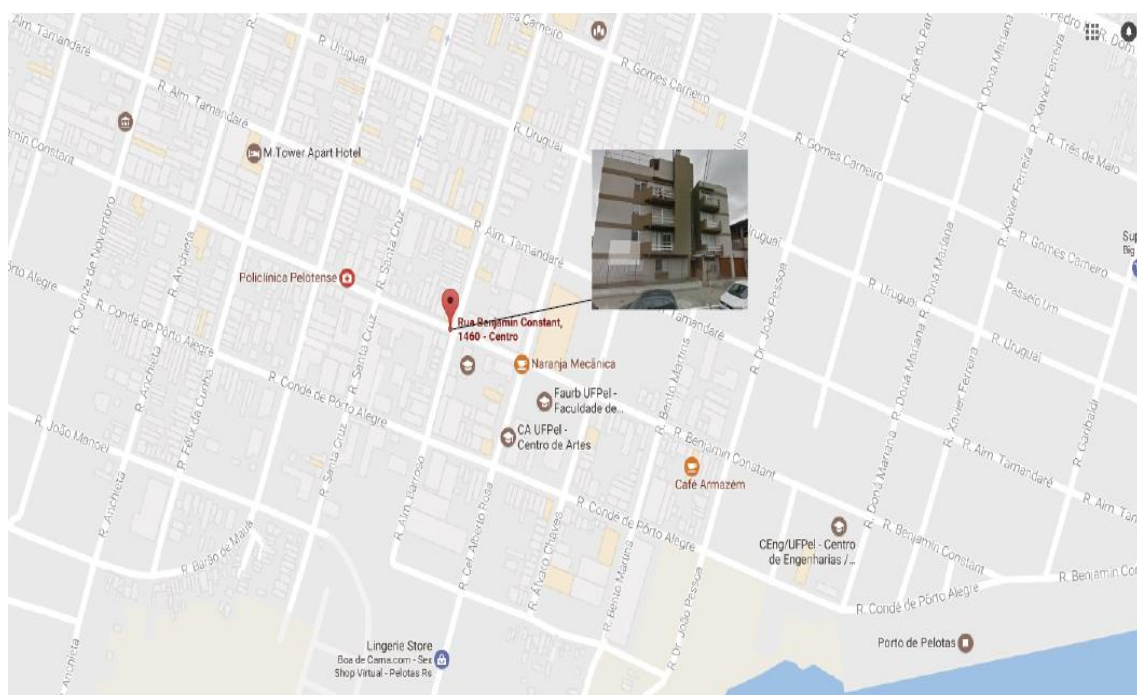


Figura 1 - Mapa da casa da escritora.

Daqui nos deslocamos para Rua Cassiano, ao seu prédio de número 401, localizado entre as ruas Marechal Deodoro e General Osório, em um sobrado, de 11 aberturas onde morou, a partir 1890, Alberto Coelho da Cunha. O escritor, de sua morada, facilmente ambulava pelo centro da cidade que crescia durante virada do século XX, trabalhava na Intendência Municipal, localizada ao redor da atual Praça Coronel Pedro Osório. No início desenvolvia suas atividades na

⁸ (CUNHA *apud* ARRIADA; SANTOS, 2007)

Procuradoria da Intendência, sendo que mais tarde passou a ser Secretário do Tesouro, mas permaneceu por mais tempo no setor de estatística.



Figura 2 - Mapa entre o Parque Dom Antônio Zattera, Catedral Metropolitana São Francisco de Paula e a Praça Coronel Pedro Osório.

Apesar de sua presença efetiva no cenário político, não demonstrou grande interesse por cargos ou carreira na área. Quando seu cunhado, Guilherme Echenique, fala da sua tomada de posse em cargo público, afirma: “A 10 de dezembro de 1890, tomou posse do modesto cargo, que, aliás, se

coadunava com o seu temperamento desambicioso” (ECHENIQUE, 1940, p.19). Neste capítulo, descobriremos mais sobre este cronista pelotense, que se dedica a escrever crônicas, já em sua velhice, destacando sua condição paradoxal sendo ele um homem da elite, letrado e também um trabalhador urbano, observador da sua cidade.

Atentamos aqui, para a tendência da historiografia contemporânea, em se preocupar mais com as narrativas e singularidades, bem como a crise moderna dos movimentos coletivos, impulsionam o retorno do gênero biográfico dentro da construção do conhecimento histórico. Avelar (2010) afirma, ainda, que “[...] os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos”. Entretanto, esse método de escrita nem sempre foi bem-visto no universo dos historiadores. Segundo Schmidt:

[...] século XIX foi marcado pela discussão a respeito do papel do indivíduo na História. Essa, à medida que se constituía como uma disciplina autônoma e com pretensões científicas, acabou menosprezando o estudo de trajetórias individuais, estigmatizando a biografia como um gênero menor, mais próximo do anedótico e do antiquarismo dos amadores (2003, p. 61).

A grosso modo, pode-se afirmar que no século XIX o desenvolvimento da escrita histórica estava diretamente comprometido em provar sua cientificidade, produzindo relatos de fatos ou produzindo teorias sociais e econômicas que propunham as classes e os movimentos coletivos como geradores dos eventos históricos. Para Del Priore (2009), o historiador Jacques Le Goff, além de introduzir o gênero biográfico, desvinculou a análise historiográfica da existência de longa duração⁹ em toda análise histórica. A mesma autora nos diz que “Le Goff é o melhor exemplo do que propunham os historiadores franceses ao reinventar a biografia.” Assim, desfaz a farsa sobre oposição ‘indivíduo e sociedade’, na perspectiva de que o indivíduo não existe só, mas que “ele só existe ‘numa rede de relações sociais diversificadas’” (DEL PRIORE, 2009, p.10).

A construção da narrativa biográfica dentro da historiografia se distancia do gênero literário ou jornalístico em alguns aspectos. Não se busca uma

⁹ O teórico da História Fernand Braudel criou, em meados do século XX, uma teoria para a História que a divide em três tempos diferentes: a curta duração, a média duração e a longa duração. Sua obra *A Longa Duração* apresenta o modelo da pluralidade dos tempos históricos (factual/conjuntural/estrutural)

descoberta mais relevante que outra, na perspectiva de bisbilhotice sobre a vida do biografado, porque também há um compromisso com a ética por parte do historiador, a ser respeitado. O campo da escrita biográfica dentro da história, hoje, se confronta com conceito muito usual dentro do campo das ciências sociais, de trajetória de vida, individual ou coletiva, vale ressaltar que discutir tal aporte teórico não é o objetivo deste capítulo, tão pouco da pesquisa em geral.

Optamos em seguir o caminho biográfico, salientando a fala de Schmidt, em uma de suas conferências, quando nos fala sobre o papel do historiador biógrafo:

[...] para o historiador biógrafo em particular, não existem fatos importantes em si, que precisam ser revelados “do a quem doer”; além disso, o que lhes interessa não é o inusitado por ele mesmo. Também sua forma de encarar a verdade é – ou deveria ser – mais sofisticada, e tensionada, do que aquela própria do senso comum, limitada à factualidade imediatamente apreensível. [...] Respeito pelo personagem biografado – no sentido de compreendê-lo em sua historicidade e não como uma celebridade a ser desnudada – e respeito pelas regras, historicamente construídas, do ofício de historiador: tais me parecem ser os parâmetros mais importantes desta ética particular, aquela do profissional de História que se dedica a perscrutar os caminhos e descaminhos de uma vida (AVELAR apud SCHMIDT, 2009, p. 24-25).

Nessa perspectiva é possível perceber na fala de Schmidt sua preocupação em destacar a forma como o historiador encara a verdade e o cuidado que este deve ter com seu objeto de pesquisa. O retorno da biografia na “Nova História” estabelece uma linha tênue entre a escrita histórica e a criação literária, ou das relações que se estabelecem com a subjetividade e a ficção, dentro da narrativa historiográfica. O que se afirma na escrita de Avelar é que o campo da escrita biográfica é um palco privilegiado de experimentação para o historiador:

[...] historiador-biógrafo não pode renunciar à tarefa de narrar uma história verdadeira a partir da observação de certos cânones constituintes da pesquisa histórica. Esta sensação de poder controlar o curso da vida de seu personagem é, ao mesmo tempo, a força que dá sentido ao trabalho de construção do texto biográfico e seu maior risco, uma vez que, convencido de sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual, o biógrafo se vê numa encruzilhada narrativa ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem respostas. Talvez, então, ele se dê conta da dimensão *ficcional* de toda biografia. O campo da escrita biográfica é certamente um palco privilegiado de experimentação para o historiador, que pode avaliar o caráter ambivalente da epistemologia do

seu ofício, inevitavelmente tenso entre seu pólo científico e seu pólo ficcional. (2010, p.161)

Utilizemo-nos aqui para realizar tal experimentação e chegarmos a uma metodologia consistente de pesquisa, fontes encontradas nos jornais locais da década de 1920 e do Fundo Alberto Coelho da Cunha, salvaguardado na Bibliotheca Publica Pelotense. O trabalho se restringe aos documentos que se encontram em domínio público e estão disponíveis para acesso. A maior parte das fontes utilizadas são fontes bibliográficas, onde buscamos, nas publicações recentes sobre a cidade de Pelotas, reunir o maior número de informação sobre a urbe e seu cotidiano da primeira metade do século XX.

1.1 Cronista, contista, servidor público e republicano: a história de homem de letras no início do século XX, pelotense

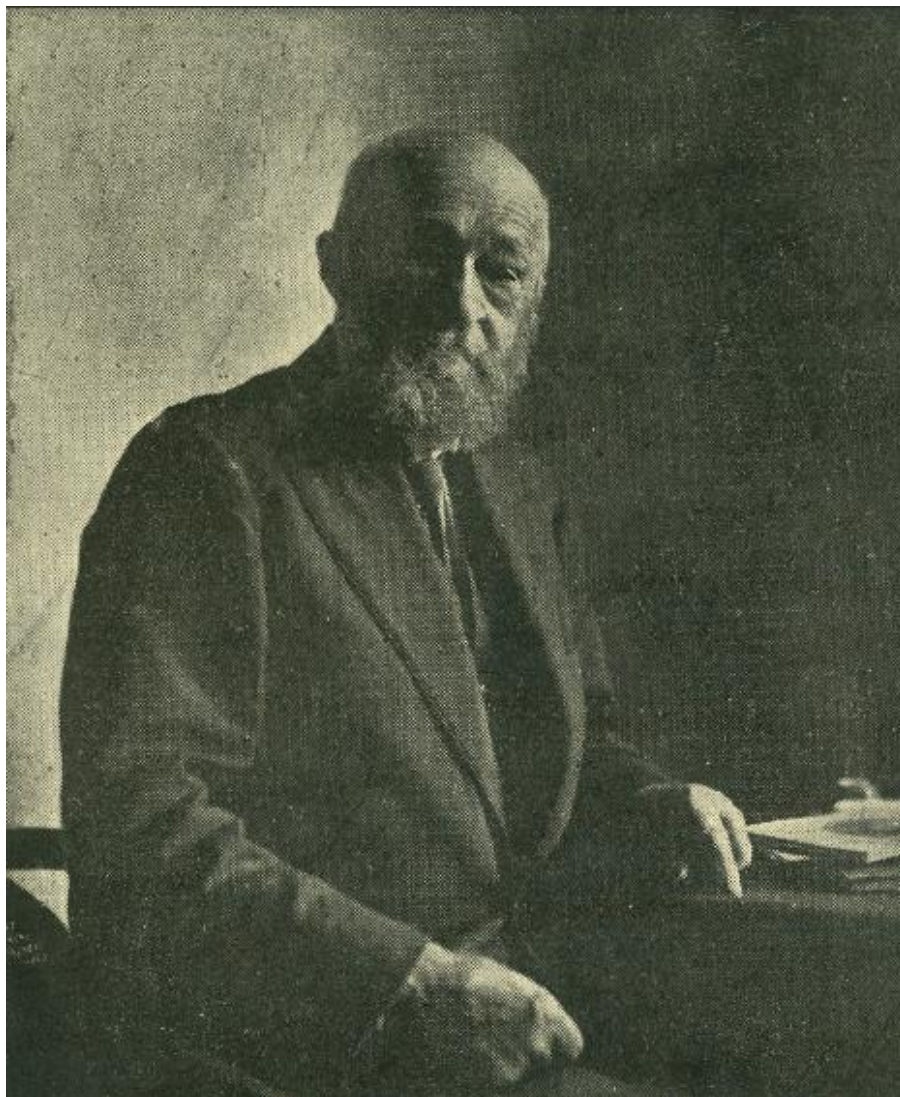


Figura 3 - Foto Alberto Coelho da Cunha
Alberto Coelho da Cunha. (ECHENIQUE, Guilherme. **Alberto Coelho da Cunha – Traços Biográficos**. Pelotas: 1940. p.1.)

Alberto Coelho da Cunha nasceu no dia 13 de setembro de 1853, sendo filho de Felisberto Ignácio da Cunha e Maria Antônia Coelho. Pelo lado paterno são seus avós José Inácio da Cunha e Zeferina Gonçalves da Cunha. Sendo bisavôs paternos Manoel Inácio Gomes e Tereza Maria da Silva, ao mesmo tempo paternos e maternos, Felisberto Gonçalves Leal e Anna Maria de Jesús, e pelo materno Jerônimo José Coelho e Maria Avila da Silveira.

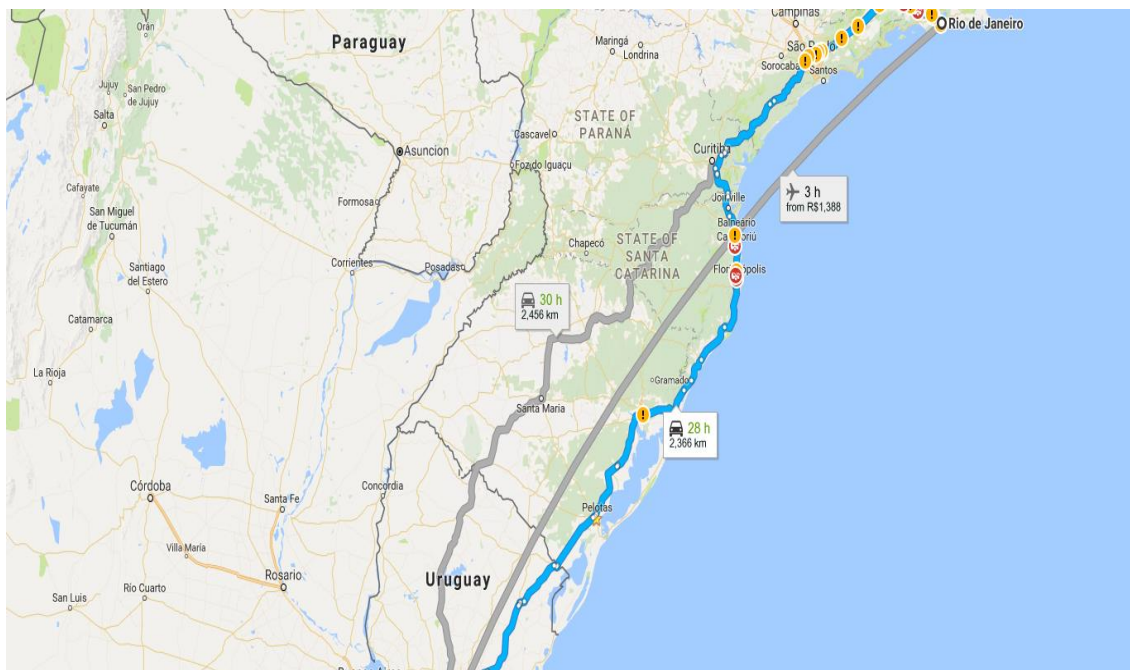


Figura 4 - Mapa entre Uruguai e Rio de Janeiro, passando por Pelotas.

Aos seis anos (1859) de idade Alberto conheceu o mundo das letras, apresentado pela sua primeira professora Marucas Domingues, na cidade de Pelotas. Durante sua infância frequentou o colégio primário conhecido como “Polegada”, de Inácio de Miranda Ribeiro, logo após ingressou no ensino secundário José de Seixas. Como um bom pelotense e filho de charqueador, aos treze anos, mudou-se para capital do Império com o objetivo de dar continuação aos seus estudos. No Rio de Janeiro se matriculou no Colégio São Salvador e posteriormente transferiu seus estudos para o Colégio Perseverança, no centro da cidade.

Durante as férias escolares de 1869, retornou a Pelotas para ver a família, no período apresentava um quadro persistente de laringite, “desistindo de voltar para a metrópole” (ECHENIQUE, 1940, p.4). Por decisão da família, aos 16 anos, o jovem Alberto de proveniência abastada e correspondendo a alguns dos comportamentos esperados para tal em sua época, fixa residência em Pelotas e se dedica a trabalhar no escritório de seu pai como ajudante de guarda-livros – atividade que inspirou o título desta subseção. Pouco se sabe sobre a trajetória ou biografia dos pais do escritor.

Dona Maria Antônia Coelho, pelas escassas evidências históricas parece ter sido uma mãe e esposa como seguia o perfil da época, sem muitas atividades

externas a família. Das poucas informações encontradas ao decorrer da pesquisa, sobre seu pai, em um dos recortes de jornais, localizado na pasta 002 do seu acervo na Bibliotheca Publica Pelotense, está à coluna intitulada “VIDAS”, escrita por Zênia de Léon, sem datação. Nela, a escritora se refere a Felisberto Cunha como homem de destacada posição social, política e econômica. Ele possuía charqueadas em Pelotas e no Uruguai, tendo influente participação no Partido Liberal.

Charqueador de conceituado poder econômico, o pai do cronista recebeu o título de Barão de Corrientes pelo Conselho de Dantas, após libertar suas escravas antes dos demais charqueadores da região, segunda Zênia, informações que Arriada e Santos (2007) confirmaram em seu artigo. A instrução de Alberto no campo político e literário vem desde o âmbito familiar. Guilherme Echenique (1940) relata que enquanto Alberto trabalhava de ajudante de guarda-livros escreveu seus primeiros contos em momentos de folga, no escritório do pai. Nesse período foi membro da Revista Parthenon Literário, onde escreveu e publicou seus primeiros contos e pequenas novelas, entre eles: “Contos Rio-Grandenses: apreciações” (1872); “Mãe de Ouro” (1873); “Pai Felipe: um episódio de charqueada” (1874); “A Filha do Capataz” (1874/75) e “Um Farrapo não se rende” (1874/1875) (ARRIADA; SANTOS, 2007, p.4).

Suas primeiras produções e aparições tiveram cunho abolicionista e republicano, estando mais ligadas à escrita literária na forma de contos. Convidado por Aquiles Porto Alegre, ingressou na “Revista do Parthenon”¹⁰ com os pseudônimos de Victor Valpírio e Jatyr. Assim foram inseridos os dois pseudônimos de Alberto Coelho da Cunha no universo de escritores ativos, durante o século XIX, que preencheram as páginas dos periódicos regionais e pelotenses da época. Aquiles motivou-o a continuar produzindo, mas já de início Alberto se deparava com alguns incidentes oriundos da posição política em que escrevia. Na fantasia literária intitulada “Pesadelo”, por exemplo, submetida à Revista do Parthenon, descrevia:

¹⁰ Mauro Nicola Póvoas, em “Fontes primárias e dúvidas literárias: o caso Murmúrios do Guaíba”. Publicado na Revista Iluminart, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 69-76. Afirma que “a Sociedade Parthenon Litterario, criada em 18 de junho de 1868 foi uma associação literária brasileira, considerada a principal agremiação cultural do Rio Grande do Sul do século XIX.” “Foi o órgão que efetivamente formou e consolidou um sistema literário no estado” e tinha em Aquiles de Porto Alegre um dos seus membros honorários.

Tal 'pesadelo' assaltava "D. Pedro Ultimo", que via em sonho esboroar-se o único trono que pompeava em terras americanas; que sentia resvalar-lhe da frente a corôa imperial, submergindo-se em ondas revolucionárias, desencadeadas pelos espiritos vingativos de Felipe dos Santos, Tiradentes, Badaró, Rateciif, Pedro Ivo, Padre Roma, Frei Caneca; cujos fantasmas surgiam para aterrorizar a Magestade que, soltando um grito lancinante, acordara ante a vizão de sua familia expatriada, a caminho do exilio. (ECHENIQUE, 1940, p.5)

Devido ao “tom revolucionário”, por fazer analogia ao fim do império, os sócios do “Parthenon” definiram a literatura de Alberto como inadequada para a Revista, uma vez que estes eram monarquistas. O escritor decidiu, então, encaminhá-la a outro periódico, dessa vez na capital do Império:

"Retrocedendo do caminho erroneamente tomado, rumou o "Pesadelo" para a Côrte Imperial, ao encontro d' "A Republica ", jornal então redigido por Quintino Bocayuva, Salvador de Mendonça e Francisco Cunha, onde teve acolhida, sendo publicado em folha suplementar e recomendada sua leitura aos assinantes, em artigo laudatório". (ECHENIQUE, 1940, p.5)

Após a rejeição de sua fantasia literária, Alberto era um dos poucos adeptos ao fim da monarquia no sul do país, enquanto a onda republicana se expandia e ganhava força na metrópole. No fim do ano de 1870, os adeptos de que o Brasil se tornasse uma República reuniram-se para a consolidação definitiva de um partido e a fundação de um jornal, órgão oficial de divulgação do mesmo, denominado “A FEDERAÇÃO”. Com menos de 18 anos, Alberto envia adesão ao partido e logo após assina o seu Manifesto, no dia 03 de dezembro do referido ano.

Guilherme Echenique (1940) o define como um “[...] republicano, democrata e abolicionista, por intuição espontânea”. Com o surgimento do “Jornal do Comércio” houve circulação de matérias difamando as ideias de “respeitáveis” republicanos como; Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Pedro Ferreira Viana e Rangel Pestana. Alberto usa seu pseudônimo em prol da propaganda dos seus ideais, percebendo ser o único correligionário que se encontrava na região de Pelotas sentia o dever de combater a oposição.

O escritor, então, envia uma carta ao periódico, combatendo os ataques da oposição e divulgando os interesses daqueles que almejam a república para o Brasil. Assinada por Victor Valpírio, a carta foi publicada no “Jornal do Comércio”. Apesar de ser um órgão monarquista, o jornal deixa o convite para

que Valpério continue enviando seus escritos, colocando uma coluna a sua disposição. No livreto consta que não era da personalidade do escritor tais aparições fervorosas, entretanto ele aceitou o convite para escrever e defender seus ideais. Pelo que tudo indica devido a sua personalidade, permaneceu no anonimato.

Despertando a curiosidade de muitos sobre sua identidade e conquistando cada vez mais adeptos aos ideais republicanos, Alberto foi surpreendido quando seu pseudônimo foi descoberto. Em uma das tiras originais que enviou à tipografia, estava a marca impressa do escritório de seu pai. A direção do jornal na pessoa de Augusto Amarante, logo entrou em contato com Felisberto Cunha, que reconheceu a letra do seu filho e auxiliou. Após a revelação, o autor continuou alimentando sua propaganda, que teria influenciado jovens políticos como o próprio Assis Brasil:

O resultado da ousada propaganda, feita num meio refratário e ainda em prematuro tempo, fatalmente tinha de ser escasso aqui, como aliás sucedia por todo o país. Apenas conseguia impressionar vivamente o espírito da mocidade ardorosa e quiçá avivar a amortecida chama no animo alquebrado de veteranas sentinelas perdidas. E isso já representava muito. (ECHENIQUE, 1940, p.8).

Alberto se manteve distante das grandes aparições enquanto “propagandista” político, mas permaneceu convicto de seus ideais, mesmo a contragosto do seu pai. Apesar do Barão de Corrientes permanecer no partido Liberal, outros irmãos do escritor se desvincularam da agremiação, no qual o patriarca exercia forte influência e incentivaram a propaganda republicana. Francisco Cunha, irmão do cronista, escrevia para o partido liberal matérias para amedrontar a monarquia, com intuito de apoiar a queda do império. Aderiu à defesa da república, fundando em Porto Alegre o periódico “A Democracia”.

A colaboração de Alberto com o periódico do irmão é imediata que devido ao contexto hostil de acirrada agitação política, entre monarquia e oposição, circulou somente por um tempo. Na metrópole, os órgãos de vinculação com o pensamento republicano passavam por dificuldades. Quintino Bocayuva comprou a propriedade do jornal “A Republica” (1870) para manter sua circulação no ano de 1873. Francisco Cunha foi convidado a dirigir o jornal no Rio de Janeiro, estando ao seu lado Salvador de Mendonça e o próprio Bacaiuva, transferindo maior responsabilidade para Alberto. Em 1874, o irmão de Alberto

já residia novamente em terras gaúchas, pois após um ataque de depredação ao jornal “A Republica”, Francisco Cunha decidiu retornar a Porto Alegre.

O filho primogênito do Barão se manteve firme quanto a sua concepção republicana. No ano de 1875, com 22 anos, mudou-se para a Vila de Arroio Grande e faz de sua morada a “Estância Paraizo”, propriedade do seu pai, a qual agora será administrada por ele. Alberto se manteve isolado da convivência familiar e social devido à dificuldade de meios de transporte da cidade de Pelotas até a localidade. Segundo Echenique, nesta fase de sua vida, o escritor afinou sua relação com a natureza, desenvolveu trabalho de pesada condição física e acentuou sua solidão bucólica aos livros e ao campo.

Nas horas de lazer, embrenhava-se na leitura de bons livros, com que constantemente enriquecia a escolhida biblioteca, na ansia de desenvolver a sua aliás já vasta cultura. Tornou-se apaixonado botânico e profundo conhecedor da flora indígena. Foi também esmerado fruticultor e floricultor. Do vetusto solar que habitava, frequentemente deixava abertas janelas e portas, mesmo à noite, por onde habituais aves o visitavam. Entretinha-se no trato com serpentes reclusas, conhecendo-lhes as manhas e os venenos. (ECHENIQUE, 1940, p.11)

Destaca-se aqui traços da personalidade exótica do cronista que se afasta da vida urbana, deixando para trás sua presença cotidiana nos periódicos, submergindo a uma vivência solitária e até cultivando, para entretenimento, algumas espécies de serpentes. Na estância viveu por 15 anos, informação que também foi revelada na pesquisa durante o contato feito com a Leda Echenique, casada com o sobrinho de Alberto, filho de Guilherme Echenique.

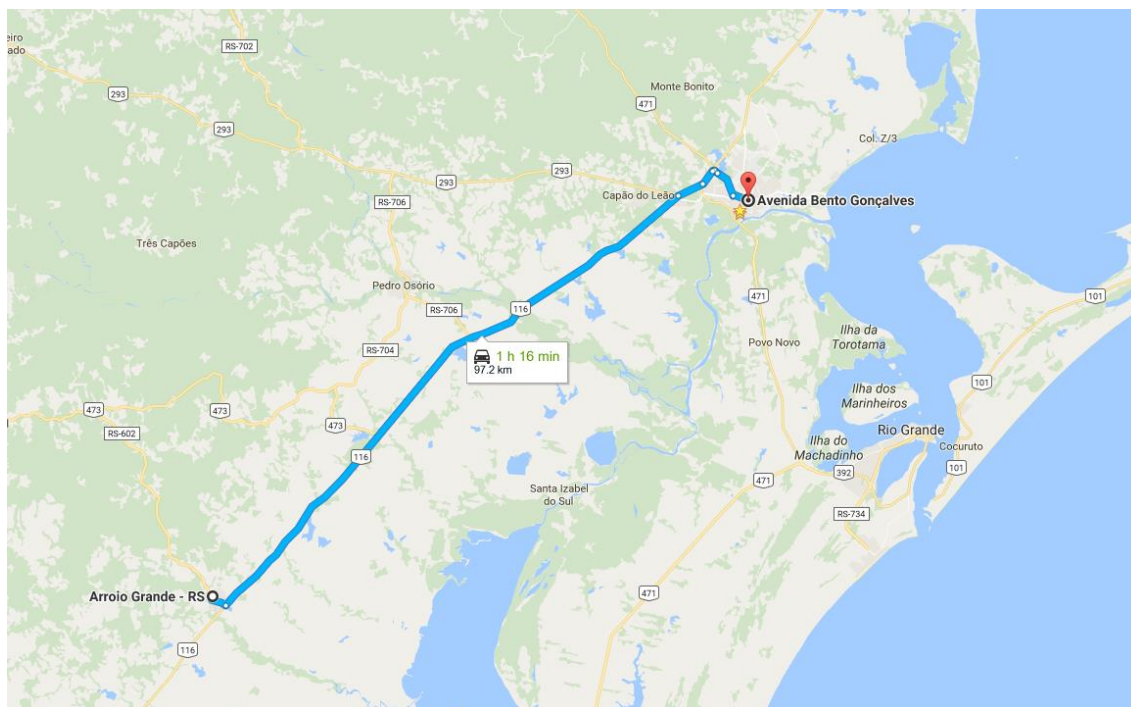


Figura 5 - Mapa entre Arroio Grande e Pelotas

No ano de 1884 foram formadas agremiações partidárias em diversas localidades rio-grandenses. Estando nas proximidades de Arroio Grande, Alberto logo estabeleceu relações com os poucos companheiros de ideologia que por ali se encontravam. Sempre manteve vida política ativa. Participou da formação do clube republicano dessa região e logo da eleição para a Câmara de Vereadores da Vila. Os correligionários indicaram Alberto para vereança. Eleito, administrou ao lado de três conservadores e três liberais, sendo presidente da Câmara por ter admirada atuação política, o biografado exerceu mandato por dois quadriênios.

Durante sua reclusa estadia na estância, o escritor pouco publicou e também pouca visita recebeu. Em excepcionais circunstâncias, esteve na cidade de Pelotas, geralmente naquelas em que era chamado. Das suas visitas podem ser destacadas: primeiro, a que recebeu em janeiro de 1889, quando Possidonio da Cunha, Henrique Chaves, Cassiano do Nascimento e Atto Chaves Barcellos foram até Alberto levar-lhe notícias do partido. Conforme os relatos de Echenique lá teriam lido a Carta Política de Silva Jardim, sobre o episódio ocorrido na

metrópole em dezembro de 1888¹¹. “Nesse notável documento histórico, Silva Jardim vaticinava que 'a revolução brasileira estalaria, pujante e vitoriosa, em 1889. Não alem!' - dizia” (ECHENIQUE, 1940, p. 11).

Sobre a Proclamação da República, Echenique continua apresentando Alberto Coelho da Cunha como um escritor singelo e reservado. Afirma que ele preferiu ficar na posição de semeador, para que os outros pudessem colher os frutos. Na visita que recebeu no verão de 1889, anunciando a República, teria já manifestado que ficaria em segundo plano, como idealizador, não como realizador. Assis Brasil foi nomeado pelo Governo Provisório como ministro do Brasil na República Argentina. Nesta condição Alberto recebeu a segunda destacada visita, na missão do Governador do Estado de percorrer os municípios de Arroio Grande, Herval, Jaguarão e Santa Vitória. Assis Brasil convidou Alberto para que ele o acompanhasse, o cronista negou o convite, justificando não poder se ausentar das funções na estância do pai. Assis Brasil apelou, então, diretamente para Felisberto Cunha, que liberou seu filho para acompanhá-lo.

No percurso da viagem, instruído por Júlio de Castilhos, Assis Brasil repassa a oferta de diversos cargos ao escritor, que nega todos, se declarando incapaz de exercer tais funções públicas ou para o partido. O próprio Júlio de Castilhos teria feito propostas que não seduziram Alberto. Até que, em novembro de 1890, o cronista recebe, na estância, uma comunicação nomeando-o Procurador da Municipalidade de Pelotas, assinada por João Pedro Caminha, que até então exercia esta atividade. Alberto chegou a relutar em aceitar tal posto para continuar residindo no campo, o que não surtiu resultado. Em dezembro de 1890 tomou posse do cargo. Em 1892, segundo relatos de familiares, ele casou-se com Clotildes Antunes, natural de Pelotas.

Aos 38 anos de idade, em 1892, ele casou-se com Clotildes Antunes, natural de Pelotas. No fundo documental Alberto Coelho da Cunha, da Bibliotheca Publica Pelotense (BPP) encontra-se um documento datado do dia 10 de abril de 1893, onde Alberto é nomeado Diretor da Secretaria do Tesouro pelo Vice Intendente do Município de Pelotas, Dr. Henrique Martins Chaves. O escritor, ainda trabalhou na seção de estatística da cidade. Alberto tornou-se pai, em 1903, quando nasceu Octavio Antunes da Cunha.

¹¹ Na famosa "Carta Política", Silva Jardim analisava os sucessos de 30 de dezembro, em que os republicanos foram massacrados pelos monarquistas. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/silva-jardim/pagina/65/texto>.

“O tempo livre dos charqueadores e suas famílias também era gasto dentro dos hotéis, em bailes, concertos, almoços, jantares, ou simplesmente em uma ‘palestra’ (conversa informal)” (MÜLLER, 2004, p.54). Alberto foi um homem abastado de sua época.

Estando entre seus 74 e 75 anos, trabalhando na seção de estatística, Alberto, tendo acesso aos documentos históricos do município, devido à sua função, começa a publicação de suas “antigualhas” no periódico “A Opinião Publica”.

Aposentando-se aos 78 anos de idade, com arteriosclerose generalizada, manteve sua imagem de homem culto e, mesmo que prezando pela discrição, era procurado para participar da organização de eventos culturais. Em suas correspondências na pasta 002 do Acervo – ACC da BPP há um convite do Prefeito Municipal, Sylvio Barbedo, em 1935, para que Alberto ajude na organização da comemoração a data Farroupilha no corrente ano. Dizia o Prefeito: “Para poder colimar o objetivo, em vista, lembrei-me de apelar para o distinto amigo, no sentido de fornecer os dados que forem possíveis e relativos a essa época recuada de idealismo”.

Utilizando-se de pseudônimos, conhecido na segunda metade do século XIX como Victor Valpírio e Jatyr, faleceu aos 15 dias do mês de outubro de 1939, após um “insidioso ataque de hemiplegia” (ECHENIQUE, 1940, p.3). Alberto deixou Octavio Cunha como filho único, que se casou com Dora Rodrigues de Souza com quem teve apenas uma filha, chamada Merigene Cunha, localizada durante a pesquisa, mas infelizmente não pode ser entrevistada devido a sua avançada idade.

A partir da pesquisa biográfica, três constatações sobre a vida de Alberto se destacaram no sentido de contribuir para caracterizar as crônicas Antigualhas de Pelotas e orientar a análise do próximo capítulo:

1. Sua condição social: filho de pai abastado recebeu uma formação diferenciada, tendo oportunidade de estudar fora da província, fato que enriqueceu seu senso crítico e social. Alberto se tornou um letrado, condição que ele vai ostentar como marca de identidade por toda a vida.

2. O envolvimento político: foi a partir de seu envolvimento político que Alberto teve seus primeiros impulsos como escritor. É no seu retorno a Pelotas, após residir no Rio de Janeiro, em plena efervescência de ideias abolicionistas e antimonarquistas, que ele começa a divulgar seus escritos literários,

descrevendo a vida na charqueada e denunciando, em seus contos, o pesado trabalho escravo.

3. A profissão: apesar de sua família ser estancieira, Alberto se dedicou a atividades remuneradas. Durante a produção das “Antigualhas de Pelotas”, o mesmo era servidor público, e desempenhava uma profissão tipicamente urbana. Além do destaque deste aspecto urbano da vida do autor, o seu trabalho também proporcionou ao nosso cronista o acesso fácil a informações sobre a história da cidade, com as quais pode contar para a produção das suas crônicas.

Conclui-se que sua morada no Rio de Janeiro tenha sido curta e em idade precoce onde o escritor estabeleceu redes de relações que são importantes para pensarmos suas posições políticas abolicionistas e antimonarquistas, a despeito de sua privilegiada condição social em Pelotas, importante polo da economia charqueadora, baseada no trabalho escravo.

O retorno do jovem Alberto ao cotidiano da cidade de Pelotas em plena efervescência do charque, contrastado com sua vivência política, na então capital do império, é uma das peças chaves, para pensarmos a relação paradoxal do escritor com a vida urbana. Se se caracteriza aqui essa relação paradoxal, não somente pela sua ausência na urbe por 15 anos, mas também, suas críticas e defesa de ideias de progresso quando esse mesmo se sustentava do resultado econômico da mãe de obra escrava, sem mesmo romper relações com a família.

Capítulo II

Entre Machado de Assis e Alberto Coelho da Cunha: a caracterização e transformação da crônica como gênero literário brasileiro e sua utilização como fonte histórica

São sete horas da manhã. O despertador toca, você abre os olhos, desliza a tela do seu celular *touch screen* e percebe que os aplicativos de redes sociais têm notificações. Abre aquele com maior visualização de mensagens, logo fica em média quinze minutos do seu dia atualizando suas leituras diárias entre publicações diversas e notícias *online*. Então percebe que está vivo e faz parte de um grupo socialmente aceito de pessoas que têm um *smartphone* e *internet* sem fio em casa. Você se sente vivo e pertencente a um lugar ou a uma comunidade. Esta necessidade de ser comunicante e desta forma sentir-se ativo na sociedade, é algo relativamente novo.

A difusão da palavra escrita se modificou ao longo dos séculos, passando por diversos suportes, códigos linguísticos e hábitos de comunicação social. Foi a partir da transformação na forma em que nos comunicamos, advinda da Revolução Industrial, que trouxe consigo a intensificação da imprensa no século XX. O constante avanço da tecnologia da informação e o modo com que elaboramos textos, frases, ou orações, afetou nossa própria noção do corpo nos tempos modernos e pós-modernos (LIMA, 1992, pg.43).

Com o novo hábito de nos comunicarmos diariamente, em suporte papel e, depois, digital, perdemos e ganhamos diferentes perspectivas de análises para os pesquisadores que se dedicam a compreender o cotidiano histórico. Perdemos, pois nos ausentamos dos espaços fisicamente e “dentro das culturas de dominância ou exclusividade oral, a presença do corpo é primordial na própria formulação do sentido das mensagens. A presença-do-que-fala faz parte da encenação do sentimento.” (LIMA, 1992, pg.43).

Ganhamos, em quantidade de registros, os quais nos permitem abordar outras dimensões do ser social, não mais resguardados pelo fato do sujeito histórico ter uma posição econômica de destaque ou uma atribuição de dominação e poder na comunidade em que existiu.

Voltamos às atualizações de notícias e rede sociais diárias. Esta mudança da maneira de nos comunicarmos, evidenciou com maior expressão a presença de todo e qualquer tipo de pessoa apresentando suas ideias, sentimentos e concepções em forma de texto. Esse costume ou novo hábito para expressar reação mediante os conflitos ou situações do cotidiano, pode ser uma prática banal no universo cibernético, mas já ocasionou muitos debates no que diz respeito a sua presença na imprensa e literatura.

Se hoje é possível começar esse capítulo de uma forma mais próxima do leitor, se hoje temos maior liberdade de acesso à opinião das pessoas, essa desconstrução/construção social, vem nos acompanhando desde o início do século XX. O mundo das letras se manteve, dos gregos até o pós-guerra, a uma camada restrita da população, a qual tinha acesso por meio do poder econômico à rede de ensino privado, ou a pequenas exceções de pobres e negros que eram agraciados com alguma ajuda em seus estudos, provinda de ações caridosas das igrejas ou famílias economicamente ativas em sua cidade.

Até a ascensão dos periódicos, no século XIX, e surgimento de escritas mais breves e efêmeras, como as notícias e os folhetins, o poder de produzir conexões de ideias, sentimentos e palavras se mantinham restritos aos grandes homens das letras que construíam romances, novelas, poemas ou textos científicos produzidos para os cânones das universidades. Aquilo que tocava o dia-a-dia dos espaços urbanos e rurais, que estava nas ruas ou ruelas, pouco se registrava, a não ser na representação ficcional dos grandes romancistas.

Foi no início do século XX que, de forma geral, no Brasil, “o homem da rua pode ter o mundo nas mãos, lendo reportagens, entrevistas e crônicas – ‘gênero benquistos pela imprensa empresarial’ mal saídas do amadorismo.” (CARDOSO, 1992, pg.137).

As escritas em formas de crônica, ou seja, elaboração de textos curtos e de fácil consumo, pensados a partir de uma situação cotidiana, comentada por uma pessoa comum, anônima ou não, aquele que deseja expressar sua opinião, sentimento sobre o ocorrido, achou morada nas páginas dos jornais brasileiros e se mantêm até os dias atuais.

Apesar da leveza a escrita da crônica ainda assim ela requer técnica. Herdeira do folhetim¹², artisticamente representa a vulgaridade diária, mas traz consigo a utilização de leis específicas de um gênero que deve ser leve, sem perder a dignidade (MARTINS, 2010, pg.108)

Uma crônica é como uma bala. Doce, alegre, dissolve-se rápido. Mas açúcar vicia, dizem. *Crônica vem de Cronos Deus devorador*. Nada lhe escapa. Quando se busca a bala, resta, quando muito, o papel, no chão, descartado. A crônica-bala, sem pretensões nutritivas, nunca foi artigo de primeira necessidade. Só os alfabetizados se permite esse luxo suplementar. Traz prazer, fugaz, talvez perigoso. Ao desembrulha-la – pum! -, um estalo. (CARDOSO, 1992, pg.142)

Antônio Candido (1992) explica que essa caracterização da crônica como algo rápido, sem pretensão de durar, feita para logo ser consumida, que se desmancha como um doce sem pretensões nutritivas, mas que alimenta alma, é resultado da popularização e do surgimento desse gênero que acompanhou a “modernidade” e é filha do jornal.

Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posterioridade; e sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão.” (CANDIDO, 1992, pg. 15)

Quando lemos uma crônica na contemporaneidade, desfrutamos de uma leitura agradável, com fluência, diferente do que buscamos em grandes enredos, novelas ou leituras científicas. Ainda que hospedada em folhas degradáveis, emitida a casa de muitos pela manhã e vendida a baixo custo na banca da esquina, em pequenos textos, os autores que se dedicam a esse gênero assumem o papel de registrar a realidade social das comunidades que vivem (MARTINS, 2010). Diferente da notícia elaborada pelo jornalista, submetida à veracidade comprada, “a função da crônica não é a de informar, sua relação mais próxima com o jornal está com o fato diário, fato este que se torna mote do cronista” (MARTINS, 2010, pg.109).

Apesar do acesso rápido à crônica e ainda que ela se apresente doce e seja caracterizada de forma tão próxima ao leitor fazendo parte do dia-a-dia e

¹² A crônica apresenta traços do folhetim, tais afinidades se devem, principalmente, à “destinação para o consumo imediato; porém dele se distingue, porque não guarda nenhum compromisso com a sucessividade ou com a seqüência cronológica” (PORTELLA, 1998, p. 34).

resguardando cotidiano, não se pode considerá-la uma literatura acessória ou efêmera. “Seria um grande equívoco menosprezá-la de tal forma” (MARTINS, 2010, p.107).

A escrita desse gênero é repleta de conexões sociais, ela liga submundos e estabelece tecidos urbanos que conectam a comunidade em uma mesma realidade, proporciona o sentimento de não ser só mais um ser ambulante e solitário na urbe e cumpria esse papel muito antes de surgirem as redes sociais. Obviamente, que proporcionar pela escrita tamanho sentimento, não seria possível sem um contraponto, ou seja:

O problema é que a magnitude do assunto e a pompa de linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar o leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disso. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas (CANDIDO, 1992, pg. 15).

Diante dessa perspectiva, com a estrutura de um texto breve, mas recheado de metáforas e uso de diferentes ferramentas de linguagem, a crônica ganha uma função camaleônica, pois seu molde textual lhe permite estar na dimensão jornalística e literária ao mesmo tempo (MARTINS, 2010, pg.109). Essa função anfíbia do texto não deixa de atingir seu autor, onde:

Não parece descabido afirmar que o cronista assume um *papel camaleônico*, pois ao mesmo tempo que tenta ofender seus leitores afirmando: “se eu pudesse escrever aqui alguns insultos e adjetivos que tenho no bico da pena!” (Braga 2002: 26), ele se mostra confiável, porque se trata de alguém que é sincero. Será que não é este a intenção do jornal? Utiliza-se de recursos para conquistar a confiança de seu leitor, fazê-lo crer que seu relato é original e verdadeiro. (MARTINS, 2010, pg.112)

Com o avanço da *internet* e os ganhos advindos da possibilidade de nos conectarmos com milhares de lugares ao mesmo tempo, não se pode deixar de registrar a presença das crônicas em redes sociais ou páginas de assuntos pessoais, ferramenta utilizada pelos mais diversos atores sociais. Esses pequenos registros dos mais diversos espaços e contextos tecem uma rede de informações rica para os historiadores contemporâneos, uma vez que nossa fonte de estudo se altera conforme os hábitos de escrita de cada período da história.

Por exemplo, em 1929, na França, a historiografia sentiu-se abraçada pelo novo, com a criação da revista “*Annales d'Histoire Economique et Sociale*”, o que mudou os rumos da escrita historiográfica. A Escola dos Anais, provinda da criação do periódico, se estrutura sobre uma nova vertente, fruto do movimento criado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Essa tendência abrirá a historiografia para novas fontes e metodologias, tendo como ponto principal a crítica à história tradicional, considerada oficial, a história dos relatos baseada nos documentos oficiais.

Com a abertura para novas fontes e para análises de cunho interdisciplinar, a Escola dos Anais acompanhará e proporcionará uma série de mudanças na produção do saber dentro das Ciências Humanas e Sociais. Destaca-se, entre eles, o chamado ‘giro linguístico das Ciências Sociais’¹³. Esse processo se iniciou no fim do século XX, tendo como consequência o aprofundamento dos questionamentos sobre a veracidade e a subjetividade da escrita histórica.

José Carlos Reis (2011) se refere à existência da História como uma crise constante. Se em anos findos do século XX a historiografia dirigiu-se ao encontro da narrativa literária, do real e do pequeno, esses temas nem sempre foram familiares e bem-aceitos no panteão historiográfico.

[...] há cerca de 2500 anos, a história existe em constante e saudável crise. Surgiu nos séculos V/IV aC como “obra escrita em prosa e assinada”, opondo-se ao mito, à lenda, ao poeta. Era um olhar novo, que buscava a verdade das mudanças humanas no tempo. Heródoto acreditava ser possível falar das coisas humanas, temporais, com verdade. Depois, a história se confundiu com a mitologia política, o historiador “investigava e pesquisava” para legitimar o poder romano. Depois, a história fundiu-se com a fé cristã, tornando-se o levantamento dos casos em que a Vontade de Deus se expressou. No século XVIII, apesar da busca da “história perfeita” dos séculos XVI/XVII, deixou-se dominar pela especulação filosófica e tornou-se uma metanarrativa especulativa, teleológica, utópica. No século XIX, quis outra vez romper com a intuição poética, com a retórica política, com a inspiração artística, com a fé, com a especulação filosófica, e inventou uma nova identidade, “ciência”, rendendo-se ao sucesso das ciências naturais, buscando fatos concretos, documentos, e procurando estabelecer impossíveis leis de desenvolvimento histórico. Nos séculos XIX e XX, a história deixou-se fascinar por Marx, Weber, Durkheim, e pretendeu tornar-se uma ciência social. No início do século XXI, essa identidade não a satisfaz plenamente e ela volta a se relacionar mais intimamente

¹³ Influenciado pela obra do filósofo Wittgenstein, pela fenomenologia de Alfred Shutz e pela hermenêutica de Gadamer, o ‘giro linguístico das ciências sociais’ resultou, entre outras ideias, da consideração de que a reformulação da teoria crítica da sociedade deve operar-se a partir da linguagem, ou seja, que a linguagem, ou no caso, a escrita da história, por si só, não é neutra.

com a literatura, com a poesia, a psicanálise, o cinema, a publicidade, enfim, retorna a Homero. (REIS, 2011, p.11)

Relacionando o percurso da historiografia realizado pelo autor e a utilização da crônica na construção da escrita histórica contemporânea, se torna importante destacar debates ocorridos do final do século XX e agora, no início do século XXI, acerca dessa perspectiva.

A Escola metódica do século XIX empenhou-se em tornar a história uma ciência, projetando uma necessidade de método para a disciplina, o que buscava distanciá-la dos relatos orais e da própria narrativa literária. Este processo de cientificação da História acabou por ‘engessar’ a noção de fonte histórica e regradar seu uso, de maneira que o historiador só podia se utilizar de fontes oficiais, ou seja, documentos escritos e oficializados em algum órgão expeditório, na busca constante de garantir a verdade objetiva e absoluta (PINSKY, 2005).

O historiador chamado ‘positivista’ tratava de selecionar documentos verdadeiros, analisá-los, pondo à prova sua veracidade interna e externa. A Escola Metódica primava pela objetividade, a construção da narrativa era descritiva e factual, “vista de cima”, uma história protagonizada pelos “grandes homens”. Nesse contexto, não se encontrava espaço para utilização de fontes que tratavam das pessoas comuns e com carácter literário. A norma do documento/registro com certidão de oficialidade prevalecia.

A Escola dos Anais, a partir de sua ‘história problema’, propôs que tanto o fato quanto a fonte são uma construção do historiador e, portanto, ambos são do seu domínio, não havendo uma fonte oficial e única para construção de sua escrita (REIS, 2011).

Apesar de proporcionar um cenário de abertura e de revolucionar o trato com as fontes e a atuação do historiador em seu trabalho, a Escola dos Anais combateu a utilização da crônica na construção histórica, ao realizar o seu combate ao empirismo (KLEIN, 1997). A autora coloca:

[...] a historiografia da modernidade, de um modo geral acabou, por não deixar de lado aspectos importantes da vida social que estão ligados aos sujeitos e suas manifestações particulares. Mas a modernidade não gerou, em termos científicos, as ferramentas necessárias ao historiador para trabalhar com estas questões, ainda que ele tenha reconhecido a sua importância ou até a sua presença intersticial. (KLEIN, 1997, p. 59)

Klein, ainda faz uma ressalva importante sobre a posição da Escola Metódica:

[...] justamente a historiografia positivista, a primeira a se preocupar em fazer da história ciência, será chamada de uma história crônica. Ocorre que, mesmo expurgando a retórica das crônicas medievais, a historiografia positivista acabou assumindo uma característica que é fundamental para se definir a crônica, que é o fato de ser ela uma via para a produção da narrativa de fatos. (KLEIN, 1997, p. 59)

A obra “Fontes Históricas”, organizada pela historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2005), que trata de “fontes propriamente ditas e, conseqüentemente, dos métodos e das técnicas utilizados pelos pesquisadores em seu contato com os documentos, os vestígios e os testemunhos do passado humano” (p.7), mostra pelo ponto de vista do estudo das fontes históricas, como a historiografia brasileira apresenta uma perspectiva da crise da modernidade.

O livro elaborado com a contribuição de mais oito autores apresenta a discussão de seis fontes inseridas na escrita contemporânea: documentais (dos arquivos), arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais. É nas fontes impressas que se encontra a crônica. O referido gênero literário é destacado como uma fonte utilizada como tal, agora na contemporaneidade. Da renovação da preocupação com o cotidiano na historiografia, resulta o registro dos fatos pequenos, muitas vezes banais, do dia a dia, do sujeito anônimo.

Sandra Pesavento se refere à crônica como a:

[...] capacidade de registro do cotidiano e das sensibilidades, o que a tornaria, por assim dizer, uma fonte muito rica e especial para o historiador, sobretudo se este estiver interessado em acessar as formas pelas quais os homens, em um outro tempo, construíam representações sobre si próprios e o mundo. (PESAVENTO, 2004, 63).

Por isso é como se apresentam, na forma de “imagens de um tempo social” e “narrativas do cotidiano” consideradas “construções” e não “dados”, que as crônicas aqui são consideradas “documentos” (NEVES, 1992, pg.76) para análise histórica.

Destacam-se algumas peculiaridades da crônica brasileira no século XX, que legitimam a sua utilização como uma fonte da história para fins dessa pesquisa: ser um texto narrativo, que expressa singularidade de quem a escreve, suas subjetividades e sensibilidades; trata-se de um texto curto, de fácil consumo, produzido para logo ser publicado, é um produto moderno, por estar ligado ao jornal expressa a necessidade do instantâneo, do imediato, não havendo tempo para análises mais aprofundadas e conteúdos de grande complexidade, embora a partir dela isto possa ser feito; é um texto urbano, pois

retrata o cotidiano da cidade, registrando de forma peculiar os traços geográficos, culturais, sociais e econômicos que passam invisíveis, por vezes, em grandes obras.

De forma geral, é assim que se define a crônica de Alberto Coelho da Cunha, como uma crônica brasileira, mostrando as sensibilidades do urbano de Pelotas, que passa por momento de transformação em seu sistema econômico, que transita de uma base charqueadora para uma sociedade onde se destaca a presença industrial (LONER, 2001).

Acompanhando as mudanças tanto na comunicação, como na trajetória literária brasileira, as crônicas foram se adaptando aos mais diversos cenários políticos e sociais. Alberto, como cronista aqui analisado, registrou em um veículo jornalístico, personagens históricos e situações que dificilmente teriam sobrevivido a historiografia tradicional de sua época.

2.2 Duas formas da crônica: Machado de Assis e Alberto Coelho da Cunha

A crônica é um gênero de diferentes tipologias, constituídas no tempo e espaço social através da constante mudança em sua forma de narrativa e estrutura, em vista do local e da época em que foi produzida. A produção de Alberto se situa na mutação da crônica/folhetim do final do século XIX e na constituição da crônica brasileira que por aqui se popularizou, após a intensificação da imprensa junto com a proclamação da primeira República, consolidada com a queda do império em 1889. Sandra Pesavento destaca ser esta a crônica herdeira do folhetim, durante o período de transformação do consumo de informação e comunicação:

Herdeira do folhetim, a crônica encontrou, no século XIX, veículo de difusão nos jornais, naquele momento em que a sociedade burguesa impunha ao mundo o ritmo do progresso e a busca incessante do novo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a velocidade da notícia imprimiam à vida urbana um padrão de consumo rápido das informações. (PESAVENTO, 1997, p.30)

Observada por alguns estudiosos como uma forma preliminar da historiografia moderna, a crônica se familiarizou no Brasil facilmente, construindo “uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (CANDIDO, 1992, pg. 16).

A crônica foi atualizando-se com o passar do tempo e ampliou o público leitor, pois sua forma aparentemente simplória, anedótica e seu conteúdo de fatos acontecidos e conhecidos pelo leitor, convida as pessoas comuns a se aproximarem do mundo das letras e da literatura. Ainda que considerada um gênero marginal por alguns escritores, hoje esses pequenos textos já são organizados em forma de livros e se mantêm presentes na estrutura dos mais diversos periódicos.

As crônicas da literatura brasileira foram se transformando a partir da fusão de dois tipos de texto: o ensaio e o folhetim, como foi acima mencionado. O primeiro, por seu estilo mais informal, deixando de lado parte do rigor exclusivamente acadêmico para os assuntos abordados. O outro, por sua vez, submerso na perspectiva ficcional dos eventos, desenvolvido dentro da dimensão literária. Para Antônio Candido.

A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar a poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, onde entra o fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma (CANDIDO, 1992, pg. 16).

Essas mudanças são sinalizadas na trajetória da crônica no Brasil por nomes como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, França Júnior, Machado de Assis, Raul Pompéia, Júlia Lopes de Almeida, João do Rio, Lima Barreto. A partir de 1860, o número de escritores e jornalistas que passam a desenvolver o hábito de escrever sobre fatos do cotidiano, com o olhar crítico, cresceu expressivamente, dando uma maior credibilidade para o gênero:

A crônica é fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras (...). Se a notícia deve ser sempre objetiva e impessoal, a crônica é subjetiva e pessoal. Se a linguagem jornalística deve ser precisa e enxuta, a crônica é impressionista e lírica. Se o jornalista deve ser metódico e claro, o cronista costuma escrever pelo método da conversa fiada, do assunto-puxa-assunto, estabelecendo uma atmosfera de intimidade com o leitor (ANDRADE, 1999, p. 13).

A nova atmosfera no cenário de produção da crônica oportunizou ao cronista ser, além de um comentarista dos eventos transitórios, refletir sobre a vida, os costumes e a política da sociedade brasileira. A cidade passou a ser registrada, suas falas, sentimentos e conflitos ganharam as páginas dos jornais, não mais como cenário, mas como personagem principal, uma personagem de

mistérios, doenças e aventuras. Era a língua da cidade transcrita em pequenos textos, era a própria vida da cidade, enquanto objeto.

Inseridos em um país paradoxal, caracterizado, neste momento histórico, pela queda de um Império e ascensão da República, os escritores passaram a registrar suas angústias pelo crescimento rápido dos perímetros urbanos que se adaptavam ao novo modelo de cidade, na virada do século XIX, vindo da Europa: a cidade moderna. As terras da antiga colônia ganhavam novos contornos. “Políticos e literatos registram sua admiração pela técnica e seu empenho em que o país assuma a feição moderna, exibida pelas metrópoles europeias. Tudo deve vir rápido – os trens, as notícias, a mudança nas instituições.” (CARDOSO, 1992, pg.137).

A crônica literária brasileira se estabeleceu como um gênero dos mais cosmopolitas, pois nele está salvaguardada a história da cidade, a cidade a partir das letras, das palavras, dos sentimentos.

(...) exemplos retirados das crônicas de João do Rio, que são baseadas em experiências vividas em uma perspectiva da cidade oposta à ideia de Regeneração que a classe dirigente tinha em mente durante a *belle époque* (SILVA, 2012, pg.7).

Sendo a crônica esse registro da cidade, que contempla, não somente dados estatísticos e econômicos, mas a história das ruas, das praças, dos sujeitos históricos e seu cotidiano, a sua escrita e estrutura acompanhou os desejos e anseios Brasil Republicano.

No ano de 2003, o historiador Sidney Chalhoub publicou o livro intitulado “Machado de Assis, Historiador”. Os estudos do autor tinham por objetivo analisar a produção de João Maria Machado de Assis (1839 – 1908), apresentando novas colaborações para historiografia do país. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de obras como “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte” (1990) e “Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque” (2001), Chalhoub é conhecido por pesquisar temáticas que tangem a escravatura e a vida operária brasileira, no período entre 1850 a 1910.

Quando falamos na trajetória da crônica no Brasil e suas transformações, o nome de Machado de Assis é obrigatório. Machado de Assis produziu contos

e crônicas que registraram o cotidiano brasileiro no declínio do império e ascensão das ideias republicanas, muito próximos à temporalidade de Alberto.

Crônicas escritas há mais de cem anos por um cidadão chamado Machado de Assis estão hoje vivas como naquele tempo. Os acontecimentos perderam a atualidade, mas a crônica não perdeu, porque ela traduz uma visão tão sutil, tão maliciosa, tão viva da realidade, que o acontecimento fica valendo pela interpretação que Machado de Assis deu (ANDRADE, 1999, p. 13).

Trata-se de um dos maiores escritores da literatura brasileira. Além dos longos romances, o escritor também se dedicou ao ofício de cronista e contribuiu para os jornais do Rio de Janeiro. Seus escritos foram muito além de opiniões descompromissadas, ou comentários banais sobre o dia-a-dia da metrópole brasileira em questão.

Após dedicados anos de pesquisa nos documentos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Chalhoub aventurou-se em uma perspectiva pouco percorrida no campo da história sobre Machado de Assis. Vasculhou minuciosamente sua atuação de funcionário público durante o período que exerceu chefia da segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura. Entre as décadas de 1870 e 1890, a seção acompanhou a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871 – posteriormente conhecida como Lei do Ventre Livre e os assuntos que mais lhe cabiam eram políticas de terras e escravidão.

É a partir dessa perspectiva documental, principalmente no contexto histórico muito rico de transição do Brasil Império para República, junto ao processo de “modernização capitalista” do país, que o autor apresenta parte de suas colaborações sobre um Machado de Assis, escritor de crônicas, proveniente da geração de 1870.

Destaca-se a abordagem de Chalhoub sobre a literatura machadiana a partir dos preceitos da história. O historiador deixa clara a sua preocupação em trabalhar com fontes literárias, pois à medida em que as reconhecemos como mecanismo de interpretação histórica, estas não devem apenas fornecer “informações” para uma explicação mais empírica da história social. O autor percebe aí um lugar de confronto mais complexo. A partir da análise teórica da crônica machadiana revelam-se as teias de dominação, os antagonismos entre dependentes e senhores, submersos numa relação paternalista.

É nesse caminho de tensões, antagonismos e paradoxos que Alberto Coelho da Cunha e João Maria Machado de Assis se cruzam em um universo

de cronistas que puderam observar as cidades brasileiras se urbanizarem e sofrer a efetivação do projeto de “progresso positivista”, imposto pelo Partido Republicado, espelhado nas grandes urbes europeias. Mas não sem importantes diferenças capazes de situá-los em diferentes conceitos da crônica.

Nos próximos parágrafos se verificará características da crônica de Alberto Coelho da Cunha em relação às crônicas de Machado de Assis, tendo como fio condutor a escrita e as contribuições do historiador Sidney Chalhoub.

Servidores públicos, ambos, eram cidadãos comprometidos com a vida urbana. Alberto possuía uma experiência intensa de vida no campo e sua indicação para um cargo municipal, que o levaria a viver na cidade, apesar de só aceita depois de muito relutar, não pode ser interpretada como uma limitação para a sua capacidade de pensar a cidade, especialmente na conjuntura política de republicano defensor das ideias de progresso.

Uma visão mais ampla permite afirmar também que ambos comungam do mesmo contexto histórico: a transição do Império para a República. A noção de mudança de identidade da cidade quase colonial para a cidade moderna também é uma condição comum para ambos. Os contextos urbanos distingue profundamente as realidades específicas de cada um e sua origem social. Não que sejam determinantes. Nos interessa destacar as condições em que Alberto produz: enquanto Machado é neto de escravos, Alberto é filho de charqueadores. Enquanto o primeiro entra jovem para o serviço público, para exercer a atividade de ajudante de tipógrafo, ainda que tenha ascendido para a um alto cargo no Ministério, em nível Nacional, o segundo é indicado diretamente para um cargo de chefia na cidade de Pelotas.

Enquanto o primeiro foi autodidata, o segundo recebeu a melhor educação formal disponível para a sua época. Se para Machado a crônica foi um lugar a mais para exercer sua genialidade em produzir uma escrita, ao mesmo tempo crítica, humorada, metafórica, política, filosófica, psicológica e o que mais se pode esperar de um escritor acima da média, para Alberto a crônica significou um espaço para reafirmar seus ideias de republicano e abolicionista, num contexto polarizado e conservador, como é o caso da sociedade composta pelas famílias charqueadoras pelotenses, de quem se esperaria a defesa da manutenção da escravidão.

Por hora é importante lembrar que o cargo de Alberto o subsidiava com muito material para a escrita do tipo de crônica que produziria: a dos

acontecimentos cotidianos do passado, que demandava pesquisa em documentos que atestavam os fatos acontecidos na cidade de Pelotas.

Chalhoub (2009) menciona que as crônicas de Machado de Assis são recheadas de um “humor tácito” e de críticas veladas ao sistema da época”, diz ele: “Nesse gênero literário, conforme a prática de Machado, não se pode dissociar humor e hipertrofia da subjetividade.” (pg. 235). Essa concepção geral da crônica para o historiador, também se verifica na escrita de Alberto

Alberto elaborou crônicas de cunho histórico, ele era um comentarista dos acontecimentos cidade. A motivação para escrever e publicar seus textos em periódicos nasceu da necessidade, ao seu modo de ver, de defender os ideais republicanos e desenvolver a cidade para o progresso. Relatava curiosidades e fatos acontecidos, não criava personagens deliberadamente. Diferentemente do escritor pelotense, onde “(...) o humor da crônica machadiana se assenta no procedimento, narrativo e conteudista, da subjetividade exacerbada.” (CHALHOUB, 2009, pg. 232).

A crônica machadiana da década de 1880, meu ponto de chegada, apropria-se do repertório satírico, em verso e prosa, das lutas políticas entre periodistas liberais e conservadores ao longo do Segundo Reinado. A derrota política marcava a fundo a trajetória dos liberais. Viviam da memória gloriosa da abdicação do primeiro imperador, tido por autoritário, adepto do liberalismo teórico, do romantismo prático. (CHALHOUB, 2009, pg. 232)

Em período de transição política, como já mencionado, Machado e Alberto criaram uma escrita com forte ideais políticos. Alberto descrevia a cidade a partir de ideias de progresso e modernização, nos moldes republicanos, abordava debates sobre a industrialização e a recente modernização com críticas aos liberais e ao sistema charqueador.

Apesar de algumas oscilações na representação do espaço político, Chalhoub reforça que é a partir dos traços do texto que na:

(...) crônica machadiana originam-se novos condicionantes ao exercício de interpretá-la: as séries precisam ser analisadas por inteiro, em busca do temário do narrador, das continuidades e rupturas no seu modo de ver as cousas; cada peça ou crônica específica é unidade indivisível, ainda que tecida de fragmentos diversos, pois via de regra o raciocínio do narrador apresenta um fio condutor possível de discernir, já que guarda regularidades de visada e meneios retóricos previsíveis, (CHALHOUB, 2009, pg. 236).

Machado de Assis desenvolvia sua narrativa em estrutura longa, a escrita da crônica exercia uma cota de imprevisibilidade, poderia ser feito ao longo de meses ou anos (CHALHOUB, 2009, pg. 236).

Enquanto a da crônica machadiana tem por excelência acentuar a subjetividade do ponto de vista da narrativa (CHALHOUB, 2009, pg. 237), o escritor pelotense produziu crônicas que se situam mais na esfera da crônica histórica, propriamente dita.

Alberto descrevia, em linhas gerais, as memórias de fatos importantes que contribuíram para a criação do imaginário pelotense e os acontecimentos cotidianos da cidade. Trabalhando como funcionário público e estando os republicanos no poder, tecia alguns breves comentários sobre questões políticas imediatas. Machado de Assis expunha, sem problema algum, em suas metáforas e jogos de subjetividade “diálogos que (...) foram quase sempre sobre problemas financeiros, em especial notícias de desfalques e demais falcatruas que sangravam os cofres do governo imperial” (CHALHOUB, 2009, pg. 238).

Muitas são as representações culturais, sociais e econômicas que se encontram nas “Antigualhas” de Alberto ou nas crônicas escritas por Machado de Assis. Hoje, estes escritos recompõem experiências passadas que são importantes para os historiadores contemporâneos (PESAVENTO, 2007).

Nesse contexto, destacamos três características da crônica de Alberto Coelho da Cunha:

1. É uma forma híbrida entre o texto histórico e o literário, apoiada em acontecimentos reais, que foge das concepções de uma historiografia heroica do período em que foi produzindo, imprimindo leveza e descompromisso, se comparado ao campo histórico propriamente dito. Portanto é um texto narrativo, que expressa de forma peculiar a singularidade de quem a escreve e sua subjetividade e sensibilidade.
2. Trata-se de um texto curto, de fácil consumo, produzido para logo ser publicado. O objetivo dessa fonte é atingir o público leitor nas feições do seu dia a dia. Neste sentido a crônica de Alberto insere-se no rol das crônicas como um produto moderno, por estar ligada ao jornal retrata a necessidade do instantâneo, do imediato, não havendo tempo para análises mais aprofundadas e conteúdos de grande complexidade, embora a partir dela possa se fazer.

3. Por último, é um texto que reforça o urbano e dele se alimenta. A crônica retrata o cotidiano da cidade, registrando de forma peculiar os traços geográficos, culturais, sociais e econômicos que passam invisíveis, por vezes, em grandes obras, ao mesmo tempo que imprime identidade e forma à cidade que a inspira.

A partir dessas características se define a crônica de Alberto Coelho da Cunha como uma crônica brasileira, mostrando as sensibilidades do urbano de Pelotas, que passa por momento de transformação em seu sistema econômico ao deixar de ter uma base charqueadora e passa a ter uma forte presença industrial (LONER, 2001).

Acompanhando as mudanças tanto na comunicação, como na trajetória literária brasileira, as crônicas foram se adaptando aos mais diversos cenários políticos e sociais. Alberto, como cronista aqui analisado, registrou em um espaço jornalístico personagens históricos e situações inéditas, que provavelmente não encontrariam guarida em outro lugar que não o espaço privilegiados das coisas pequenas, denominado de crônica.

Capítulo III

A “princesa do sul” do século XX: as representações da cidade de Pelotas nas crônicas de Alberto Coelho da Cunha

Retornando à produção do conhecimento histórico do século XIX, o historiador, que hoje chamamos de ‘positivista’, tratava de selecionar documentos oficiais, analisá-los, pondo à prova sua veracidade interna e externa. A Escola Metódica primava pela objetividade, produzindo uma narrativa descritiva e factual, “vista de cima”, uma história protagonizada pelos “grandes homens”. Nesse contexto, não se encontrava espaço para utilização de fontes que tratassem das pessoas comuns e de carácter literário. A norma do documento/registro com certidão de oficialidade prevalecia.

A partir da contribuição dos historiadores da Escola dos Annales, a História torna-se mais próxima do cotidiano, das pessoas comuns, do indivíduo anônimo e de sua trajetória de vida, que se insere no contexto histórico, a partir de suas relações. O relato do fato agora não é a única preocupação dos historiadores, pois a Escola dos Annales, a partir de sua ‘história problema’, propôs que tanto o fato quanto a fonte são uma construção do historiador e, portanto, ambos são do seu domínio, não havendo uma fonte oficial e única para construção de sua escrita (REIS, 2011). A vida dos sujeitos passa a ser um dos objetos centrais da historiografia, sua presença, seus gostos, suas atividades. Esta perspectiva revolucionou a definição e o trato com as fontes.

Mais para o final do século XX, com o chamado giro linguístico das ciências sociais - que resultou, entre outras ideias, da consideração de que a reformulação da teoria crítica da sociedade deve operar-se a partir da linguagem, ou seja, que a linguagem, ou no caso, a escrita da história, por si só, não é neutra - o historiador passa a encarar a sua escrita, não somente com um ofício mecânico, o qual expõe seu resultado de trabalho e investigação, mas como obra de um escritor pensador que, ciente dos limites da historiografia em responder as grandes questões históricas e a produzir metanarrativas, como no século XIX ou início do XX, se detêm a compreender seu espaço, ou um determinado processo, ou vidas de pessoas comuns em seu cotidiano, o dia-a-dia que as aproxima das nossas próprias vivências.

Se o cronista recupera em seu texto o cotidiano do passado da cidade, tece fios, recupera redes, articula experiências (PESAVENTO, 1997), chega próximo das “pessoas sem importância” e as registra no tempo, seria imperioso nos perguntar sobre os laços do presente, onde se situa o cronista, com o passado que ele produz em forma de crônica. Ou o compromisso do cronista com os leitores situados no presente.

Assim como um cronista em escala reduzida e diária produz para sua coluna, em nossa dimensão produzimos e construímos as leituras de cotidianos passados sobre a ótica do presente, sendo uma espécie de historiadores-cronistas e mantendo nosso compromisso com a realidade histórica.

Alberto foi um homem da elite que vivenciou uma Pelotas próspera e aristocrática mais da metade de sua vida e em sua velhice vê a cidade se transformar.

Após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a Abolição da Escravatura em 1888, a urbe pelotense passa por uma série de transformações. Os traços da nova urbe, a canalização do esgoto, o aprimoramento da rede elétrica, ocorrem no momento de crise e instabilidade econômica. Neste importante momento em que a identidade da cidade está sendo colocada em causa, o periódico “A Opinião Publica”, abre espaço, para um intelectual reconhecido, um escritor experiente, escrever sobre o recente passado e o presente cotidiano de sua cidade.

Se a modernidade da primeira Capital da República, o Rio de Janeiro, e as influências europeias, que vieram com as *finesses* dos filhos da aristocracia, desenvolveram e transformaram Pelotas, a crise, com a chegada dos frigoríficos e da indústria, nas três primeiras décadas do século XX, significará uma ruptura para a história da cidade de Pelotas (LONER, 2010).

E é nesse contexto de crise, não somente local, mas mundial, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e com o cenário político ainda instável, nas primeiras décadas da República no Brasil, que Alberto Coelho da Cunha, aos seus 75 anos, é convidado a publicar suas notas no periódico local.

No capítulo que segue são analisadas algumas crônicas do conjunto das 81 publicações de Alberto Coelho da Cunha que circularam entre os anos de 1928 e 1929 no periódico “A Opinião Publica”.

Uma análise historiográfica mostrou que até a virada para o presente século, poucos eram os trabalhos acadêmicos que dentro dessa área do saber se dedicavam a analisar a história da cidade de Pelotas do século XX, ou seja, sua história mais recente. Mas isto vem mudando. Pesquisas contemporâneas a essa dissertação têm contribuído para que se desenhe a paisagem da cidade de Pelotas “industrial”, principalmente da primeira metade do século anterior. Podemos citar obras de maior envergadura, como as de Beatriz Ana Loner e Lorena Gill.

Loner publicou no ano de 2001, seu livro intitulado, “Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande ‘1888-1930’”. Nele a autora faz um levantamento de fontes em dezoito periódicos gaúchos, contextualizando o surgimento e a manutenção da classe operária através de uma análise de cunho marxista. A obra está dividida em sete capítulos e se tornou um referencial da caracterização do trabalhador urbano de Pelotas na virada do século XX.

Em 2007, Lorena Almeida Gill publicou o livro “Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890 – 1930”. No âmbito da História Social, a obra se debruça sobre a temática da saúde, decorrente da presença da Tuberculose no espaço urbano. Esgotadas as possibilidades econômicas do charque, a autora explora a ampliação da crise e os novos cenários da cidade Pelotas, desvendando uma parte do cotidiano daqueles que viviam à margem da sociedade por conta da pobreza e da ausência de políticas públicas para a saúde.

Chama-se atenção, ainda, para outros cinco trabalhos acadêmicos, que contribuem para o estudo da cidade de Pelotas do primeiro quartel do século XX. Um deles é a tese de doutorado da pesquisadora Francisca Michelon, “*Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*” defendida na Pontifícia Universidade Católica do RS, no ano de 2001. Na pesquisa é possível localizar onze pontos de modernização do território urbano pelotense, que trabalharemos em seguida.

Os outros quatro são dissertações de mestrado, que desenvolvem diferentes temas sobre o cenário da cidade, mas que muito colaboram para a reconstrução de sua história, sendo eles: “A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928”, escrito por Dalila Müller, em 2004, dissertação de mestrado defendida na Universidade de Caxias do Sul; “Saneamento de Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo de modernidade

e progresso” de Janaina Silva Xavier, defendido no ano de 2010 no Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas; na mesma instituição a dissertação de Rosendo da Rosa Caetano, “O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular: Pelotas, 1923 – 1939”, defendida no Programa de Pós Graduação em História, em 2014; e o trabalho de Melissa Xavier Gouvêa, “Mísera princesa destronada: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928)”, defendido no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, no ano de 2015.

Muitos autores e historiadores já se dedicaram a produzir sobre a história da cidade de Pelotas, mas pouco se avançou no sentido de se ter a cidade como objeto de análise. Comumentemente, a cidade não passa de cenário onde ocorrem as ações cotidianas e palco onde a história acontece. A urbe raramente aparece analisada como processo urbano dentro da historiografia, como fenômeno de urbanização que tem suas próprias redes de relações, que guarda os fatos cotidianos, que complementa e faz a história de seus sujeitos, prédios e praças (RANGEL, 2009).

E o que devemos compreender por cidade, então? Pesavento nos fala da cidade como um reduto de sensibilidades. Como a obra concreta que o homem nunca cessa de construir:

A cidade [...] é algo criado pelo homem, como uma sua obra ou artefato. Aliás, é pela materialidade das formas urbanas que encontramos sua representação icônica preferencial, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. Pela materialidade visível, reconhecemos, imediatamente, estar em presença do fenômeno urbano, visualizado de forma bem distinta da realidade rural. (PESAVENTO, 2007, p.13).

Trabalhar com a história da cidade é afirmar que o cotidiano da urbe constrói, a partir das relações que ali se estabelecem a sua própria forma de se (re) apresentar (PESAVENTO, 2007), ou seja, o que entenderemos aqui como o conceito de representação urbana. Como vimos, este conceito, ainda que pese o risco das simplificações no campo historiográfico, encontra na crônica uma fonte para a análise.

A representação urbana transcende a simples captação de dados sensíveis e opera levando em conta as relações sócio-econômicas, hábitos culturais, etc. O conceito de representação, neste caso, foi

ampliado e particularizado, diferindo do entendimento de senso comum (...). (DRUMMOND, 2001, p.1722)

Isto não significa realizar uma transposição dos elementos que constituem a vida do autor ou do contexto histórico para a sua obra, justapondo conceitos e forçando compreender um pelo outro, mas buscar uma relação de diálogo entre as instâncias de contexto, pessoal e histórico, e texto.

3.1 A cidade charqueadora em crise: o retorno ao passado

Em 29 de junho de 1929, “A Opinião Pública” estampa, em uma de suas aproximadas 8 páginas, a crônica intitulada “Antigualhas de Pelotas: Os velhos cemitérios” de autoria do escritor pelotense Alberto Coelho da Cunha.

Das gentes que povoaram a Freguesia de S. Pedro do Sul, tiveram proveniência os primitivos moradores, naquela época, ínvio distrito de Pelotas. (...) O vilarejo que o brigadeiro José da Silva Paes fizera nascer à sombra das fortalezas e capelas que colocara à entrada da Barra assegurar a posse do território à Coroa Portuguesa, foi o ponto de irradiação colonizadora sobre o interior das terras (CUNHA, 1928).

Está inaugurada a coluna do jornal que vai levar para os habitantes letrados da cidade de Pelotas informações sobre a sua história, iniciando com o povoamento, passando pela distribuição das terras, a construção da igreja, fundação da freguesia, as epidemias, a presença de imigrantes, a formação urbana, entre outros temas.

Contrariando as expectativas construídas na análise das crônicas como o lugar dos fatos menores da história, Alberto dedica suas primeiras crônicas a elaborar uma história do surgimento e povoamento oficial da cidade. Na condição de representante republicano, o autor oferece aos leitores uma História Oficial da cidade, fazendo referência às autoridades oficiais presentes nas etapas de surgimento da cidade, elaborando um texto sobre a fundação dos alicerces da, apesar da crise, próspera cidade.

Assim continua a Primeira crônica:

Em 1758, Gomes Freire de Andrade, no caráter de governador do Brasil, fazia doação a Luiz Osorio, de toda a extensão de

terras que se encerravam entre as lagoas dos Patos e Serra do Tapes, entre os arroios Pelotas e Correntes.

Por escripto de 7 de junho de 1779, d. Isabel Francisca da Silveira adquiriu por compra, da viúva de Osorio, d. Francisca Joaquina de Almeida Castello Branco e seus filhos Romão Luiz Osorio e Bernardino Cardoso Osorio, essa grande sesmaria (CUNHA, 1928).

Muitas questões podem ser levantadas a partir da leitura das crônicas iniciais, mas considera-se importante destacar a condição ambígua do cronista, que tem sua origem social na charqueada e vê a República ser implantada, dentro de um período de profunda crise econômica. Não deseja que os tempos de Império e Escravidão retornem, por seus princípios políticos, mas vê seus ideais políticos se concretizarem no seio de uma crise que ameaça o futuro da cidade e da própria República. Alberto vai representar, no seu texto a cidade, a defesa de seus ideais.

A historiadora Beatriz Ana Loner, em seu livro “Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)”, publicado no ano de 2001, nos fala sobre o contexto histórico e social pelotense da época:

“A cidade de Pelotas, alicerçada pela sólida prosperidade trazida pela economia do charque, e pelo tempo ocioso que esta fonte de recursos garantia a filhos e filhas de elite, terminou desenvolvendo um tipo de sociedade aristocrática e senhorial, com a valorização da cultura e belas artes, e um grande refinamento em termos de costumes. Suas características contrastavam com a vizinha Rio Grande, cidade marcada por um viés comercial e administrativo, em que a presença do porto marítimo era um elemento de destaque na vida da cidade.” (LONER, 2001, p.92)

Pelotas cresceu com abundância e beleza durante todo o período imperial, menos para os escravos das charqueadas, que com suor e sangue alimentavam os deleites dessa sociedade aristocrática e senhorial.

Ester Guiterrez e Célia Gonsales em seu texto, “Pelotas: arquitetura e cidade”, expõem o crescimento da cidade em seus quatro diferentes projetos de urbanização:

A zona urbana de Pelotas teve seu crescimento pautado entre 1815 e 1870, a partir de quatro diferentes projetos de urbanização, conhecidos como “Loteamentos”, todos eles obedientes a um traçado de linhas ortogonais. O primeiro levantamento foi traçado em 1815, e estava delimitado pelas ruas: das Fontes (Alm. Barroso), do Passeio (Gen. Argolo), da Boa Vista (Marcílio Dias) e da Palma (Gen. Neto). No segundo, de 1834, as ruas longitudinais se expandiram em direção ao São Gonçalo, sítio portuário da povoação. Em 1858 ocorreu a terceira etapa, quando a cidade cresceu para o norte, no entorno da Igreja da Luz. Por fim, a quarta etapa aconteceu por volta da década de setenta,

mesma época em que a cidade encontrava-se em pleno apogeu do seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Nesta etapa ocupou-se a várzea do Arroio Pepino. A partir das primeiras décadas do século passado, a implantação de novos loteamentos extrapola os limites dos arroios Santa Bárbara e Pepino e a cidade desenvolve-se para o oeste conformando o Bairro Fragata, para o leste o Bairro Areal, e para o norte, configurando a zona Três Vendas. (GUITERREZ; GONSALES, 2014, p. 517)

Os traçados das principais ruas citadas permanecem até hoje. Em sua vista aérea, Pelotas expressa esse projeto de loteamento, com quadriculados perfeitos.

As três primeiras décadas oitocentistas grifam que a iniciante povoação terá vida e crescerá com êxito, período representado por Alberto, como o de uma cidade coberta por um ar de “boa moça”, trazendo prosperidade e crescimento ao então povoado. O saladeiro toma as margens do Arroio Pelotas e Santa Barbara. Chegada à segunda metade do século XIX, mais de 20 charqueadas crescem no período (GONÇALVES, 2014).

Os filhos da aristocracia pelotense estavam preocupados em se tornarem, na grande maioria, bacharéis em direito – ocupação nobre no período e com *status* reconhecido pela sociedade até os dias atuais. Logo, o acúmulo financeiro estava a cargo de seus pais. (...) Além disso, com o tempo ocioso, aproveitavam os benefícios de uma vida confortável e luxuosa, tais como: aulas de ginástica, esgrima, banhos no arroio Santa Barbara (...). (GONÇALVES, 2014, p. -103)

A República de fato se consumou em 15 de novembro de 1889. Mário Osório Magalhães, em seu livro “Pelotas Princesa”, nos apresenta como a notícia foi acolhida com ares de surpresa por todos os brasileiros:

É fato notório que o advento da República pegou de surpresa a todos os brasileiros, inclusive aos que participaram da conspiração. Arrisco, ainda, uma hipótese: a de que foi tão grande a surpresa, num primeiro momento, que se pôs em dúvida a veracidade da informação. Uma vez confirmada a ocorrência do episódio, qualquer ceticismo dissipou-se de imediato. A surpresa, é certo, se manteve, mas gerou-se a certeza, e com efeito retroativo. (MAGALHÃES, 1999, p.129)

As primeiras décadas da jovem República foram de adaptação e muitas mudanças. A mudança mais pujante era relacionada à força de trabalho, que vinha transformando-se desde a década anterior. Diversas categorias de trabalhadores deram início às suas agremiações, depois de 1880. A extinção da escravidão atingiu as charqueadas, centro produtor econômico de Pelotas (LONER, 2010). Inicialmente, as organizações foram vistas como sinais da

modernização e progresso. Loner (2010) nos remete a proclamação como uma ruptura:

(...) com características negativas para a participação política e o desenvolvimento econômico, como: burocracia, apadrinhamento, apropriação do Estado por interesses particulares, corrupção e ineficiência administrativa. Eram os setores artesanais e/ou empresariais, estabelecidos nas cidades, os que mais acompanhavam o debate sobre a forma de governo e também os que possuíam condições de interpretar e buscar se beneficiar da mudança política ocorrida. (LONER, 2010, p.116)

Após a Abolição, as sociedades e redes associativas negras ampliaram-se, surgindo novos “clubes recreativos, teatrais e carnavalescos, pois a segregação racial era muito forte e impedia a participação (...) em sociedades bailantes ou recreativas frequentadas por brancos” (LONER, 2014, p.87). Houve mudanças no aspecto cultural da cidade, não somente no espaço das elites, mas também no espaço de resistência negra. Essas mudanças nos ajudam no registro das pessoas e personalidades que construíram a história da cidade, pois até o século XX:

O imaginário social pelotense foi construído tanto por literatos como por historiadores que exaltavam que somente os membros da elite e os grandes proprietários de saladeiros ascenderiam e conquistariam espaços de lazer, cultura e sociabilidade. (GONÇALVES, 2014, p.103).

Sobre a Proclamação da República, Alberto Coelho da Cunha, apesar da sua reconhecida liderança entre os republicanos, permaneceu reservado. Na visita que recebeu no verão de 1889, anunciando a República, teria já manifestado que ficaria em segundo plano, como idealizador, não como realizador, conforme consta no capítulo primeiro.

Antes de adentrarmos no século XX, destaca-se um elemento urbano, que liga as mais diversas sensibilidades em ser pelotense. Esse elemento é a arquitetura dos casarões oitocentistas que estão distribuídos pelo Centro Histórico de Pelotas e que sobreviveram ao tempo, representando a opulência e intenso desenvolvimento cultural, contrastada posteriormente com a crise da cidade.

O historiador Fábio Vergara Cerqueira, no ano de 2014, publicou o texto intitulado, “Atenas do sul: recepção e (re)significação do legado clássico na iconografia urbana de pelotas (1860–1930)”, e nos traz uma valiosa contribuição

sobre a iconografia encontrada na arquitetura urbana da época e sua representação histórica:

No período posterior à Revolução Farroupilha, a Província de São Pedro do Rio Grande vivenciou uma prosperidade econômica, com grande destaque ao polo industrial que se formou no último terço do século XIX, nas cidades de Pelotas e Rio Grande. No caso de Pelotas, a indústria saladeiril foi a grande propulsora desse desenvolvimento econômico. No plano urbanístico, no que se refere à atual Praça Coronel Pedro Osório, seus arredores tornaram-se cenário da emulação das elites charqueadoras e estancieiras, que procuraram edificar, junto à praça ou nas ruas circunvizinhas, palacetes cujas fachadas espetacularizavam o status social e cultural que desejavam ostentar. (...) Os padrões arquitetônicos de Pelotas foram influenciados pela Academia Imperial de Belas Artes, averiguando-se, no período compreendido entre 1870 e 1900, um predomínio de construções de inúmeros palacetes por charqueadores, estancieiros e comerciantes, decaindo essa tendência nas primeiras décadas do século XX. (CERQUEIRA, 2014, p.423)

Esta era a paisagem urbana, que o Alberto vivia cotidianamente. Para os republicanos, a presença dos elementos clássicos era fundamental. Vergara destaca cinco pontos importantes ao analisarmos a presença dos Casarões e prédios oitocentistas na cidade e a presença de seus elementos clássicos:

1) A apropriação do clássico não é uma estratégia de legitimação da escravidão; 2) A apropriação do clássico é um fenômeno nacional, característico da urbanização e modernização que caracterizou nosso país entre o Segundo Império e República Velha; 3) A apropriação do clássico constitui um processo de reinterpretação, cujas ênfases variam conforme a região, apesar da recorrência icônica de algumas imagens, como atributos de Hermes (o caduceu) ou Apolo (a lira); 4) Esta reinterpretação do clássico foi nuclear na formação da identidade cultural brasileira no momento de sua intensa urbanização na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, fenômeno internacional ocidental, europeu ou americano, contemporâneo aos grandes saltos que o conhecimento sobre a Antiguidade dava nesta época, com todas as imagens do Mundo Antigo que afloravam nas “Grandes Escavações” feitas na Grécia e Itália no último quartel do dezenove; 5) As marcas deixadas pela apropriação do clássico elaboradas neste período são constitutivas de nosso patrimônio cultural e, portanto, merecedoras de estudo e conservação; (CERQUEIRA, 2014, p.419)

A apropriação do clássico pelos republicanos sustentava a ideia de formação de uma identidade cultural, foi um movimento regional, “de reação à autoridade imperial recorrente na primeira metade do século XIX.” (CERQUEIRA, 2014, p.420). A presença das imagens clássicas nas construções urbanas salienta o processo de urbanização pela razão, ligada aos ideais de “ordem e progresso”, que influenciaram a corrente política republicana da época,

a partir das ideias de Augusto Comte. Após 1889, os republicanos assumem o governo do Rio Grande do Sul, partido do qual Alberto era correligionário.

Fica claro, na construção da escrita de Alberto, que o cronista parte de uma narrativa ideológica. Ele insere seu desejo de progresso e avanço da cidade de Pelotas, assim como os ideais de construção de um Brasil, mais “racional e limpo”, advindo dos congressos e cartas republicanos. Homens de letras, com um vasto conhecimento em filosofia e estudos sociais da época, os correligionários do partido republicano aqui no Rio Grande do Sul não pensavam diferente, almejavam o avanço da cidade higienizada e moderna, debruçada sobre a representação racional vindo dos estudos das artes e cultura clássica.

O cronista, em questão não fugia desse universo de privilégios econômicos. Como como leitor é assim caracterizado por Arriada:

Nesse universo cultural, o jovem Alberto Coelho da Cunha, tudo observava, indo aos poucos absorvendo ideias, costumes, hábitos. Compulsando obras que pertenceram a sua biblioteca, percebemos que era leitor voraz, perspicaz, acompanhando os novos lançamentos. Dos clássicos portugueses, sua biblioteca estava representada pelas obras de Almeida Garret, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Alexandre Herculano, entre outros. Os franceses estavam representados principalmente por Balzac e Vitor Hugo. Dos autores nacionais, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis e José de Alencar pontificavam, embora também ali estivessem Raul Pompéia, Euclides da Cunha, Silvio Romero, José Veríssimo, Castro Alves, Bernardo Guimarães, Couto de Magalhães, Silvio Dinarte, entre outros praticamente desconhecidos para o leitor atual como é o caso de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, José Ferrari, e F. A. da Costa. Também avultava em sua biblioteca o espaço reservado aos autores do sul: Hilário Ribeiro (*Lucinda*, 1875), Carlos Ferreira (*Rosas Loucas*, 1868), Amélia Figueroa (*Crepúsculos*, 1872), Múcio Teixeira (*Vozes trêmulas*, 1873), Apolinário Porto Alegre (*Paisagem*, 1875; *Crioulo do Pastoreio*, 1875), João Simões Lopes Neto (*Contos Gauchescos*, 1912), Alcides Lima (*História Popular do Rio Grande do Sul*, 1882), Assis Brasil (*Unidade Nacional*, 1883; *Cultura dos Campos*, 1905), Oliveira Belo (*Os Farrapos*, 1875), João Pedro Gay (*História da República Jesuítica do Paraguai*, 1863) e Bernardo Taveira Júnior (*Poesias Alemãs*, 1875). Além desses autores, diversas revistas compunham seu acervo, caso da Revista do Parthenon Literário (1869-1875). Embora não faça parte dos autores gaúchos, em função do tema, lá estava Saint-Hilaire (*Voyage à Rio Grande do Sul-Brésil*, edição francesa de 1887). (ARRIADA, 2014, 274)

Além de Alberto ser um estudioso, e como vimos na sua biografia uma referência intelectual para a cidade, era de pai de família, homem de boa índole e com cargo privilegiado na burocracia municipal. Possuía todos os adjetivos necessários à imagem da nova sociedade que se formava. Era um sujeito importante para a implantação do novo regime, dado que ele personificava

transição para a República sem ferir as suscetibilidades da elite charqueadora escravocrata. Como tantas vezes destacado nesta pesquisa, um personagem ambíguo e exemplar da transição.

Os republicanos permaneceram no Governo do Estado por quatro décadas após a Proclamação da República em 1889 (GUITERREZ; GONSALES, 2014). Porto Alegre avança economicamente na virada do século, enquanto Pelotas sofre com a adaptação da industrialização e o declínio das charqueadas (GÔUVEA, 2015). O tecido urbano, o crescimento da população e o projeto higienista se efetivaram, era necessárias mudanças na forma de pensar da elite local:

(...) a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, no final do século XIX, colocou as classes dominantes da época diante da necessidade imediata de realizar reajustes na sua forma de pensar, e de ajustar a sua visão de mundo às modificações sociais e econômicas que estavam ocorrendo. (...) A sociedade e a imprensa reivindicavam melhorias para essas deficiências sociais que ameaçavam os bons costumes e a moral. (...) Com o advento da República no Brasil surgiram novos problemas em decorrência do crescimento das cidades, e que também levantaram uma série de questões que deveriam ser resolvidas como: saneamento urbano, habitação popular, educação e lazer, efeitos da tecnologia, etc. – (GÔUVEA, 2015, p.44)

Na cidade de Alberto não era diferente. Novos desafios se apresentavam ao governo republicano. Um grupo maior de trabalhadores encontrava-se na cidade e a manutenção da ordem se tornou cada vez mais difícil. Os pobres e os senhores podiam dividir o mesmo espaço público. O crescimento de vilas e subúrbios às margens da cidade se intensificou¹⁴. Nosso escritor, atento a essas transformações, as registra no tempo e espaço através das suas críticas esporádicas às administrações públicas, ainda que trabalhando como situação ao governo da época, por vezes, a população e o “desleixo” com o futuro da tão próspera “princesa do sul”. Trabalhando no setor de estatística se debruçou em numerosas tabelas que eram elaboradas e preenchidas manualmente para o registro da intendência municipal.

Um bom número desses documentos foi salvaguardado e se encontram no Fundo Alberto Coelho da Cunha, na BPP. Muitos deles são dados estatísticos e trazem números e cálculos demográficos econômicos. Essa parte da produção do cronista é bastante utilizada nas pesquisas por historiadores que trabalham

¹⁴ Tema da crônica publicada em 5 de setembro de 1928, sobre título “Formação Suburbana”, nas Antigualhas de Pelotas.

com temáticas que interceptam a cidade de Pelotas enquanto espaço geográfico. Podemos citar alguns dados: viticultura, nupcialidade, natalidade, sinopse do movimento demográfico, recenseamento da população em movimento, óbitos, inumações do cemitério da cidade e logradouros públicos. Em sua grande maioria são documentos estatísticos, com base quantitativa e correspondem às primeiras décadas do século XX, constam apontamentos dos seis distritos em que a intendência era dividida na época.

No Relatório Estatístico da Intendência de 1911, sob a chefia de Alberto, consta que a população da época na cidade era superior a 36.243 habitantes. No mesmo ano o autor se dedicou a escrever as notícias descritivas sobre as fábricas. Em pequenos textos, o cronista registra todas as fábricas e manufaturas presentes no tecido urbano pelotense daquele ano. Descreve a origem do estabelecimento, seu local de atuação, com endereço completo, descreve o prédio que está alocado à representação comercial. Alberto é minucioso na descrição dos funcionários, na sua maioria homens, depois mulheres e por terceiro as crianças.

Sáimos da cidade do Alberto e retornamos para a historiografia sobre a cidade de Pelotas. As contribuições de escritores locais e de historiadores por vezes mais metódicos e positivistas acabaram criando um imaginário do século XIX, de cidade princesa, da expressão consagrada de Princesa do Sul (GOUVÊA, 2015). Essa atribuição se deu por conta da ideia de opulência econômica resultante do desenvolvimento das charqueadas.

Legítimos são os questionamentos feitos quanto essa expressão contemporaneamente, pois a escravidão oferecia o braço trabalhador para esse sistema e certamente a presença escrava em condições desumanas bem pouco contribuía para constituir uma paisagem de princesa. Infelizmente a imagem do século XIX opulento ainda é uma presença forte no imaginário pelotense atual.

Durante a passagem para o século XX, considerando questões de projeção mundial, como também local, esse quadro vai se modificar completamente. A paisagem de Pelotas será representada na historiografia contemporânea como uma cidade capitalista, burguesa e industrial.

Beatriz Loner, esclarece que desde a queda do império já se percebia um número relativamente expressivo, de pessoas que viviam do seu próprio trabalho (LONER, 2014):

A riqueza da cidade e de sua elite, baseada no charque e no gado, trouxe para a cidade muitos trabalhadores, desde aqueles que vieram escravizados para trabalhar para seus senhores, como os africanos e seus descendentes, até aqueles que vieram por sua livre vontade, em busca de mercado ou clientes para seus ofícios. Quanto aos primeiros, os afrodescendentes se constituíram no contingente quase absoluto de trabalhadores no Império, alocados em quase todos os tipos de trabalhos, no campo e na cidade. Mais tarde, formaram parte substancial do mercado de trabalho na República, em uma gradação que ia desde os jornaleiros (diaristas), até os mestres artesãos. No Império, boa parte era ocupada nas charqueadas e em trabalhos considerados domésticos, embora houvesse artesãos e jornaleiros na cidade, alguns livres, outros explorados por seus donos. Quanto à indústria, houve cativos empregados em manufaturas, especialmente no ramo de chapéus, além das charqueadas, elas próprias uma atividade manufatureira. Na República, o número de trabalhadores de origem afrodescendente empregados em setores industriais e de serviços, manteve-se bem acima de um terço, especialmente em setores vinculados ao couro, bebidas, alimentação, portos e transporte em geral. Quanto aos chamados trabalhadores domésticos (jardineiros, cocheiros, lavadeiras, cozinheiros, criadas etc.), eles constituíam a maioria. Portugueses também fizeram parte dos primeiros habitantes da cidade e dedicavam-se a seus negócios, manufaturas e comércio, formando um dos grupos mais fortes e consolidados na cidade. A imigração portuguesa permaneceu constante durante o período imperial e novas levadas vinham somar-se aos anteriores, propiciando a mão de obra necessária para o comércio e outros serviços. As demais nacionalidades europeias, no final do século XIX, constituíam-se principalmente de alemães, italianos e franceses, muitos estando radicados em Pelotas desde meados daquele século, inicialmente dedicando-se a ofícios artesanais, com alguns, posteriormente, desenvolvendo oficinas e manufaturas dentro e fora da cidade. No final do século XIX constituíram-se algumas colônias rurais de famílias estrangeiras em regiões próximas, as quais formaram uma reserva potencial de trabalhadores para as atividades urbanas, suprindo constantemente as necessidades do comércio e indústria pelotenses ao longo do século XX, tanto em termos de mão-de-obra, quanto como clientes. (LONER, 2014, p.85-86)

A cidade trabalhadora e industrial aparece ocupada por diversos personagens que compõem os mundos do trabalho e que dão a paisagem urbana novos contornos.

A herança da cultura saladeira, no ano de 1919, apresentava apenas cinco charqueadas, declínio que se agravou ainda mais com a chegada da indústria frigorífica ao longo da primeira metade do século XX (GONÇALVES, 2014). O estado foi atingido por uma dupla produção de carne, gerando um excedente no setor de negociação pecuarista. O mercado reagiu ao grande número de oferta do produto e a crise assolou as negociações e os últimos resquícios da elite charqueadora (MAGALHÃES, 2012).

Esta situação agrava-se com a grande depressão da economia mundial na década de 1920, apesar do contexto mundial, a crise teve reflexo na

economia local podendo ser observado grosso modo com a quebra do Banco Pelotense, em 1928 mantido, pela elite pecuarista local.

O processo de modernização e ampliação da cidade foi registrado na Revista *Almanach de Pelotas*, salvaguardada, também na BPP, tendo seus anos de edição entre 1913 e 1935. Nela se encontram imagens e textos sobre a cidade com os traços da sua crescente urbanização. Alberto chegou a contribuir com a edição da revista, em alguns poucos textos, entre os anos de 1914 e 1931. Sendo alguns deles: “Cidade de Pelotas (Notícia histórica)” (1914, p.59-67), “Os templos de Pelotas” (1914, p. 176-184), “Cursos d’água de Pelotas” (1927, p.124-135), “Reminiscências de um contemporâneo (1927, p.88-95)”, “A vinda do padroeiro de Pelotas” (1929, p.127-138) e “Os velhos cemitérios de Pelotas” (1929, p.145-149).

Francisca Michelin, em sua tese de doutorado, intitulada “*Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*”, no ano de 2001, elenca onze traços que juntos representam a modernidade que atingia Pelotas na época, em seu espaço urbano. Sendo eles: calçamento, pavimentação, praças, jardins a presença do bonde, a aplicação dos serviços de energia elétrica, os trilhos e os postes para funcionamento desse meio de transporte, os automóveis, o movimento, o ruído e a notória presença humana.

Apesar do clima de progresso, os jornais diários de Pelotas registravam muitos problemas do cotidiano da cidade. Eram representadas nas mais diversas manifestações as dificuldades de manutenção administrativa nos serviços de “limpeza dos logradouros, as vias eram pessimamente calçadas, a iluminação era precária” (GOUVÊA, 2015, p.22). Contemporaneamente viviam em Pelotas, os herdeiros da elite oitocentista e os pobres trabalhadores que haviam se concentrado ao redor da cidade, em uma espécie de morada provisória nos cortiços. Sobre as moradias populares, Guiterrez e Gonsales nos esclarecem:

(...) à vivenda popular foram adotadas três alternativas: os cortiços, as vilas e casas em fita e a produção de loteamentos distantes do núcleo original. Os mais pobres alugavam quartos em porões, em edículas no fundo dos terrenos ou em casas velhas subdivididas, chamadas de cortiços. Todas estas opções tinham como característica: o estado precário das edificações, o espaço mínimo por família e o banheiro e o tanque coletivos. (...) Principalmente, a cidade cresceu através de loteamentos populares primeiro em direção oeste, depois, leste. A ampliação deixou vários vazios urbanos. Os primeiros parcelamentos de terras configuravam grupos pequenos de habitações distribuídas ao longo de ruas internas. As vilas Simões Lopes, do Prado e Gotuzzo

constituíram os primeiros exemplos. (GUITERREZ; GONSALES, 2014, p.520)

O ano de 1915, será emblemático para a construção dos espaços de sociabilidade urbana de Pelotas, além da instalação da rede de esgoto, será implantado a rede elétrica. A concessionária Light & Power, responsável pela distribuição de energia elétrica local, em outubro de 1915, inaugurava seus bondes elétricos “proporcionando maior conforto e lucro do que os antigos. O serviço de bondes elétricos serviu a população pelotense até 1955.” (GOUVÊA, 2015, p.36). Sobre os bondinhos, em 1910, há uma nota no jornal “A Opinião Publica”, relatando a nova rotina da urbe que vem se transformando.

[...]o bondinho que lembra uma caixinha de fósforos de cera que fora crescendo [...] que nem parece caminhar e sim voar, como querendo fugir das vistas do viajante, que o esquece logo ao entrar na artéria da movimentosa cidade, onde os carros cruzam e recruzam num incessante e fortíssimo rodar. - CDOV. BPP. Jornal *A Opinião Publica*, Pelotas, 16 de novembro de 1910.

Essas transformações trouxeram novos hábitos ao cotidiano da cidade de Pelotas, como por exemplo, a socialização noturna. Logo os jornais já propagandeavam os estabelecimento como Ba-ta-clan, que na década de 1920, oferecia salão para recreio, grande bar, café, e bilhares esplendidos, conforme anuncio publicado no periódico “A opinião Publica”. As inovações de 1915 não param por aqui, neste ano também, é implantado o Código de Construções e Reconstruções da intendência:

(...) coincidindo com a instalação da rede de esgotos da cidade, é implantado o Código de Construções e Reconstruções. É uma normativa que apresenta inovações em relação às dos primeiros loteamentos: incentiva recuos das construções em relação ao alinhamento das calçadas e obriga a construção de platibandas, eliminando os beirais sobre os passeios. A crescente aglomeração em torno da área central se traduz em uma proposta que expressa uma preocupação com higiene, conforto e segurança, como vinha acontecendo nas “grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, além de outras no estrangeiro”. (GUITERREZ; GONSALES, 2014, p. 517)

Parece que algumas mazelas da administração governamental, logo se apresentaram na rotina burocrática e política da Pelotas Republicana. Havia uma grande preocupação com a violência e a ocorrência de delitos realizados pela população pobre. Entretanto, os melhoramentos eram direcionados a áreas nobre e comercial, como o centro da cidade:

Ao contrário dos loteamentos, o centro recebeu melhorias. Entre 1912 e 1915, a iluminação elétrica atendeu aos espaços públicos, domicílios e comércios, no centro, e às fábricas, no porto. Os bondes deixaram de ser puxados por burros e passaram a contar com a nova energia. As canalizações de água potável foram ampliadas e as de esgoto cloacal implantada. Em 1911, começa a construção da Barragem do Quilombo e da Estação de Tratamento de Água do Sinnott. Na área urbana, entre 1913 e 1915, ergueu-se a Usina de Esgotos da rua Tamandaré e o Sanitário junto ao Mercado Público Municipal. As arquiteturas da Usina e do Sanitário exemplificaram as linguagens utilizadas naquele momento. No sanitário, o uso e os elementos ornamentais geometrizados iniciavam a modernidade. Precocemente, a Usina de Esgotos representou a arquitetura considerada protomoderna. As aberturas continuavam verticais e estreitas. Por ser um local técnico, a solução formal foi austera, despida de decorações. Nos materiais e técnicas optaram por blocos de cimento aparentes fabricados na própria oficina da Intendência (GUITERREZ; GONSALES, 2014, p.520)

O processo industrial se consagrou durante as três primeiras décadas do século, apesar de encontrar a crise do final da década de 1920 e ao decorrer do século XX, não conseguir manter o braço de produção capitalista.

3.2 Para além do ideal republicano: outras representações da crônica de Alberto Coelho da Cunha

Se o discurso republicano contamina as crônicas de Alberto, nem por isto elas deixam de ser crônicas, no sentido da relação de suas temas com aspectos do cotidiano e, conseqüentemente, da forma que são apresentadas. Mesmo quando inicia, cronologicamente, a tratar da distribuição e ocupação das terras onde Pelotas vai se constituir como cidade, o tema que propulsiona a análise é o dos Velhos Cemitérios:

A população se vinha, de preferência, fixando pela parte da circumscrição em maior facilidade de relações com a vila do Rio Grande, sede de uma freguesia cujos latifúndios desconhecidos e confusos, não tinham limites.

Por esse tempo as pessoas que em uma região tal morriam, eram em pleno campo enterradas, à distância das habitações.

A essa época um cemitério definitivo, por estas paragens, ainda não podia existir. (...) Só anos mais tarde foi possível. (CUNHA, 1928)

O acesso que o escritor tinha aos dados estatísticos contribuíram para que as crônicas servissem de um segundo registro de informações que de outra forma teriam se perdido. O papel do cronista como um guardador de informações suscetíveis de desaparecimento em uma sociedade marcada pela quase

ausência de instituições de salvaguarda do passado, ou que dificultam o acesso aos dados, precisa ser destacado. Ainda na mesma crônica sobre os cemitérios, registra:

Deles se sabe que desde 15 de fevereiro de 1814, até a data de seu encerramento, em 1819, a Igreja estabeleceu concorrência ao cemitério, sendo as pessoas mais graduadas que faleciam, sepultadas no corpo da Igreja, como foi em 1819, o próprio Vigário Felício. Quando esse cemitério foi fechado, ele tinha dado sepultura a 225 corpos e o recinto da pequena igreja 75. Os enterramentos tendo sido em número de 32 em 1814, foram de 61 em 1819. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, que tinha o cemitério a seu cargo, resolveu, nesse ano, fechá-lo ali, para abrir novo campo santo, e esse junto à igreja (CUNHA, 1928).

Outra característica da crônica que merece destaque é de quando o autor utiliza de recurso literário, como no caso da metáfora para apresentar fatos do passado.

Em 1928, em uma de suas publicações, o autor trata da presença da peste (gripe) espanhola, que atingiu a população em 1918. O autor descreve a cidade como uma personagem triste em sua coluna, sobre a qual pairava um véu de luto e morte.

Alberto se utiliza nessa crônica da carta que Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro¹⁵ envia a um parente e amigo que residia na ocasião no Uruguai. A correspondência começa trazendo informações desde a chegada da doença na cidade. Cuidadosamente coloca os fatos em ordem cronológica e apresenta o cenário de dor e desespero que envolveu a referida urbe durante os meses que a patologia permaneceu ativa em sua população.

No início da crônica, ainda pelas palavras de Alberto, Pelotas é apresentada de forma propositiva, com destaque para as suas qualidades, ao mesmo tempo em que apresenta a fragilidade e o receio de que a cidade não pudesse suportar a peste:

A nossa cidade, mansa e acolhedora de índole, que vinha, desde que nascera, fazendo vida pacata e descuidada, muito receiava que aqui presente, ela, a sua maldade inata, não pudesse domar.[...] A Espanhola resolveu transpo-la e cá se apresentou. [...] E foi alegre e radiante que, de entrada, aqui se apresentou com ares de boa rapariga, algum tanto estouvada, mas sem revelar os requintes de maldade que já lhe vinham pesando na consciência. (CUNHA, 1928)

¹⁵ Este quando escreveu a carta era juiz municipal do termo de Pelotas.

O escritor caracteriza a peste como personagem feminino, ele a veste, lhe atribui adjetivos, agrega metáforas para expressar seus sentimentos. E continua:

Com ligeiros dengues e requebros, trazia blandícias estampadas nos olhos e nos lábios. Nesse aspecto, de início vestida, não se podia fazer temida e ouviu até, entoar loas à sua benignidade. Nunca o Diabo é tão feio como pintam e por isso alguma confiança se foi estabelecendo, e a população se foi restabelecendo do seu alarma. [...]. (CUNHA, 1928)

O cronista se apropria do cotidiano, dos fatos, que para muitos passaram despercebidos. Ele retrata acontecimentos com que os seus leitores se identificam, pois muitos deles foram atingidos por esta moléstia e outros tantos ouviram falar, temendo seu retorno. Alberto, constrói forte crítica à política dominante da época, por deixar a peste se disseminar e levar o fim trágico de muitos moradores, defendendo a ideia de que higienização é necessária, para a prosperidade de sua cidade, ideia muito caros aos republicanos em todo o país.

Como escritor, ainda que cronista e contista, Alberto não deixa de utilizar algumas ferramentas do historiador para desenvolver seu texto, ele teve o olhar atento em registrar a carta do amigo, Ovídeo, que se encontra na íntegra dentro de sua crônica, para usar mecanismos como a verossimilhança e dar ares de verdade e autoridade em sua escrita.

Na carta estavam registrados dados importantes, óbitos que ocorriam por dia e como as doenças se dissiparam. Alberto também coloca os acontecimentos em ordem cronológica, devido à necessidade do seu texto assim se apresentar, mas faz pequenas considerações históricas da localidade, como nesse trecho que compara a peste com outros episódios de doenças virais ou infecto contagiosas:

A refalsada peste recobrou toda a virulência que de princípio encobrira. Até 22 de outubro fizera trabalho silencioso com o mínimo ruído ou qualquer sinistra explosão, viesse denunciar a sua nefasta atividade. [...] Até então, nesse ano de 1918 como nos anos anteriores, óbitos por gripe, eram casos esporádicos que só de longe em longe se verificavam e por isso não eram luxo do nosso registro. Não costumavam muito mais exceder de meia dúzia por ano. [...] Assim fizera a Espanhola, em outubro, a sua estreia na cidade, preparando-se para penetrar novembro, com arreganhos de leão que invadiu sertão de caça grossa povoado. [...] Novembro foi um mês cheio, funebremente movimentado, só em aspecto comparável, as devidas proporções guardadas, com a minúscula cidade de Pelotas, naquela época era, com o novembro de 1855, em que o cólera morbo fez a sua aparição na cidade, uma irrupção, ainda mais perversa, pela zona das charqueadas. (CUNHA, 1928)

O escritor guardava, analisava, apresentava as situações que marcaram a história da cidade de Pelotas, ordenava e narrava os detalhes e assim desenvolvia traços clássicos de um cronista, que transcreve a sutileza da vida em palavras publicadas para posterioridade, ainda que em material efêmero como o jornal. Assim continua a descreve o cenário de trevas que pairava sobre a cidade enquanto a peste aqui permanecia:

Sobre a cidade pairava um véu de luto e morte que a revestia de um manto de infinita desolação. O seu ruído de movimento e trabalho, a que as suas ruas se haviam habituado foi, de inopino, suprimido, tendo desaparecido o seu transito de veículos e pedestres, como numa cidade de abandono. [...]

Adiadas como haviam sido as comemorações de finados: cinemas e casa de diversões, cerraram as portas, clubes de roletas e jogatinas, pensionatos de artistas e meretrício, perderam a frequência habitual: fora de farmácias e casas funerárias, o movimento único da cidade encontrava-se, desde o amanhecer no Mercado Público, e mais tarde, na escadaria do Paço Municipal. [...] Fabricas, oficinas, empresas de construção e qualquer outra classe de atividade tinham fechado, suspendendo os trabalhos. [...] Evitar a peste era a preocupação geral. Por lei municipal, há mais de ano em rígida execução, as casas de comércio, com exceção de farmácias, botequins, cafés, restaurantes, hotéis, tavolagens, cabarés, entrados então em voga, e poucas outras mais, que a essa classe se aproximam, eram, por essa época, que da nossa reminiscência se vai afastando, obrigada, sol entrado, como no tempo de Aragão, ao fechamento das portas e a suspensão das transações, o que implicava no apagamento das luzes, com que ficava a cidade reduzida à fraca iluminação dos seus espaçados combustores públicos, a cujo topo uma chaminha bruxoleava, com evidente ameaça de apagar-se. Com isso, envolta em trevas, Pelotas era uma cidade negra [...]. (CUNHA, 1928)

Percebe-se o cuidado de aproximar a cidade do leitor, o autor continua a tratá-la como uma personagem, descrevendo-a de forma peculiar em textos que eram produzidos para ser publicados todos os dias. Alberto construía um relicário de informações, colocando nas folhas do jornal uma Pelotas, que não era só um cenário para os acontecimentos, mas que na sua coletividade se tornava também um personagem histórico.

A historiadora Lorena Almeida Gil (2007), em seu livro, “O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930”, usa os apontamentos do cronista, fazendo referência a crônica para caracterizar o cenário caótico da época e a doença que assolava a população. As enfermidades estavam presentes na vida cidadina, principalmente nas localidades mais pobres e com numerosas aglomerações. Muitas dessas doenças e desses episódios estavam ligadas a higiene do espaço urbano. Os

discursos higienistas começaram ainda no século XVIII e se aprimoraram ao longo do século XIX.

A cidade de Pelotas, até meados do século XIX, supria suas necessidades sanitárias de forma primitiva, utilizando-se de poços, cacimbas e cisternas para o consumo doméstico e das águas do Arroio Santa Bárbara para lavagem de roupa. O despejo dos dejetos era feito nas ruas, nos quintais e nas margens dos arroios. Essas rotinas domésticas só eram possíveis em uma sociedade escravista. Era o trabalho negro que garantia o abastecimento de água e a higiene dos palacetes. Posteriormente, os serviços de água e esgoto também se tornaram produto mercantil. Carroças percorriam a cidade vendendo água em pipas e removendo as matérias fecais e águas servidas por meio de cabungos. Mas dispor de recursos para obter esses serviços era um privilégio apenas para as famílias ricas. O restante da população penava diariamente para obter a água e desfazer-se de suas imundícias. (XAVIER, 2010, p.143)

Apesar da cidade se urbanizar rapidamente, o serviço de esgoto continuou sendo um desafio pelo crescimento desordenado das populações pobres, elemento que continuou sendo um desafio para administração pública e as elites locais. “(...) a elite pelotense tomou as rédeas da modernidade e fundou a Companhia Hidráulica Pelotense. A Companhia obteve um contrato vantajoso junto ao Governo do Estado e desta forma ela mantinha o monopólio da água (...)” (XAVIER, 2010, p.146). O que não garantia o acesso de toda a população a água potável e a rede de esgoto, uma vez que só podia ser ter acesso por intermédio da companhia.

Na crônica publicada em 5 de setembro de 1928, sob o título “Formação Suburbana”, o escritor traz informações pertinentes para se entender o processo de formação da cidade, a partir de sua representação do processo urbano. O que segundo Rangel, está intimamente associado com a concentração de pessoas no espaço:

O fenômeno da urbanização está intimamente associado à concentração espacial das pessoas, mas isso é mais efeito do que causa de processos maiores e mais envolventes que abarcam tanto grandes como pequenos núcleos urbanos [...]. (RANGEL, 2009, p.120)

Diferente das outras crônicas, essa trata de um assunto contemporâneo a sua escrita, não tendo um ar somente memorialista, ela começa fazendo relações com algumas leis de território de 1892 e vai até o momento de sua publicação. Alberto parte das divergências do estado e do município em delimitar quem tinha o direito de arrecadação sobre as localidades distante do aglomerado principal de Pelotas:

As aproximações da cidade se vindo aos poucos formando, mais distanciados uns, muito menos outros, com um entrelaçamento de múltiplas relações de dependência não era de extranhar que enquanto o fisco estadual não desse de si acordo, se prevalessem os lançadores do município, numa ampla visão, do ensejo que se lhes oferecia, de sacar contra o futuro. Na demarcação dos subúrbios vieram pois a dar-lhes a maior extensão possível, num alargamento de área que bem longe ia esmorecer (CUNHA, 1928).

Nessa discussão, o cronista delimita o que se denominava por subúrbios, quais as regiões que assim eram assim consideradas inicialmente e o processo de ocupação dessas áreas. Fica clara, aqui, a constante intervenção do estado para taxaço de impostos.

Subúrbios foram, desde logo, considerados todos os arredores da cidade e os primeiros trechos das estradas que dela se afasta (...). Por possuírem os rápidos meios de transporte que a viação férrea proporcionava e que por isso da cidade os avizinha, foram desde logo considerados subúrbios: Vila Teodósio e estação do Capão do Leão e Passo das Pedras. (CUNHA, 1928)

[...] Embora muito longe estivesse, por 1.903, de ser o animado povoado que veio a ser por 1.910 e 1.911, época em que começou a exploração das pedreiras para as obras da Barra do Estado, também foi tomado para subúrbio, embora 18 quilômetros, afastado estivesse do agregado urbano, Monte Bonito, com a estrada que a da cidade a ele conduz. [...] Em virtude disso, passaram os exatores estaduais a se imiscuírem, com os seus lançamentos, nas zonas suburbanas, competentemente demarcadas, fazendo tábua rasa das disposições de lei que decretaram a taxaço para o Município dos imóveis das zonas urbanas e suburbanas e para os Estados os imóveis rurais.[...] Em menoscabo pois do regulamento baixado para a cobrança do imposto territorial, a fazenda estadual foi sorrateiramente, em muitos casos sem atos algum anulatório da demarcação suburbana, que a isso a autorizasse, levada a violar, sem constrangimento, essa área. [...] Como resultado desse procedimento, inúmeros eram os contribuintes que devendo positivamente ser, ou suburbanos ou rurais eram considerados as duas cousas ao mesmo tempo, sendo cumulativamente taxados sobre o mesmo bem. [...] O Município lançava-lhe o imposto predial, o Estado o territorial, e em pacífico conflito com ambos, via-se a lei amarrotada, para servir de para-choque, uma vez que não era ouvida nem atendida, debalde viesse ela condicionando a discriminação das atribuições que as partes interessadas eram conferidas no jogo dos lançamentos (CUNHA, 1928).

Há, na escrita de Alberto, a descrição minuciosa da relação entre o estado e o município e de como essas autoridades eram também surpreendidas pela população. Apesar de todo esforço do poder governamental em manter em seus domínios as delimitações do município, os mesmos eram, muitas vezes, apanhados pela população:

Quando os lançadores municipais, em cumprimento da sua tarefa, meteram-se a percorrer as zonas demarcadas dos subúrbios, vieram a

sentir-se embaraçados em presença das propriedades da companhia Francesa. [...] Trechos de aldeias, com suas casinhas alinhadas, como que, de improviso, haviam brotado do chão, da noite para o dia, cheias de rumorosa população de operários, mulheres como um séquito de vendilhões, quitandeiros e artífices, que as suas necessidades exploravam. Vacilantes e confusos sobre as disposições a tomar na emergência de uma situação nova que se ia criando, os lançadores não tomaram, desde logo, a sua deliberação (CUNHA, 1928).

Alberto, não se preocupa em descrever somente a elite que sua cidade representava. Ao longo de suas crônicas, o autor se manteve falando dos pequenos atores, ao apresentar as pestes espanhola e indiana nomeou os mortos e descreveu os negros na procissão. Quando falou do padroeiro, mesmo que os pobres ou negros dessa situação não participassem, usou de ácidas críticas sobre a forma como as decisões eram tomadas nesse episódio.

Em diversas partes de sua crônica descreve a situação da população mediante intervenção municipal. O autor destaca o caso de seu Graciano Corrêa Lopes, morador do Capão do Leão, o qual pouco tinha e era taxado pelos dois poderes:

Era frequentemente o caso de, em tal malha, ser recolhida mesquinha propriedade, como casinha de taipa e santa fé, encravada em reduzido quintalejo que via lotados: - para o município o rancho, para o estado o terreiro, em que à sombra de duas laranjeiras e três pessegueiros mariscavam meia dúzia de galinhas. [...] Exemplo: - contribuinte Graciano Corrêa Lopes na Estação do Capão do Leão (CUNHA, 1928).

As “Antigualhas de Pelotas” guardam informações que transpuseram o tempo, guardaram sentimentos, pessoas, lugares. As redes aqui estabelecidas foram apresentadas brevemente para constituirmos um panorama da cidade de Pelotas do século XIX. “Até a década de 1930, o planejamento urbano era uma preocupação cotidiana registrada pelos jornais – entre eles o *Diário Popular*, como uma das heranças do desenvolvimento e modernidade que Pelotas sempre trouxe consigo” (CAETANO, ANO, p.45).

Desvendar a cidade que se transforma em um tecido moderno e se urbaniza é um processo de construção histórico complexo e lento, feito por diversas mãos. Muitas contribuições já estão sendo feitas por historiadores contemporâneos que vêm trabalhando com essa temática, como apresentado ao longo do texto, sendo essa uma pesquisa que não se finaliza aqui.

A caracterização da cidade de Pelotas dentro dos parâmetros da “sociedade burguesa” e dentro dos parâmetros de uma modernidade urbana,

objetivou situar a cidade que recebe as crônicas de Alberto Coelho da Cunha. Pode-se perceber a condição paradoxal dessa situação moderna que se desenvolve em torno dos emblemáticos casarões construídos no período imperial, do desenvolvimento da classe trabalhadora concomitante com a permanência de valores escravocratas. Nessa paisagem de dinâmica transformação, Alberto Coelho da Cunha produziu suas crônicas que registram a cidade anterior à modernização, bem como acompanhou as suas radicais mudanças na transição para a República.

É provável que o cronista seja ele o próprio o emblema desse paradoxo que caracteriza a história de Pelotas, pois sendo filho de charqueador, tornou-se um funcionário público, um homem urbano, cujo traço mais estável é nunca ter abandonado a tarefa de registrar os fatos pequenos e cotidianos da cidade que percorreu diariamente nos últimos anos da sua vida ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. [...] a cidade sonhada o possuía jovem; [...] na praça ao murmurinho dos velhos que veem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações.

(CALVINO, 1972, p.12)

O presente trabalho possui, como objetivo geral, tratar das representações urbanas que podem ser percebidas nas crônicas do pelotense Alberto Coelho da Cunha produzidas no início do século XX, quando a cidade de Pelotas transita de uma condição econômico-social caracterizada pela produção charqueadora para uma etapa caracterizada pela indústria.

Para situar a pesquisa da crônica no campo historiográfico alguns pontos precisaram ser aprofundados. Inicialmente foi necessário compreender que a historiografia contemporânea, principalmente a partir das Escola dos Anais, culminando com a Nova História Cultural, abriu as possibilidades da aproximação da História com a Literatura, da apropriação por parte do historiador dos debates acerca da ficção. Não é o caso de se assumir que o compromisso do discurso histórico e do discurso ficcional com a realidade seja o mesmo, pois a distinção entre eles é crucial, mas que nem por isto são compromissos excludentes, onde um é o verdadeiro e outro é o falso, onde não há cruzamentos e coincidências. E neste sensível lugar comum, procura-se estabelecer diálogos e trocas entre ambos.

Não pensar a história como o lugar da verdade e como o oposto da ficção, de quem o historiador se serve na narrativa histórica, tanto de elementos de forma quanto de conteúdo, pois não podem ser dissociados como se separam as peças de um jogo, pressupõe ao historiador pensar o mundo como um texto. Sandra Pesavento (2003) destaca ser este o rasgo principal que caracteriza a Nova História Cultural. Tomar a história como texto, o que significa presentificar no discurso uma ausência, o passado. Em uma só palavra: representar.

Construída esta possibilidade ao historiador, simplificada aqui para fins de se poder circunscrever o objeto deste trabalho, buscou-se definir a crônica como o texto histórico, que fora do cânone tradicional da disciplina no período, pois trabalha com o fato pequeno e com personagens anônimos ou de menor

importância política, situa-se mais próximo da literatura, onde também ocupa condição marginal e onde as representações sobre a cidade, que constroem imaginários urbanos, estão registradas.

A crônica é o texto que trata da história da cidade, que apreende o momento sensível de suas transformações que são objeto de estudo para o historiador. Pode-se afirmar que as crônicas compõem o germe, senão a própria historiografia das cidades (KLEIN, 1997).

As representações sociais, quando pensadas em um sistema coerente, construídas pelos homens para atribuir significado ao mundo, constituem o que chamamos de imaginário social.

Pode-se afirmar que a historiografia da cidade de Pelotas é farta em tratar dos imaginários sociais do período charqueador. As obras de autoria de Mario Osório Magalhães (Fazer uma nota, citar o avô, citar as obras), que capturou em sua obra as representações urbanas de Pelotas Imperial, trabalham na perspectiva da opulência da Princesa do Sul, que no período imperial se caracterizava pelo fausto arquitetônico, pelas festas onde a elite desfilava seu poder econômico, pelos contatos diretos com a moda europeia, com as porcelanas, enfim, com um imaginário que até os dias atuais encontra eco na cidade que se identifica e reforça estas imagens.

O desafio que, porém, as crônicas de Alberto apresenta, é o de pensar as representações que estão postas em um discurso historiográfico que se situa na transição para a cidade industrial, que uma historiografia de cunho econômico social procurou caracterizar, na transição cidade princesa para a cidade operária.

Para fins de Considerações Finais, após esta jornada teórica, sobre a crônica, empírica, sobre a vida de Alberto Coelho da Cunha, e historiográfica sobre Pelotas do início do século XX, faz-se necessário evidenciar uma característica que atravessou todas estas etapas da pesquisa, que é a ambiguidade, a condição híbrida, a posição de fronteira, a condição de transição.

No campo da História, caracteriza-se a transição como aquele período em que as características de uma etapa que está por desaparecer convive com as características da etapa que a precede.

A primeira ambiguidade, no sentido da convivência entre dois universos distintos, é o da condição da crônica, entre a Literatura e a História. A crônica é considerada um gênero menor da Literatura, dados os seus limites em abordar

os grandes temas, de cunho atemporal, que debate questões universais. Na história, sua condição não é muito diferente. A grande historiografia é feita de análises e interpretação que muito ultrapassam, em termos de compromisso o que é função e forma da crônica, ou seja, tratar de assuntos menores em textos para o consumo imediato.

No mesmo sentido, mas não de igual forma, a crônica se situa entre o discurso histórico e ficcional, observado na comparação entre as crônicas de Machado de Assis e Alberto Coelho da Cunha. Por mais histórica que seja a crônica, no sentido do seu compromisso com o real, o cronista possui uma certa liberdade criativa, que pode não ser explorada, mas se constitui num espaço exercício de uma escrita.

Na sequência dos capítulos, a ambiguidade do autor, que transita entre sua origem charqueadora e a sociedade industrial. Nascido filho de charqueadores, Alberto cresce em meio aos debates abolicionistas e republicanos e assume a defesa dos ideais da nova sociedade que se configura a partir do final do século XIX.

Desta última pode-se derivar a transição campo cidade, que caracteriza a trajetória biográfica do autor. A crônica é um texto de consumo urbano, mas seu autor permaneceu por anos vivendo na zona rural. Indicado a um cargo municipal, assumiu a vida urbana e dela fez sua matéria-prima, para escrever as crônicas.

O contexto histórico do período estudado também é de transição, agora política. O Brasil Imperial se transforma no Brasil Republicano, onde novas estruturas políticas e sociais serão implementadas. E a cidade se transforma neste processo. A paisagem urbana se modifica, ganha bairros operários, novos personagens ganham as ruas. Alberto se vê entre dois mundos e cria, em suas crônicas, a cidade de Pelotas, filtrada pelo desejo da República.

A recepção das crônicas na sociedade da época possivelmente responde a uma necessidade de passado, na perspectiva do poder que a história tem de dar sentido ao presente, neste caso, em profunda mutação.

Dentre as questões que esta pesquisa deixou como desafio futuro, a mais importante é a da presença de sinais das ideias, ou de emblemas, ou de uma simbologia positivista na escrita das crônicas de Alberto. Há trabalhos publicados sobre o positivismo em Pelotas na educação, sobre confrontos entre Maçonaria e Igreja Católica, conflitos na imprensa e marcas na arquitetura.

Uma análise das crônicas de Alberto, cruzando a história e a literatura sob o ponto de vista dos signos do positivismo, poderia recolocar o mesmo texto em um outro patamar de análise, além de contribuir para trazer novos aspectos para a história da cidade de Pelotas.

Para finalizar, é importante destacar o potencial de salvaguarda das crônicas que trabalhos de pesquisa como este possuem: protegidas nos acervos, as crônicas guardam informações valiosas sobre o cotidiano do passado que, no mais das vezes, constituem-se o único repositório destes dados com possibilidade de acesso ao pesquisador. Pesquisar a crônica cumpre a função social de preservar e divulgar documentos, dados estatísticos, detalhes menores, um arsenal importante e, muitas vezes exclusivo, da memória e da história da cidade. Com este objetivo de preservação e como um convite ao leitor, as crônicas publicadas entre 25 de julho de 1928 a 11 de setembro do mesmo ano, intituladas A vinda do Padroeiro, em duas partes; Pestes espanhola e indiana, em 5 partes; Formação suburbana, em 4 partes, são apresentadas no anexo do trabalho.

Anexos

Anexo I¹⁶

A Opinião Pública de 25 de julho de 1928

A VINDA DO PADROEIRO

Quando tratou-se da escolha de orago para o povoado, que projetava fundar por 1812, foi fácil tomar, a respeito, uma rápida decisão.

Provindo os posseiros de terra, em que grande parte de gente que figurou nos combates que expulsaram os espanhóis da vila do Rio Grande, havendo a vitória decisiva se pronunciado no dia de festa de S. Francisco de Paula, santo de especial devoção do ilhéus, em boa porção foragidos da Colônia do Sacramento, que aqui havia eleito domicílio, estes fatos e a aquiescência dos filhos do país, já numerosos também, parece dar explicação plausível da razão da invocação, sobre consenso unânime, desse orago para patrocinar o novo reduto de fé que se fundava.

Faltando a imagem para representá-lo tratava-se dos passos a dar para a sua aquisição, quando moradores que tinham sido dos fugitivos da Colônia, lembraram a imagem que Antônio Gomes Moreira, por alcunha Antônio Colônia, possuía em Mostardas.

Conta-se que por ocasião do arrasamento daquela praça, ele, ao pôr-se em fuga, conseguira embarcá-la, furtivamente, em carreta, com a qual meteu-se em marcha, atravessando a campanha cisplatina acesa de guerra.

Gomes Moreira, reza a tradição, de lá se moveu em princípios de junho de 1777, conduzindo a preciosa relíquia, com todo o zelo e cuidado, no forte empenho de pô-la a salvamento em terra portuguesa. Para isso conseguir, todos os riscos correu, afrontando os perigos decorrentes de uma situação hostil e as inclemências de uma estação invernososa, que o flagelou com os seus rigores de frio e chuvas, ao desabrigo de uma campanha despovoada e mal segura, através da qual a sua penosa viagem decorreu.

Fugindo à violência dos homens, era percorrendo trilhas mal transitadas que, acossado de tormentas e chuvas torrenciais, a tardo passo dos bois

¹⁶ As crônicas transcritas nesta dissertação estão escritas com base em língua portuguesa brasileira, com base no Acordo Ortográfico (Decreto n.6583 de 29 de setembro de 2008), disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm Acesso em 15 de março de 2018. As palavras que não foram localizadas traduções ou versões foram colocadas em itálico.

cansados, ia acompanhar à beira de arroios invadeáveis, a espera de baixa das águas, para prosseguir sua rota, rumo a do Chuí.

Termina a margem desse arroio a mais perigosa etapa de sua penosa odisseia, rendeu graças a Deus, por ter atingido incólume e feliz essas paragens, em que de coração desoprimido, sentia renascer em começos de paz e de segurança. Foi saúde de corpo e tranquilidade de espírito, que chegou à vila de S. Pedro do Sul, onde por algum tempo estacionou.

De lá transferido, após, residência para a freguesia de Luiz de Mostardas, consigo conduzindo a sagrada relíquia, objeto do seu culto e devoção. Longos anos, plenos e tranquilos, em paz de consciência viveu, e quase macróbio, cerrou os olhos à cenas do mundo.

Outra versão sobre a origem da imagem que na Catedral de Pelotas se venera, foi nos últimos tempos posta em curso por Ferreira Viana, neto materno do casal Calheca. Talvez a houvesse ele recebido dos lábios dos seus avós, que tão decidida influência tiveram nas negociações em que vieram resultar a translação do santo para altar e templo que lhe foram eretos nesta cidade.

Segunda esta última versão, por ocasião de furiosa tormenta desabada no Atlântico Sul, acoissadas de ondas e ventos, conjurados todos os elementos em desatino e desespero, já desmantelado e sem governo, um barco espanhol *sossobrara* em alto mar. Entre os despejos que as vagas rolaram e atiraram à praia do Estreito, Antônio Moreira Gomes encontrara, encaixotada e em perfeito estado de conservação, a preciosa efígie.

Das duas, era a primeira versão mais coerente, a que propalava os antigos povoadores que tinham S. Francisco como imigrante da Colônia do Sacramento.

Coube as mães de família a missão de entabularem as relações com Antônio Colônia para a cessão da imagem. Como mais entusiasta e fervorosa, a frente dela se colocou D. Florência Maria do Pilar que a si avocou esse encargo, em nome das ardentes aspirações da comunhão católica de nova freguesia.

Era D. Florência, dona de alta posição social, muito considerada entre os seus contemporâneos, habituados a terem em louvor os seus dotes de alma e coração, externados em notáveis virtudes domésticas e de sociedade na sua sinceridade com que punha em prática os seus sentimentos religiosos.

Do mesmo ardor e fé católica, compartilhava seu marido José Gonçalves da Silveira Calheca, ambos comungando nos mesmos princípios e uníssonos

afinando as suas ações na corda da piedade cristã. Em sua casa da charqueada, à margem do S. Gonçalo, onde residiam tinham um oratório com imagens bentas, alfaias e paramentos para a celebração do sacrifício da missa que por vezes padre vindo do Rio Grande ia lá fazer.

Por essas ocasiões, o pessoal da redondeza, acudia a assisti-la e o padre demorava-se na distribuição dos sacramentos da igreja: confissões, penitências, comunhões.

O fervor religioso que nestes remotos troncos se acrisolava, não de todo apagado na sua progênie, veio, em tempos de impiedade e cepticismo, talvez por manifestação da lei atávica, reacender-se, em todo o vigor, para destacar das sombras da vulgaridade, em brilhante relevo colocar a figura inconfundível de Ferreira Viana, seu egrégio neto.

E como se impregnado houvesse nascido e que nas faixas da infância mais se acentuasse, para, com impetuosidade, correr na circulação do sangue, na idade adulta mostrava-se possuído do mesmo ardor de piedade cristã de seus avós; como se houvesse formado o fundo de seu espírito em atmosfera de religiosidade absorvente, mostrou-se da mocidade ao finalizar da vida, um entusiasta irredutível dos dogmas, doutrinas e práticas do catolicismo, de cuja igreja se confessava fiel sectário, em contraste com a sua atuação na primeira fila de partidos políticos que ajeitavam “muletas gastas”, a que se vinha apoiando, em trôpegos passos, o vacilante império. Neste cenário sobretudo os olhos do país pousavam, a sua figura sobressaía e se impunha, de um combatente pertinaz e impertérrito, de ação tão hábil, que encontrava moldes de resguardada a sua sinceridade, poder consorciar a sua doutrina religiosa inflexível, com a moral equívoca das fações políticas com que privava e convivia.

Depois de viúvo, recolhido ao Convento de Santo Antônio, seu Orago, madrugava para ir com a comunidade rezar matinas e fazia vida de penitência para se purgar dos pecados; e diziam os jornais da época: vestido de burel, rosário em mão, subia ao púlpito e ia pregar aos fiéis a renúncia dos bens do mundo, com olhos sempre voltados ao céu. Despida as vestes monásticas e envergada severa sobrecasaca negra, surdia no parlamento do Império, assomava à tribuna que, com a sua presença se alçava para, das alturas, em que pairam águias e de que descem raios, a sua voz despenhar cascatas de eloquências que vinham em ondas sonoras, irisadas de ironias e humorismo que deslumbravam, estonteavam e, por vezes aguçadas, feriam fundo, sem piedade.

No sobrado da costa do S. Gonçalo, que está montado o posto meteorológico do Willy Wetzel, construído por seu pai, João Antônio Ferreira Viana, antigo vereador da nossa municipalidade, teve o seu berço modesto e ignorado.

Tendo seus pais transferido residência para o Rio de Janeiro, naquela capital, se educou, cultivou o espírito e foi, sob os influxos de uma estrela feliz, levado a tomar assento na Assembleia legislativa. No seio das câmaras passou a desempenhar o saliente papel de uma das mais brilhantes mentalidades do seu tempo, atraindo sobre si, desde logo, às vistas do país inteiro que, por longos anos, lhe acompanhou com interesse, e quase sempre com aplausos, palavras, gestos e ações.

Colocada sempre em foco, a sua individualidade singular foi uma das mais discutida, e afinal julgada, pelo seu valor moral e intelectual, uma das maiores dos últimos anos da dinastia.

Seu nome deixou ligado a um dos fastos mais gloriosos da história da humanidade.

Saliente membro combatente da gabinete libertador de João Alfredo, em que foi encarregado de gerir a Pasta do Império, tornou-se um propugnador eloquentíssimo, embora e última hora, da abolição da escravidão.

Contribuindo para o resgate de um crime, quatro vezes secular, pondo na obra de redenção todos os seus esforços, empunhou o camartelo de partir grilhões, que os pôde romper de um só golpe, e chegada a hora decisiva, de seu punho expedir a lei de liberdade incondicional da raça espoliada.

Escassa de filho que adquirissem prestígio pelo valor intelectual, em terra pequenina, que viu no seu céu despontar uma estrela de primeira grandeza, que em outros horizontes foi crescer, em sua penúria reivindicava um raio de sua gloria.

Sua avó Florência Maria do Pilar, com tanto ardor advogou a causa dos moradores do distrito, propugnando a vinda de S. Francisco de Paula, que viu seus esforços coroados de êxito.

As suas injunções, não pôde opor resistência Antônio Colônia, que teve que prestar-se, de boa vontade, a ceder aos pedidos que lhe eram dirigidos em nome dos devotos do distrito, que tinham eleito aquele santo para o seu Padroeiro.

Custava por certo, aos seus sentimentos de crente inveterado, em vida sua, separar-se do seu companheiro de travessia acidentada, em que por vezes a sua constância foi posta à prova; consorcio que lhe foi de horas amargas, quando errante e batido da sorte, por ter perdido sossego, paz e prosperidade, com seus bens destroçados e postos em confisco na vila do sacramento, procurava um recanto tranquilo, em que se refazer pudesse dos males sofridos, pelo emprego de ordem, método e assiduidade no trabalho.

A Opinião Pública de 26 de julho de 1928

A VINDA DO PADROEIRO

(Conclusão)

E ali, naquela estreita península, habitada por gente pacífica, modesta e laboriosa, guardada de um lado pelas ondas do Atlântico a quebrarem-se raivosas sobre praias inóspitas e do outro pelas vagas mansas de mediterrâneo bonançoso, encontrou o cobiçado e remansoso torrão, em que pôde assentar o seu lar, provido de bem estar e fartura e proporcionar à sua preciosa imagem, abrigo e santuário.

Em sua preciosa labuta, quando o sofrimento e atribulações o assaltavam, sobre a sua alma combalida, descia doce conforto, na recordação dos exemplos de resignação, cordura e bondade, de que a vida do santo foi espelho, em sua passagem pela terra. Sob esse influxo, a sua existência decorria unvida de resignação que lhe servia de broquel contra as privações que Deus lhe enviava para experimentar a firmeza da sua fé.

Demais, já indo alcançado em anos, via que a vida estava próxima a terminar e em vida devia confiar esse depósito sagrado de circunstâncias e vicissitudes puseram a cargo da sua fé, constância e firmeza, e assim mais valia, satisfazendo instâncias e pedidos, dele aparta-se, desde já, ficando-lhe a certeza de tê-lo confiado à devoção de um povo, que estava construindo um templo e armando um altar para, condignamente, recebe-lo.

Mesmo dele arredado, dele distante, para ele volvendo o pensamento, havia de o santo estender-lhe as preces e enviar-lhe assistência; dele esperava conforto e resignação no momento do trespasse, que já bem próximo pressentia.

Como as obras da igreja que se construía sob a direção do Padre Felício, com assídua cooperação do capitão-mor, estivessem adiantadas, por princípios de setembro tratou-se de promover a vinda do Padroeiro.

José da Silveira Calheca, todo pressuroso, quis tomar a si essa incumbência que, por geral consenso, lhe foi deferido.

Convenientemente aprestado, o veleiro iate “argelino” se pôs à capa, quando vento de feição se apresentou, flechou a rumo da foz do S. Gonçalo. A seu bordo Calheca levava o vigário Dr. Felício Joaquim da Costa Pereira, que quisera ser companheiro de romaria de alguns homens de confiança.

Em momento do ano, em que ainda todos os ventos do quadrante estão em fúrias amainadas, foram de sorte e a viagem se estreitou amena e aprazível, por entre as margens do canal, tendo a se desdobrarem ante à vista, verdores de campinas intérminas e sobre as cabeças rútilo azul, em céu côncavo e profundo.

Transportada que foi a barra do S. Gonçalo, ante si tiveram a massa líquida da lagoa, em calma de mar que repousa, de ondas levemente arrepiadas por brisa de primavera, que se anuncia.

Com céu tranquilo, inundado de luz, que o sol peneirava, em acuas de ouro sobre ondas que, prateadas de espuma, bailavam sobre os costados do iate, foi que, ao pôr do sol do dia seguinte, avistaram os alvinitentes areais da freguesia de S. Luiz de Mostardas que se prolongam até as margens da Lagoa.

Além da ponta de Cristóvão Pereira, acharam um ancoradouro seguro, em que o “Argelino” lançou âncora.

Baixados à terra, os viajantes partiram em busca da casa de Antônio Moreira Gomes, que ainda distante morava.

Entre habitações e praia, demorando regular distância, foi preparada uma carreta para o transporte do santo, em sua última viagem. E foi numa tarde, em que o sol, envolto em amplos véus de ouro e púrpura, baixava sobre as crespas águas da Lagoa, que ele, com o acompanhamento de Antônio Colônia, seus filhos, parentes, vizinhos e a pequena comitiva que o foi buscar, deu entrada a bordo.

Sobre a madrugada seguinte, o “Argelino”, soltas as velas, dava costas à freguesia de Mostardas, metia-proa ao sul em regresso às terras que se iam devotar ao culto e guarda da peregrina imagem.

A notícia do preparo que se fazia do barco para ir àquela freguesia buscar o Padroeiro, tinha se propalado com rapidez pelo distrito. Essa viagem, que despertara um interesse geral, era objeto de comentários por todos os seu recantos, ocupados por posseiros, almas religiosas e simples, que se espalhavam das planícies do litoral, às abas da Serra: queria-se conhecer da partida do iate, para prever a data do regresso.

Quando se soube ter o iate saído da barra do S. Gonçalo, ficou o povo em ansiosa expectativa, aguardando a sua volta. Para que a sua chegada não se desse encontrando a população desprevenida, alguns vigias foram escalados

para assinalar a aproximação do barco. Uns, sobre a lombada fronteira ao S. Gonçalo, daria aviso da sua entrada à barra.

Fato dessa ordem, na pasmaceira em que, de hábito, viviam imersas estas solidões, naqueles tempos primitivos, era acontecimento digno de alta retumbância.

Quando na entrada do canal, se esbateu na transparência de uns límpidos céus de setembro, uma mastreação embandeirada em arco, garrida de flâmulas e galhardetes, célebre a boa nova, por estabelecimentos marginais de charqueadas e olarias, por toda a parte ocorreu, pondo a zona em alvoroço.

Dessuado movimento de gente se produziu na região, por então ainda indene de agitações, de que talvez essa fosse a primeira, oriunda de sentimentos baralhados de entusiasmo, emoção e curiosidade, de que todas as almas se deixaram invadir. Esse era um acontecimento notável, a perturbar a pacatez de uma região rústica, de vida tranquila, em que todos os dias corriam parelhos pautados por uma bitola de uniforme placidez. Moradores de casas, casebres e ranchos, saíram para as estradas, por ter vindo a se tornar esse dia, um dia de festa e regozijo, em que as próprias senzalas das charqueadas, se deixaram esvaziar.

Gentes em grupos, tomavam as veredas de então, que prestavam os mesmos serviços das estradas atuais.

Para a residência de D. Florência, situada junto ao porto da charqueada que, muitos anos depois, veio a ser José Inácio, onde se devia dar o embarque do Padroeiro, começou a se fazer a afluência de famílias das suas relações, da vizinhança e de arredores e de pessoas vindas de mais longe. Muitos dos homens de considerações do distrito que haviam de vir a ser mordomos do Santíssimo, faziam ato de presença.

D. Florência, suas filhas e genros, Ferreira Viana e Valadares, faziam, em ausência de sua chefe, José Calheca, as honras da casa.

A concorrência de devotos, movidos de curiosidade, ia-se apinhando por terreiros e tinha tomado conta da cancha e galpões.

Enquanto lépido e empavesado, se vinha aproximando o barco alvissareiro, se foi coalhando de gente a barranca do canal. Quando ele ao trapiche atracou, a aglomeração do povo, ansiosa de esperar, insofrida invadiu o convés do iate querendo, em satisfação de sua curiosidade, saciar os olhos na contemplação miraculosa e fígie, em que tanto se falava, a cujo redor tanto rumor

se fazia, sem ser de ninguém conhecida, e cuja beleza e perfeição de traços eram gabadas, na fé das notícias espalhadas.

Aureolavam-na ainda dos prestígios de uma origem lendária em que, ou ela vinha da Colônia do Sacramento, salvando-se incólume dos fogos da guerra que aquela praça ardia, ou milagrosamente trazia das tormentas do mar por uma onda carinhosa que mansamente a repousou em praia amiga, a ela a confiando como relíquia preciosa de um “naufrágio”.

Feito o desembarque, organizou-se um préstito para conduzi-la à casa do Vigário que no declive de lomba próxima se divulgava, de paredes de adobe, branqueadas de cal e coberta de palhas de Santa fé. A um dos lados lhe corria um renque de jerivás, que deu ao lugar o nome de Coqueiros.

Nela se tinha preparado, para curta estada, um altar condigno. Nesse local, exposto à veneração dos seus inúmeros fiéis, conservou-se o santo até o dia 23 de dezembro. Durante esse tempo, em capela improvisada, e diante de um altar provisório e de numerosa assistência, o padre Felício celebrava os ofícios divinos. Em outubro se fez a primeira encomendação.

Com a entrada do Padroeiro em terras de sua freguesia, difundia-se uma aura de benevolência no espírito dos paroquianos que, sob sua influência, fácil foi ao vigário, com o simples emprego dos meios suasórios, das admoestações e do conselho, que eram reflexo justo da doçura do seu caráter ponderado e meigo, conseguir restabelecer uma harmonia e concórdia, indispensáveis á do seu rebanho, alterada, pelas dissensões que se produziram, por ocasião da escolha do local em que devia ser levantada a igreja da freguesia.

De acordo com essas divergências originavam, restava, desde a vinda do Padroeiro, recordação tão breve, como leve rastro de nuvem tênue em limpidez de céus. Era o esquecimento que vinha, e com ele, apaziguamento e reconciliação.

Como seu resultado, apagaram-se os dissentimentos e confraternizaram os ânimos em uma reunião sagrada.

Dela dimanou a força de que dispôs daí em diante a freguesia, na senda de seu progresso, de que se vieram a tornar fortes propulsores aqueles varões ilustres, que fizeram sacrifício das suas preferências, em holocausto ao bem geral. E foi já com a cooperação de todos aqueles que ainda, em ano atrás, não conformistas, se digladiavam que as obras iniciadas pelo capitão-mor, em isolamento, tiveram rápido andamento e vieram se concluídas.

O Padroeiro achava-se instalado em terras postas sob a sua invocação, já próximo ao vestíbulo do seu templo; e só aguardava que pudessem ser abertas as suas portas, de par em par, para nele fazer um solene ingresso.

Alberto C. da Cunha

NOTA: - Nas antigualhas sobre cemitérios, cometeram-se alguns equívocos: meu, por descuido, situando o da rua do Passeio na quadra entre as ruas Santa Bárbara e Augusta, quando eu tenho em apontamento, ele colocado entre Augusta e Flores, e mais sobre Augusta, por ser o terreno sobre aquela um charco que abria sanga sobre a da Vigia; da tipografia, quando às voltas coma minha trêmula caligrafia, decifrou 1846 – por 1876, como data da procissão da Cruz e o cortejo maior de 4.000 pessoas de todas as jerarquias, traduziu por pessoas de todas as paróquias.

Não julguei que valesse a pena voltar a vaca fria para retificações.

A.C.

ANEXO II
A Opinião Pública de 27 de agosto de 1928
(Por Alberto Coelho da Cunha)

PESTES
ESPAÑHOLA E INDIANA

XXI

Resolvida tal criatura a empreender um raio universal, em que todos os cantos da terra ele esmiuçasse, Pelotas, que também é terra habitada, bem havia de merecer as honras de um visita.

Em falta ela não podia ficar; não devia passar de largo, deixando de cumprir um dever de cortesia, muito de apreciar entre gentes civilizadas.

Quis por isso, com a sua presença, este pequeno torrão honrar e nele, de si, deixar perdurável memória.

Como pessoa de valimento, fez na nossa terra uma entrada discreta, sem se fazer preceder de reclamos nem de estardalhaços de chamar atenção.

As notícias que, a seu respeito, pelo mundo corriam, não a recomendavam ao bom agasalho dos povos, a quem se dirigia. Como indesejável, devia ser repelida, à sua simples aproximação, e nenhum abrigo ou guarida, por mais esconso que fosse, lhe sendo permitido acoutar-se.

A influência de uma campanha de descrédito, que lhe vinha sendo infringida, por esse mundo a fora, por onde perambulou, antes de aqui apontar, não podia ficar indiferente, à imaginação da nossa gente, suggestionável e cândida.

Como uma resultante dessa campanha uma atmosfera de desconfiança e de prevenções, contra ela, aqui se formara.

A nossa cidade, mansa e acolhedora de índole, que vinha, desde que nascera, fazendo vida pacata e descuidada, muito receava que aqui presente, ela, a sua maldade inata, não pudesse domar.

Entre nós se aboletando, seria hóspede importuno, que já vinha de outras terras mal afamada e sem dar-nos esperanças de vir encontrar aqui meio adequado a fazê-lo moderar o seu gênio, posto à prova em outras partes, em que exibiu, todo o alcance da sua ferocidade.

Se como, em outras terras se comportou, assim nesta agisse, maus bocados teria de passar a cidade que viesse ter por hóspede.

Grandes e profundos desgostos se lhe entolhavam por perspectiva de uma indesejável estada; que receava vir sentir-se, para além de toda medida, saciada de dissabores.

Previendo a sua vinda, e longe ela ainda das nossas praias, e já a nossa gente se sentia tomada de sustos e temores, sem poder enxergar recursos com que se precaver e nutrir esperanças de vê-la por um óculo, ao longe passar, a rumo de outros bordos.

E como conjurar o mal, se o mal viesse?

Reconhecida a sua impotência para opor repulsa forte que fosse compatível com o rigor de uma ameaça que em si traz força dominadora das mais bem aparelhadas resistências, só podia, em sua fraqueza, se valer e pôr em apreço, as virtudes miríficas, mas ainda prestigiosas, das abusões populares que de hábito se exteriorizaram em figas, persigações e exorcismos.

E em falta de mais valiosos da higiene oficial dos expurgos e defumações, era, a ocasião vinda, com esses signos e esconjuros da cabala clerical que se buscava afastar as artes do Tinhoso que, da Espanhola se vinha valendo para devastar, acabrunhar a humanidade e faze-la renegar de Deus.

Dizia Silveira Martins que a Barra não tinha querer. E ela não o teve. Não pôde opor barreiras ao engenho humano, nem soube criar dificuldades à entrada da hóspede indesejável.

A Espanhola resolveu transpô-la e cá se apresentou.

Tanto se importando, com as defumações científicas, com os esconjuros de religiões, que se mostraram por igual inócuos, ela, com um ligeiro sacudir de ombros, veio tais exorcismos no chão arriando...

E foi alegre e radiante que, de entrada, aqui se apresentou com ares de boa rapariga, algum tanto estouvada, mas sem revelar os requintes de maldade que já lhe vinham pesando na consciência.

Com ligeiros dengues e requebros, trazia blandícias estampadas nos olhos e nos lábios.

Nesse aspecto, de início vestida, não se podia fazer temida e ouviu até, entoar loas à sua benignidade.

Nunca o Diabo é tão feio como pintam e por isso alguma confiança se foi estabelecendo, e a população se foi restabelecendo do seu alarma.

Por meados de outubro estava-se com a espanhola em casa e longe de ser o que se dizia, de confirmar a fama que a precedera, ela se mostrava, em

seu trato íntimo, modesta e benévola, não dando grandes incômodos a quem teve a pouco apetecida sorte de pôr-se com ela em contato.

As suas insídias, se as trazia, estavam postas em reserva, pois foi com os pés de lã que entrou na cidade. Se aqui as forjou por haver deparado, para isso, em tal meio, superabundância dos elementos precisos, certo é que o seu jogo só o descobriu depois de se achar havia a muitos dias dentro da praça.

Então a boa rapariga cuja camaradagem importuna era-se forçado a tolerar, transformava-se em repulsiva megera que já perfeita conhecedora do terreno que lhe fora fácil conquista, todo ele percorria, dando sobre ele vazão aos maus instintos que por tantos dias trouxera recalçados. Começou a fazer uso de atividade insopitável fazendo ato de presença por todos os ângulos da cidade.

A sua inesperada aparição, onde quer que se produzisse, já era seguro prenúncio de dores, de mágoas, de morte e de luto.

Até então, nesse ano de 1918 como nos anos anteriores, óbitos por gripe, eram casos esporádicos que só de longe em longe se verificavam e por isso não eram luxo do nosso registro. Não costumavam muito mais exceder de meia dúzia por ano.

Conduzida sob o patrocínio da Espanhola que todos os seus disfarces e benignidades houvera por bem arrojar ao monturo, tivemos caso mudado de figura.

A refalsada peste recobrou toda a virulência que de princípio encobrira. Até 22 de outubro fizera trabalho silencioso com o mínimo ruído ou qualquer sinistra explosão, viesse denunciar a sua nefasta atividade.

Só nessa data começou o burburinho da revolta contra a sua permanência na cidade, onde já não guardava a atitude pacata e benigna que, de entrada, aparentava possuir.

Nesse dia ocorreu o primeiro óbito, cujo a causa lhe foi atribuída. Foi o de uma menina de oito anos, pela mão do Dr. Garcia conduzida a cova, onde foi dar amortalhada em uma gripe intestinal.

Sem dar sinal de si, daí dias se passaram. Como sucede a víbora, ao que parece, a espanhola retraía o corpo para, com maior firmeza dar o bote.

Já pelo dia 28, requisitava o seu lugar no cemitério, baseado em passaporte que lhe outorgara o Dr. Santos Silva, um viúvo, de nacionalidade

portuguesa, já sexagenário, vitimado por uma broncopneumonia, com infecção gripal.

Trégua de dois dias. No dia 30, por sua culpa, eram remetidos à última morada três defuntos: pelo Dr. Romano uma viúva de 53 anos, que tinha por bagagem uma simples gripe e pelo Dr. Menezes dois moços solteiros, de 23 anos um, de 26 outro, ambos munidos de pneumonia gripal.

Encabeçada por aquela menina a marcha fúnebre que a Espanhola dirigida, o préstito da Avenida 20 de setembro mostra tendências a se avolumar.

Até tal data, a média diária da mortalidade de registrada, na cidade, era de 3,70.

No dia 28 foram registrados 8 óbitos, que no dia 29, baixou a 3, para elevar seu número a 9, no dia 30.

O dia 31, mais carrancudo e ameaçador se apresentando, exigiu, desde logo, a abertura de 15 covas, em chão sagrado.

Nelas mandaram-se acomodar: o Dr. Balreira, uma viúva de 29 anos, com a sua pneumonia gripal; o Dr. Ariano uma senhora casada, de 36 anos, com gripe hemorrágica e com a mesma classe de gripe; outra o Dr. Garcia, com 43 anos. Ainda nesse mesmo dia, para lá remeteu o Dr. Ariano, estendido por uma pneumonia gripal, um homem, sem mulher, de 34 anos. O número de 15 passaportes foi completado pela subintendência, já chamada a essa classe de atividade, mas sem ainda se animar a diagnosticar, à espera da ocasião de vir fazê-lo, como veio a suceder mais tarde, quando se viu forçada a ir levar a sua assistência à cabeceira dos enfermos desamparados.

Assim fizera a Espanhola, em outubro, a sua estreia na cidade, preparando-se para penetrar novembro, com arreganhos de leão que invadiu sertão de caça grossa povoado.

Novembro foi um mês cheio, *funebremente* movimentado, só em aspecto comparável, as devidas proporções guardadas, com a minúscula cidade de Pelotas, naquela época era, com o novembro de 1855, em que o cólera morbo fez a sua aparição na cidade, uma irrupção, ainda mais perversa, pela zona das charqueadas.

(Continua)

A Opinião Pública, de 28 de agosto de 1928**PESTES****ESPAÑHOLA E INDIANA****XXII****(Continuação)**

Só na charqueada, da Graça, à margem do Arroio Pelotas, ocasionou em 6 dias, de 15 a 21 de dezembro, 62 óbitos, entre os quais o da esposa e uma filha do futuro Visconde da Graça.

Dizem os registros do cemitério da Avenida 20 de Setembro, à cargo da Santa Casa, que da data de sua inauguração, em 23 de novembro, que desde esse dia até 30 de junho de 1856, nele foram sepultadas 429 pessoas, das quais 320 vitimadas por moléstias gerais infectuosas, classificação em que andava metida essa peste.

Depois de junho de 1856, afastada a epidemia, com reflexo desse acontecimento, a mortalidade na cidade também baixou. Tendo sido de 429 em 7 meses, quando a peste devastava a cidade, nos 12 meses que a esse seguiram, conformou-se em só arrebatarnos apenas 269 vidas, das quais apenas 29 couberam às moléstias gerais infecciosas.

A população da freguesia da cidade devia, por aquela época, orçar por uns 5.900 habitantes, sendo de 9.500 almas a de todo o município.

Assim sendo o seu coeficiente de mortalidade, tirado sobre 7 meses, por não haverem chegado até nós dados dos 5 anteriores, se eleva a pasmosa cifra de 72,71 por mil habitantes.

Muito tempo após de ter traçado estas linhas, quando já nenhuma esperança alimentava de vir a colher ainda, em vida minha, qualquer informação valiosa sobre aquela já de nós tão afastada época, um providencial acaso, como que em satisfação ardentes anelos, veio depor-me em mãos uma carta, velha de mais de setenta anos, mas ainda bem conservada e lépida, que, com emoção e carinho li e que, como documento precioso e raro, *ipsis verbis*, transcrevo aqui.

Um testemunho de contemporâneo que me faltava e pelo qual ansiava, inesperadamente, se me apresentou.

Num pequeno pacote de cartas antigas que andam quase beirando um século e algumas mais do que nonagenárias, versando íntimos assuntos de família e num delas notícia da morte, por apoplexia, em 1839, ocorrido na ilha dos Marinheiros, do antigo juiz de paz da Vila de S. Francisco de Paula, de

Pelotas, ali emigrado, Manoel Pinto de Moraes, cuja leitura me foi confiada, deparei uma do Dr. Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro, que, pelo interesse que oferece, foi destacada e reproduzida neste lugar.

Este bacharel, oriundo de família pelotense, que morreu desembargador do Tribunal da Relação da capital do Império, onde exerceu também a chefia de polícia da corte, começou a sua vida de magistrado no torrão natal dos seus maiores.

Como juiz municipal do termo de Pelotas, filiado a comarca do Rio Grande, serviu nesse caráter aqui, desde 26 de agosto de 1851, data em que foi empossado, até 9 de outubro de 1856, quando foi exonerado.

Na pequena cidade provinciana de Pelotas daquela época, ela era das mais conspícuas figuras representativas pela inteligência, pela cultura, pelo caráter e pelas funções que exercia, não havendo outro juiz togado na terra.

Deve ser por isso testemunha idônea dos fatos que, às suas vistas, se desenrolaram e que ele em carta de 17 de dezembro de 1855, relata a um parente, amigo e companheiro de infância, então ausente na República do Uruguai.

A figura do Dr. Trigo de Loureiro, para aqui a tal propósito trazida, vem fazer reviver um já longínquo passado sobre o qual mais de duas gerações se projetaram e passaram.

A sua palavra, vinda de um túmulo há muito cerrado, será ouvida com respeito e unção, devidos a um conterrâneo que no aprumo de uma vida de honestidade e de brilho, fez a sua trajetória por uma atmosfera de acatamento e de estima de seus contemporâneos; será que um eco a projetar sobre as névoas desse passado um jacto de luz que algumas, das muitas cousas ignoradas nos vem esclarecer.

Pelotas, 17 de novembro de 1855

A atmosfera parece pura, o sol está brilhando, o calor não é intenso, as manhãs são frescas e perfumadas e contudo o – cólera- penetra por toda a parte e ataca, derriba e mata centenas de criaturas com força tal, que espanta e aterra os ânimos mais esforçados.

Desde o dia 8 do mês passado, em que se declarou a terrível epidemia pela vez primeira nesta cidade, tem feito por aqui inúmeros estragos e estendendo e arrastando após de si seu negro manto de desgraças, tem hoje

percorrido a Província quase toda, empestando também Rio Grande, Jaguarão, Bagé, S. Gabriel e Porto Alegre.

Esse terrível e amaldiçoado viajante que vindo originariamente das margens do Ganges, descendo pouco a pouco do norte do Brasil, foi deixando por todo o seu ominoso caminho estragos, mortes, desolação, lágrimas, - misterioso como a legenda do Judeu errante, de que talvez tira seu nome, - vagaroso como a eternidade, implacável como o destino e medonho como a cólera de Deus, tem feito, em tão poucos dias, larga colheita de vidas.

Trezentas vítimas nesta cidade, duzentos de cinquenta no Rio Grande, duzentas e tantas em Jaguarão, trezentas em Porto Alegre, e em proporção quase igual em outras partes, tem sido ceifadas pela sanguinolenta foice do feroz viajante repousam tão cedo no húmido chão dos cemitérios.

De 10 a 18 mortes por dia nesta cidade, de 20 a 30 no Rio Grande e de 30 a 40 em Porto Alegre, que tem sido a proporção que tem guardado a enfermidade.

Cenas, - tristes cenas: - iguais às de Cameta e S. Amaro se reproduzem na Província: - as autoridades e médicos fogem de Jaguarão, abandonam o seu posto de honra e deixam ao desamparo e confiada apenas à Divina Providência; as repartições públicas se fecham por terem morrido ou por sido fortemente atacados os seus empregados; dois mil doentes, segundo publica o jornal de ontem, são prostrados em seus leito de agonias, vencidos pela enfermidade; e as eleições provinciais, deixam de fazer-se no dia 8 marcado pela Presidência, porque os bravos eleitores da Fronteira, horrorizados em vista da intensidade do mal, não ousam reunir-se.

Até sexta-feira passada (7 do corrente) a epidemia parecia haver declinado nesta cidade: até mesmo sua invasão era mais benigna e atacava de preferência os pretos escravos e a gente de cor pobre, e cuja vida não passava nas precisas condições de asseio e alimentação sadia.

Na tarde, porém, desse dia houve procissão de preces com a imagem do Senhor dos Passos: - a concorrência foi imensa; - grande multidão de gente de todas as classes, de homens, de mulheres e de crianças se apertavam, se confrangiam e se condensavam por de trás do andor: - impelidos por um zelo sincero, porem irrefletido, levados por sua fé viva e por isso mesmo cega, não previam – os míseros: - que, assim corrompendo

(Continua)

A Opinião Pública, de 30 de agosto de 1928

PESTES

ESPAÑHOLA E INDIANA

XXIII

(Continuação)

Ainda mais o ar com suas respirações todas reunidas, calcando o chão com os pés descalços, como até algumas senhoras respeitadas fizeram, e expondo as suas cabeças descobertas aos ardores do sol, às emanações mefíticas da atmosfera, e pôr fim a pernicioso influência do sereno da noite, violavam as mais comezinhas regras de higiene e davam contra si mais probabilidades de serem acometidos.

No dia seguinte – uma chuva prolongada resfriando e umedecendo repentinamente o ar, - continuou a fazer recrudescer o mal.

O que deviam, naturalmente, acontecer, a menos que um milagre evidente de Deus o não impedisse, - efetivamente aconteceu: - muitas pessoas foram atacadas no mesmo ato da procissão; e outras levando para casa a causa da infecção adoeceram na mesma noite ou no dia seguinte.

E hoje – os casos são mais fulminantes, a invasão mais rápida, os sintomas mais aterradores, e a morte mais imediata: - há quatro dias andava ainda na rua a mulata Josefa do tio Campos; pelas 9 horas da manhã foi atacada, e às 4 horas da tarde o seu cadáver era conduzido para o cemitério, - já completamente desfigurado, com os olhos encovados, as faces sumidas e a pele ressequida e pegada aos ossos, como se por muitos meses tivera estado de cama.

O tio José Inácio já perdeu também um escravo; tem-lhe adoecido quase todos; e hoje tem ainda na charqueada 9 doentes: - e entretanto é ele um dos raros charqueadores da Costa de Pelotas sobre quem paira tamanha felicidade: - dentre seus colegas contam - o Vinhas, 19 escravos mortos, - o Custódio 18, o Manoel da Espada 13, o Maneca Viana e o João Jacinto 8, o Aníbal 6, e assim por diante.

Confesso-te, que tenho medo: não me tenho em conta de covarde, ,me considero até homem de firmeza regular: e contudo tenho medo de tão horrível moléstia que mata tão rápido e desapiadadamente.

Basta por agora: em poucos dias vamos para a chácara com o tio Campos, levando os precisos medicamentos, logo que se restabelecerem as outras mulatas que ficam doentes.

O tio Campos pede-te que não contes ao Bernardino a morte da mãe.

Esquecia-me dizer-te que eu também já fui atacado, porém benignamente: toda a tua família e a do tio Coelho ficam boas: o Lúcio igualmente esteve doente: o tio Campos muito ligeiramente: o Farinha da mesma sorte: a casa deste é um hospital: as vizinhas Xavier tem também duas doentes. Ele não sabe que estamos bons porque cá não tem vindo.

Do teu primo e amigo

Ovídio (grifo da autora)

Desse flagelo que, por aquele ano, a população do município devastou, guardaram os seus antigos habitantes recordação tão penosa que, na sua memória, permaneceu vivida, até a hora da morte. Só essa geração remota, nesta terra presenciou o espetáculo capaz de tão fundamentalmente impressionar e alarmar, quanto aquele que, em nossos dias, aos nossos olhos se desabou.

O dia de finados que costuma ser triste e soturno, ainda mais triste e soturno, foi este ano.

Sobre a cidade pairava um véu de luto e morte que a revestia de um manto de infinita desolação. O seu ruído de movimento e trabalho, a que as suas ruas se haviam habituado foi, de inóspito, suprimido, tendo desaparecido o seu transito de veículos e pedestres, como numa cidade de abandono.

No silêncio que as dominava, todo de ansiedade e tristeza, só eram elas e as pessoas, percorridos por carros e automóveis a serviço de médicos e comissões de socorros. E nesse trajeto tinham, a todo momento, de se abrir, para o lado, e deixar passagem livre aos enterros que desfilavam.

Com quase todas as casa de comércio fechadas, semicerradas as portas das casas de família, era a cidade o reflexo do sobressalto, do pavor que ia pelo ânimo dos seus moradores, pois que havendo, em todos os lares, doentes que inspiravam cuidados, era de apreensões contínua a atmosfera que se respirava.

Pois que ninguém se podia se julgar seguro, ninguém contar com imunidades.

A morte carregara, concentrara todos os sinais da vida da cidade na atividade das farmácias, que já não bastavam para satisfazer as encomendas que lhes afluíam. A freguesia lhes acudia em massa, se acotovelando enchia,

atuhlava todo o recinto reservado a despacho. Importunados pela clientela, e assoberbado de serviço, a certas horas, viam-se os farmacêuticos constrangidos a cerrar portas e tomar prazo para o aviamento de receitas.

As casas funerárias, metidas no atropelo de trabalho superior às suas forças e à sua previsão, não dispoendo de material correspondente, providas de pessoal escasso, para dar vazão a tanta encomenda na insuficiência de tempo de que podiam dispor, para a construção de mais esquifes, ou se escusavam aos pedidos ou propunham adiamento de enterros.

No retraimento do transito em ruas de casas cerradas com se houvessem caído em letargo um ar de desolação, soberano se impunha, em uma cidade, que só se preocupava de doença e morte.

A população, nesse novembro tremendo, só tinha olhos para diante de si divulgar esse espectro apavorante.

Com os cortejos fúnebres, em demanda do cemitério, se defrontavam, tomados de carreira quase tão vertiginosa, como as de hoje, adornadas de bandeirolas da Cruz Vermelha, que iam levar socorros a indigente.

Dois terços, mais ou menos, da população da cidade, entrara em íntimo contato com a espanhola e as suas consequências estava sofrendo. O outro terço, enquanto a vez não lhe tocava, contava os enfermos.

O traje de luto ia sendo o habitual pois que, em todos os lares, a morte fizera presa e nalgumas mais infortunados, mais de um dos seus membros eram velados e enterrados ao mesmo tempo.

Com esse espetáculo todo, um intenso terror apoderava-se do espírito público: o contágio presumira provir-se de todos os rumos e servir-se de todos os ventos. O desassossego e inquietações eram gerais.

Adiadas como haviam sido as comemorações de finados: cinemas e casa de diversões cerraram as portas, clubes de roletas e jogatinas, pensionatos de artistas e meretrício, perderam a frequência habitual: fora de farmácias e casas funerárias, o movimento único da cidade encontrava-se, desde o amanhecer no Mercado Público, e mais tarde, na escadaria do Paço Municipal.

Fabricas, oficinas, empresas de construção e qualquer outra classe de atividade tinham fechado, suspendendo os trabalhos.

Sentia-se a cidade tomada e estupor.

De longe em longe um vulto apressado, temendo seguir-lhe em encalço, a perseguição apavorante da espanhola, se esgueirava na flacidez de rua deserta.

Desde os primeiros albores da aurora começavam afluír ao Mercado pessoas que tinham doentes em casa, inquietas e pressurosas, conduzidas no afã de se garantirem com os recursos indispensáveis às dietas; no burburinho que se formavam com fâmulos das casas abastadas, ao redor das bancas de leite e das gaiolas de aves que apresentavam em quantidade insuficiente a satisfazer procura excepcional. Os retardatários vinham se debater com o esgotamento das provisões.

Em emergência tal, a Intendência, como genuína e imediata representante dos interesses e aspirações do povo, não podia, em inércia, deixar-se ficar simples espectadora, colocada à margem dos acontecimentos. Tinha que assumir o papel que a lógica dos fatos lhe impunha.

Não fez como aconselhava Castelo Branco a um fictício filho: “deixar correr o marfim”.

Bem pelo contrário, alto interesse tomando, desdobrou atividade bem intencionada e profícua.

Compenetrada da sua responsabilidade perante os munícipes assumiu posição preponderante, tornando-se centro propulsor do movimento de resistência e de ataque ao flagelo que assolava a cidade.

Valiosos recursos de defesa e de combate vieram a ficar concentrados em sua mão. As engrenagens que o sentimento do perigo sugeriu, obediente a diversas iniciativas, punham-se logo em imediato contato com ela, e dela recebiam estímulo e encorajamento.

No Paço Municipal a gente pobre ia buscar, e de lá trazia para casa, onde, de comum tudo faltava, a assistência médica, os remédios, a dieta e os recursos ordinários de subsistência.

A ele, por sua vez, acudiam dádivas e auxílios provindos das mais diversas fontes. Até fortes capitalistas (nem se pode atinar bem porque) do mais inveterado egoísmo, dos males do próximo se comoviam, e com espontaneidade digna de registro, mandavam o seu óbolo que ia concorrer no alívio do sofrimento alheio.

A Opinião Pública, 31 de agosto de 1928**PESTES****ESPAÑHOLA E INDIANA****XXIV****(Continuação)**

Assim, sob os auspícios de um amparo público, que não teve o tempo de esmorecer, a administração municipal, a cargo de um severo gestor, de insuspeitável probidade, provecto diretor de serviços públicos, pôde, sem dispêndios de seu cofre com habilidade, mobilizar fartos recursos, com que travou o mais eficiente ataque, que lhe era possível, para a revelação das insídias da inexorável espanhola que, sem dó nem piedade, começava a tornar completa a devastação que estava a fazer nas incautas camadas proletárias.

E as obras de benemerência, a cuja execução, com tão proveitoso afinco, se dedicou à administração do município, de justiça é que seja lembrada para exemplo e estímulo dos vindouros.

Sob a premência de uma situação que tão alarmante se apresentava, a intendência suspendeu o seu expediente administrativo ordinário, para converter-se em centro de resistência à disseminação do mal.

O paço municipal foi o quartel general, donde emanavam as instruções, que deviam orientar a marcha das operações em execução.

Por sua iniciativa, e colocados sob o seu amparo, foram montados diversos postos de socorros e um hospital de isolamento, que tiveram funcionamento regular e eficiente.

A população balda de recursos ficou, pela ocasião, posta a descarnado, ser bastante numerosa na cidade e achar-se em situação de muito facilitar a devastação da peste.

As comissões incumbidas de visitarem e irem levar auxilio à domicilio, a enfermos indigentes, impossibilitados de serem removidos para o hospital de isolamento, depararam surpreendente espetáculos que confrangiam pelo acúmulo de dores e misérias que o nosso verniz de civilização disfarça e procura meio encobrir.

Casebre houve em que, caídos sobre catres velhos, desconjuntados, esteiras esfrangalhadas, em amontoados trapos e no próprio chão nu, foram encontrados adultos e crianças, prostrados pela doença e em promiscuidade com cadáveres e agonizantes, baldios de assistência e de qualquer sombra de

conforto, desprovidos do menor recurso, em completo esconjuro e absoluto abandono, emblema de miséria escalavrada e nua.

Essas comissões que, serviços acima de toda avaliação, corajosamente prestaram, devem ter sido a salvação de muita vida que, sem a sua profícua intervenção, vinda ainda em tempo útil, teria sido sacrificada em holocausto à Espanhola.

Evitaram que muitos desgraçados viessem aumentar aquele refugio que o carro municipal de condução de presos, em nova função destacado, por força de emergência, costumava juntar e despejar no cemitério.

A ação do administrador do município, que foi poderosamente sacudida pelos comités de caridade, de improvisos formados e pela desvelada Associação da Cruz Vermelha que, pela primeira vez, na ocasião se mobilizou, e pelo altruísmo de pessoas destemidas, foi o amparo e refúgio a que se vieram abrigar as classes indigentes.

Nos postos, por diversos pontos na cidade escalados, lhes eram supridos de recursos com que a sua penúria podia atravessar em menos penosas condições a dura crise.

A secção de socorros que foi instalada no Paço Municipal, desde cedo, via escadaria e salas do edifício atulhadas de gente desvalida, a espera de obter provisões para dieta, medicamentos e assistência médica.

A audácia dos especuladores gananciosos que, em todos os tempos de todas as situações difíceis que lhe cai de feição, procuram tirar partido, como já tinham, no Mercado, dado panos de amostra foi, senão contida, pelo menos muito minorada, ante medidas tomadas pelo poder municipal que, em tal emergência, tomou com vigor o encargo da defesa social e pôs-se ao par das exigências do momento, que era excepcional e o preço do leite e do frango que, em razão da procura, subia e ameaçava colocar-se em altura fora do alcance de mãos, não pôde muito trepar e teve de conservar-se ao nível de bolças de pouco recheio.

A outros rumos e desarmado, contra a carestia de drogas, é que remédio não aparecia. Talvez por isso a mortalidade não se detinha.

Dias ficaram registrados em que, a todo o momento, de todos os pontos da nossa cidade, aliás ainda contada entre as cidades pequenas, para a ponte da rua Marechal Floriano, desde as primeiras horas do dia, até ao entrar da noite, convergiam enterros.

Em qualquer ligeira volta pelas ruas, ia-se, durante o curto trajeto encontrados do, de um lado préstitos fúnebre que se dirigiam ao cemitério e de outro lado, carros, caras, cabeças de cargueiros conduzindo caixões que iam receber defuntos. Até mensageiros passavam, trazendo debaixo do braço pequenos esquifes para anjinhos.

Muita gente impressionável, assustadiça, temerosa de contágio, por ato de prudência, encerrava-se em casa e como se aí estivesse assediada por um inimigo vigilante, se ocultava.

Alheada ao mundo exterior, nenhuma sortida de diversão se animava a fazer; relações com os seus habituais fornecedores, as mantinha espaçadas, cautelosamente executadas, os mantimentos como que sorradeira, como que furtivamente, recebidos, quase sempre, pelos fundos das casas, mantidos seus condutores à distância.

As creolinas, cruz aldinhas, cérios e outros desinfetantes, de base de piche que tão preconizados são pelos seus respectivos fabricantes, mesclados com água da pena, eram com largueza esparzidos por casa e derramados pela frente dos prédios.

Por onde quer, queimados, o alcatrão, o piche, a rama de eucalipto, de coníferas e plantas resinosas, espalhavam fumaceira a todos os ramos, que por onde quer que se transitasse, ia-se rompendo uma atmosfera impregnada de aromas fortes e irritantes. Não obstante, gente cautelosa para ainda maior prevenção, quando obrigada a pôr pé fora da porta, trazia nos bolsos provisão, para gastos do caminho, de quadradinhos de cânfora, bolinha de naftalina para afugentar a espanhola, como do sinal da cruz, fuge o tihoso.

Evitar a peste era a preocupação geral. Por lei municipal, há mais de ano em rígida execução, as casas de comércio, com exceção de farmácias, botequins, cafés, restaurantes, hotéis, tavolagens, cabarés, entrados então em voga, e poucas outras mais, que a essa classe se aproximam, eram, por essa época, que da nossa reminiscência se vai afastando, obrigada, sol entrado, como no tempo de Aragão, ao fechamento das portas e a suspensão das transações, o que implicava no apagamento das luzes, com que ficava a cidade reduzida à fraca iluminação dos seus espaçados combustores públicos, a cujo topo uma chaminha bruxuleava, com evidente ameaça de apagar-se.

Com isso, envolta em trevas, Pelotas era uma cidade negra.

O carvão do Arroio dos Ratos, metido em provas, em vez de gaz, produzia vento.

Era, uma escuridão de ruas amortecidas, de longe em longe, percorria carros ou automóveis, cujas lanternas incendidas, a despender o rápido clarão do meteoro que passa e vai na distância se perder, que na presteza dos serviços urgentes se via a debater nas sombras, a passos cautelosos, receiosa de dar com a cabeça em postes, gente que, por não poder pagar carruagem ia, pelo próprio pé, bater à porta do médico ou da farmácia.

(Conclue na próxima vez)

A Opinião Pública, de setembro de 1928

PESTES

ESPAÑHOLA E INDIANA

XXV

(Conclusão)

A estafa que a gripe causava, não podia ser maior. Meio vencido, de meio para fim da lida, o corpo médico retirou-se da circulação. Atingidos pelo contágio, alguns clínicos, recolheram-se ao leito; outros que viam as barbas do vizinho arder, e ser de bom conselho pôr as suas de molho, para terem a bom recato sua pessoa, punham-se em isolamento.

Foi a vez de ser a pobreza atendida pelo altruísmo de curiosos que, por convicção de imunidade natural ou por espírito de aventura e desprezo da vida, os mais estônicos tugúrios visitavam e por toda a parte se repartiam, a propinar quinino e mezinhas do campo; rama de maracujá, flor de sabugueiro, *quitoco* e outras da farmacopeia indígena.

E tanto se morria, tendo médico de verdade à cabeceira, como médico à força, ao lado.

Para a cova, indiferentemente, se marchava, tendo usado poções de acetato de amônia, benzoato de sódio, conhaque, xarope de *tolú* ou codeína, canela, *polígala*, como tendo engolido a última colherada da infusão da rama de eucaliptos, com cachaça e açúcar queimado.

Foi essa desoladora situação que constrangeu a polícia entrar em cena, para suprir a falta da atestado, que é de lei acompanhar o defunto à cova.

E ela, substituindo ao corpo médico ausente, passou também a diagnosticar gripe a varrer. Teve o subintendente que expedir, em dois meses, 155 atestados de óbitos por gripe.

Nem todos os óbitos, de que era a espanhola por responsável, foram levados a registro. Na balbúrdia do lufa de ocasião, verificaram-se omissões.

Interessados e reclamando, posteriormente foram, a mandado do juiz, abertos termos, mas sempre de defuntos que deixaram objetos suscetíveis de cobiça e partilha como, entre outros, alguma apólice de segura de vida.

Outros mais miseráveis, em branca nuvem passaram.

O total de óbitos, a fé dos padrinhos, produzidos por gripe em 1918, ascendeu a 353, que por vários meses se distribuíram.

No rigor do inverno o Dr. Edison Fagundes atestou dois, um em julho, outro em agosto, que não podiam ser ainda representados de nenhuma pandemia.

Suas credenciais deveriam revestir-se do cunho da nossa já lendária e popular influenza.

E como esses dois, ia e avizinhar o verão quando a espanhola fez aparição.

Até então o obituário do chamado distrito urbano, ia mais frouxo que idêntica época de anos anteriores.

Até 30 de setembro, somara 954 registros, para ir fechar o ano com o elevado algarismo de 1.747, de onde se conclui que esses três meses acrescentaram ao registro mortuário, mais 793 casos que, calculada a população do distrito, de então, em 44.000 almas, eleva o seu coeficiente de mortalidade a 39,70 por mil habitantes, pouco menor que a do ano de 1914 que, em ser flagelado por epidemia alguma, e só com enfermidade corriqueiras, conseguiu obter 1.586 óbitos numa população calculada em 39.500 pessoas, agarrando assim o coeficiente extraordinário de 40 por mil habitantes.

Com quem o celebrizado ano de 1918 de mostrou benigno, em relação ao grupo de anos que o antecederam, foi com a tribo infantil da cidade, com alguma parcimônia dizimada, como demonstrado fica no quadro a inserir, referente a crianças de 12 meses para baixo

QUADRO DE MORTALIDADE GERAL EM CONFRONTO COM A DE CRIANÇAS DE 12 MESES PARA MENOS

ANOS	TOTAL DO OBITUARIO	DE CRIANCINHAS	RELAÇÃO PERCENTUAL
1909	1.227	398	32,40
1910	1.171	379	30,80
1911	1.266	405	31,90
1912	1.258	419	33,30
1913	1.341	423	31,40
1914	1.586	533	33,60
1915	1.433	484	33,70
1916	1.413	376	26,60
1917	w 1.361	433	31,80

1918	1.747	430	24,60
------	-------	-----	-------

Os 353 óbitos de gripe, registrados no distrito urbano, tiveram, segundo os meses, a distribuição de: julho 1; agosto 1; outubro 27; novembro 309; dezembro, por despedida, 15.

Daqui para o Rio da Prata se transportou, já muito enfraquecida da sua virulência com se por cá houvesse sofrido processo de atenuação, em Montevidéu se apresentou para, em toda República do Uruguai, ocasionar menos danos, do que os que deixou assinalados, no tão só, município de Pelotas, à sua presença naquele país não pôde fazer grande presa, em nada elevando o seu coeficiente de mortalidade que foi para a República de 13,99 e para o departamento de Montevidéu de 18,25 por mil habitantes.

Quando esteve na cidade, fácil era travar conhecimento de todos os distritos e por eles excursionava. Tinha a disposição fáceis meios de transporte, desde a navegação fluvial do Pelotas, até trens de estrada de ferro, garupas de ginetes e carroças de colonos.

Só o embaraço da escolha existia. Para nenhum descontentar, ao que parece, de todos se serviu, pois que a sua presença, por toda a parte, veio a ser assinalada.

Nem o mais ínvio sertão o desanimou.

A sua visita, embora não pedida, nem negou ao mais miserável tugúrio de roceiro. Em mesquinhas lareiras não repugnou tomar assento e dar dois dedos de cavaco.

Apresentou-se no 2º distrito, andou incógnita pelo 3º; confabulou com o 4º, levou cumprimento ao 5º; fez as suas despedidas ao 6º.

Daquela boa e pacata gente apiedada, foi parca em requisições que fez para os seus gastos de viagem.

No 2º distrito ocasionou quatorze óbitos; nenhum no 3º, quatro no 4º; dois no 5º; sete no 6º.

A exceção dos distritos fronteiriços à cidade, com ela em constante contato, e coparticipes das suas íntimas vicissitudes, com os dois que tem por sedes Areal e Capão do Leão, que tiveram, com a cidade, o seu obituário, extraordinariamente, avolumados nesse ano fatídico, pode-se dizer que, apesar da espanhola, ficaram-se, nesse ano, a lavar em água de rosas.

Enquanto a mortalidade subiu, na cidade, de 1.361 em 1.917 para 1.747 em 1.918; no Areal, de 146 em 1917, para 163 em 1918, e no Capão do Leão,

de 71 em 1917 para 160, mais do dobro, em 1918; nos distritos mais afastados ela baixava.

No 3º, descia de 41 em 1917 para 29 em 1918; no 5º, mantinha-se em 129 para cada ano e no 6º caia de 100 redondos para 80 redondos.

Impelidos na cidade, não podiam os médicos por aquelas regiões irem se perder. Em seus transe amargurados, balda de recursos que a ciência proporcionava, tinha aquela boa e rústica gente que fazer das tripas coração para utilizar a para da casa e apegar-se a santos de devoção.

Ocasão foi de extrair o mérito que pudesse conter o seu empirismo terapêutico e procurar com mezinhas do campo a si se curar.

Ainda assim, de rodos esses distritos, à exceção do 6º, muita gente abalou sem levar o consolo de ouvir dizer que ia.

De simples “morte natural”, rezam a uníssonos, os assentamentos dos registros civis rurais: por mão dessa se foram: 51, no 2º distrito; 26, no 3º; 90, no 4º; e 111, no 5º distrito.

É bem possível que muitos desses que, em ignorância, desta para a outra, melhor se apartaram, a viagem tinham se abalançado a fazer munidos de extrema unção da espanhola. Isso ficou por verificar.

ANEXO III
A Opinião Pública, 5 de setembro de 1928
FORMAÇÃO SUBURBANA
XXVI

Uma tributação, indo incidir sobre prédios, sítos para além dos limites urbanos, que se haviam conservado fora de cogitações, foi, sob a forma que a reveste, iniciada pela Intendência de Porto Alegre, com aplicação aos arrabaldes que ao redor da capital se iam formando e envolvendo o quadro urbano.

Ela procurava substituir-se à taxa de estradas que algumas municipalidades, e a de Pelotas com eles, desde o antigo regime, vinham cobrando e que incidiam sobre prédios rurais.

Promulgada a Constituição de 14 de julho, em respeito ao disposto no artigo 47, nº2, que atribui à Assembleia a competência de só ela lançar impostos sobre os móveis rurais, a taxa municipal de estradas ficou, por esse fato, de 1892 abolida.

Em compensação, a constituição, no §3º, do mesmo artigo 47 estabelecia: “Compete, exclusivamente, ao município o imposto da décima urbana”.

Promulgada a Constituição de 1891, só em 1893, conseguiu este município que lhe fosse transferida a arrecadação de tal imposto.

Criar a designação de prédio suburbano, para distingui-lo do rural, deste aparta-lo, para fazer dele uma subclassificação do prédio urbano, foi uma obra muito bem aceita, da intendência da Capital, que nenhuma classe de dúvidas suscitou e que afinal mereceu a tácita aprovação da Assembleia dos Representantes.

Mostrando-se animadores os resultados dessa experiência, nas águas do município de Porto Alegre, o de Pelotas, por sua vez se lançou, e em ainda muito boa oportunidade, pois que o Estado teve demora em lançar o imposto territorial, com o qual podia ir colidir.

E este teria, quando viesse, que reconhecer os direitos adquiridos, dever a que não fugiu o regulamento promulgado que textualmente consigna no §1º, do artº 3º:

“Os exatores diligenciarão, desde logo, reconhecer a exatidão dos limites urbanos e suburbanos do município em que exercem a sua jurisdição, devendo nesse sentido requisitar das respectivas intendências as informações necessárias.”

Para tornar mais cabal o reconhecimento do Estado ao direito que o Município adquiriu de estabelecer a décima suburbana e de ir dilatando a área da sua jurisdição fiscal, medida do seu juízo, ainda no §2º, determina:

“Idêntica providência terá lugar para conhecimento das alterações porque passar a delimitação aludida sempre que houver de proceder a revisão do lançamento”.

Tendo o município se adiantado no lançamento do seu imposto predial suburbano, a sós, encontraram-se os seus lançadores tendo campo largo pela frente.

Sem competidores, não havia com quem promover atritos de jurisdição, ou com quem suscitar dúvidas de interpretação de disposições regulamentares.

Cabendo-lhe a iniciativa, procuraram demarcar com largueza esses subúrbios que se achavam ainda em incipiente formação, não só pelo que valiam na ocasião, mas pelo que de promessas guardavam, que se lhe afigurava de valiosa realização próxima, pois que neles se havia de refletir o grande incremento que se vinha notando no quadro urbano.

As aproximações da cidade se vindo aos poucos formando, mais distanciados uns, muito menos outros, com um entrelaçamento de múltiplas relações de dependência não era de estranhar que enquanto o fisco estadual não desse de si acordo, se prevalecessem os lançadores do município, numa ampla visão, do ensejo que se lhes oferecia, de sacar contra o futuro. Na demarcação dos subúrbios vieram pois a dar-lhes a maior extensão possível, num alargamento de área que bem longe ia esmorecer.

Subúrbios foram, desde logo, considerados todos os arredores da cidade e os primeiros trechos das estradas que dela se afastam.

Ainda por este ato de zelo pelo bom andamento do serviço e rasgo de confiança, que o futuro não viria desmentir, vieram também a ser neles incorporados algumas regiões mais remotas, mas pontos obrigados de veraneio dos moradores da cidade, em que os prédios existentes, mais do que hábito na campanha, uns dos outros se/ aproximam, como se sucedia na lendária Capela da Buena, antes que sua decadência se pronunciasse, e pelos prósperos e pitorescos recantos da Cascata da Hermenegilda, do rincão do Hidráulica e da Costa do Retiro.

Por possuírem os rápidos meios de transporte que a viação férrea proporcionava e que por isso da cidade os avizinha, foram desde logo considerados subúrbios:

Vila Teodósio e estação do Capão do Leão e Passo das Pedras.

Com um pouco de zelo, a impulsionar, subúrbios se enxergava onde indícios pudessem firmar a esperança de aparecer.

Embora muito longe estivesse, por 1.903, de ser o animado povoado que veio a ser por 1.910 e 1.911, época em que começou a exploração das pedreiras para as obras da Barra do Estado, também foi tomado para subúrbio, embora 18 quilômetros, afastado estivesse do agregado urbano, Monte Bonito, com a estrada que a da cidade a ele conduz.

Chegados em atraso, os Exatores da Fazenda do Estado, encontraram-se em presença de fato que, a revelia dela se consumar, sem impugnação, protesto ou embargo.

Da precedência que o regulamento do imposto territorial reconheceu lhe competir, o município, em tempo hábil, se prevalecera; pelo que os representantes da Fazenda do Estado pareceram conformados com situação que vieram encontrar estabelecida.

Assim foi que nenhuma divergência aparentaram, nenhuma discussão promoveram sobre a natureza desses prédios lotados pela intendência, se rústicos, ou de fato suburbanos.

Como assunto líquido e sem controvérsia, parecia ter-se, a respeito, estabelecido ato de acomodação. Mas não encarada de frente a questão, que daí podia se desentranhar, para a situação criada combater com franqueza, pruriu-se alui-la por trabalho de sapa, com o recurso de sofisticaria, de que os indígenas vinha a apagar o gastos.

Assim algum tempo decorreu que, sem entre si discutirem, como se associação de interesse se achassem ligadas, fazendas do Estado e do Município, uma a outra se sobrepunham em obra silenciosa. Em virtude disso, passaram os exatores estaduais a se imiscuírem, com os seus lançamentos, nas zonas suburbanas, competentemente demarcadas, fazendo tábua rasa das disposições de lei que decretaram a taxação para o Município dos imóveis das zonas urbanas e suburbanas e para os Estados os imóveis rurais.

Em menoscabo pois do regulamento baixado para a cobrança do imposto territorial, a fazenda estadual foi sorrateiramente, em muitos casos sem atos

algum anulatório da demarcação suburbana, que a isso a autorizasse, levada a violar, sem constrangimento, essa área.

Viu-se então, conjuntamente, o Município taxar a casa, o Estado taxar o terreno. E esse pronunciamento, um tácito acordo, que ia satisfazendo conveniências do momento, punha-se a cravar raízes. Sem base legal no caso, passou-se a estabelecer distinções arbitrárias para operar separação entre principal e seus acessórios.

Como resultado desse procedimento, inúmeros eram os contribuintes que devendo positivamente ser, ou suburbanos ou rurais eram considerados as duas cousas ao mesmo tempo, sendo cumulativamente taxados sobre o mesmo bem.

O Município lançava-lhe o imposto predial, o Estado o territorial, e em pacífico conflito com ambos, via-se a lei amarrotada, para servir de para-choque, uma vez que não era ouvida nem atendida, de balde viesse ela condicionando a discriminação das atribuições que as partes interessadas eram conferidas no jogo dos lançamentos.

Com o fim de prevenir anomalias de tal natureza, já o Regulamento do Imposto Territorial, no seu artº 4º, dispunha:

“Quando o imóvel estiver parte dentro da área (suburbana) de que trata o artigo antecedente, a parte fora dela, regulará para a sujeição ao imposto o lugar do principal estabelecimento, ou aliás aquele em que for situada a maior parte do imóvel tratando-se de terrenos não aproveitados por qualquer gênero de trabalho ou indústria”.

(Continua)

A Opinião Pública, 6 de setembro de 1928**FORMAÇÃO SUBURBANA****27****(Continuação)**

Se a lei determinava uma órbita intransponível, com que para impedir atropelos, evitar confusões, estabelecer situação nítida, cada órbita conservada a uma ação única, o seu prestígio era desconhecido, sua força negada, e sem freio e sem empecilho a invasão se realizava, e o imposto territorial, cuja incidência legal, como do alto da sua competência, pontifica o Presidente do Estado: - “recai sobre a indústria pastoril” – entrava por subúrbios onde tais indústrias não podiam sequer existir, e ia gravar jardins e quintais que contribuía para o valor locativo das vivências do recreio que estadeavam pelos povoados de Teodósio, Capão do Leão, Areal, Vila do Prado e outras Localidades análogas.

Era frequentemente o caso de, em tal malha, ser recolhida mesquinha propriedade, como casinha de taipa e santa fé, encravada em reduzido quintalejo que via lotados: - para o município o rancho, para o estado o terreiro, em que à sombra de duas laranjeiras e três pessegueiros mariscavam meia dúzia de galinhas.

Exemplo: - contribuinte Graciano Corrêa Lopes na Estação do Capão do Leão.

Com tal desvirtuação de intentos, foi por longos anos e por essa tal forma imposto aplicado.

O município tinha, por sua vez, se excedido na qualificação de subúrbios, indo discriminá-los por remotas regiões, de Buena e Cascata, para esse fim especial, aproximadas da cidade. E fê-lo convicto de estar exercendo, com acerto, direito incontestes que pôs sob a égide da sua lei orçamentária, que todos os anos apadrinhava.

Parece que por se ter antecipado ao estado, sem para isso propor-lhe audiência, nem permissão impetrar, construiu o município sólido direito adquirido. Por ter-se apressado, a sua prioridade de ação mereceu o resultado prometido no velho conceito: a fortuna favorece os audazes.

Resultado inverso colheu o Rio Grande quando quis, por tardiamente lhe vir à lembrança imitar Pelotas, deixando ele estar lançado e bem enraizado, em

todo o município e imposto territorial que, desde dezena de anos, tinha as suas malhas estendidas e bem fixadas desde as portas do seu velho quadro urbano.

Deixou passar o tempo descuidadamente e já foi colidir com o fisco estadual que se lembrou e consignar, a exemplo de Pelotas e Porto Alegre, para a cobrança da taxa predial, uma demarcação suburbana por Saco da Mangueira, ilha dos Marinheiros e Estação da Quinta.

E para começar, com esse pouco se contentava.

Mas ainda assim, como tarde acordou, já encontrou vigilante o Estado. Esmiuçada lhe foi a lei e nela lobrigadas disposições inconstitucionais que tiveram de ser, solenemente, anuladas por Ato que decretou tais subúrbios – puras regiões rurais. E eis como Rio Grande ficou sem o apanágio de subúrbios. Lhe ficou restando o direito simples e consuetudinário de ir aos poucos, conforme o seu desenvolvimento predial, dilatando a área simplesmente urbana.

Diz o adágio camponês que quem caminha, enquanto os outros dormem, sempre chega a destino. Assim também aconteceu, ainda com Pelotas quando, há mais de trinta anos, sem dúvida, sem incertezas, sem discussões protelatórias, com todo o peso de consciência, convicto decretou que as casas de comércio que quisessem negociar aos domingos pagariam o seu imposto pelo décuplo.

Esta inspiração do nosso Conselho, pelos ares propagada, foi chegar a Uruguaiana já de virulência atenuada. Recebida no seu Conselho Municipal, ele sob a influência agindo, também quis, com receio e timidez embora, castigar na bolsa, parte a mais sensível do homem de negócios, os infratores do descanso dominical que, segundo consta a Bíblia, Deus dos altos céus, decretou e exemplificou, deixando cair naquele repouso de sétimo dia da criação.

Ora, apresentada em sessão a proposta para ser cobrado pelo dobro o imposto das casas de negócios que quisessem ter portas abertas em domingo, esse Conselho vacilou, confundindo-se, e em atrapalhão, não soube se havia de aceita-la ou em limite repeli-la; por falta de confiança e incerteza de sua legalidade, constitucionalidade e quejando barbicachos, resolveu desde logo não resolver, para consultar entendimento mais alto e mais sábio.

A solução que pretende ser lição, e como lição posta aqui em arquivo:

“Presidente do Conselho – Uruguaiana.

É lícito lançar uma taxa especial sobre negociantes que não querem fechar suas casas comerciais em domingos e feriados, mas não imposto duplo, pela regra – non bis in idem – Borges de Medeiros.

Há quem diga que quem conversa não age.

Uruguaiana meteu-se a consultar e recebendo latim pelas bétulas, teve de arrear carreira. Mas senhora de si, Pelotas, que teve sempre consultor jurídico ao lado e sente-se dispensada de subir a tais instancias, vem mantendo o seu décuplo legendário que até este momento vigora com toda a sua intransigência legal.

Dentro da área em que os havia demarcado, em 1.803, Pelotas foi mantendo os seus subúrbios de que em alguns o Estado continuava a impor, sobre terrenos, os seu imposto territorial.

Esta situação que, por anômala se podia, por mais de um motivo, considerar anárquica e tumultuária, por mais de uma boa dúzia de anos vinha sendo mantida e beatificamente suportada pela massa tributável; mas não devia, por justos escrúpulos de consciência, ser indefinidamente conservada, embora a ingenuidade do pio contribuinte nela apurasse a resignação.

Com o fim muito louvável de pôr em ordem a clareza neste embrulhado assunto uma das partes mais diretamente interessadas propôs destrinçar tal meada num comum acordo.

Entraram em negociações representante da exatoria do Estado e da Intendência Municipal, desse entendimento resultando uma delimitação de zonas privativas, em que os imóveis, nelas existentes, a um só fisco caberia impor tributos.

Cada uma das partes cedendo um pouco das suas pretensões, o Município abriu mão de regiões que desde 1903 estavam sob o seu controle, como o Passo das Pedras, Serro da Buena, Cascata, Rincão da Hidráulica, Costa do Retiro e ramo de estradas que as comunicavam; por sua vez o Estado recuou na sua penetração conjunta com o município nas zonas definitivamente por ele reconhecidas por suburbanos.

Estabelecidas assim as zonas tributárias de cada um, acabaram elas por se colocar em posição franca e definida, face a face, um do outro, e a lei que vinha sendo, por força das circunstâncias, burlada, encontrou o seu dia de passar a receber acatamento; e o ânimo do contribuinte mais tranquilidade pela certeza que adquire, de que, pelo menos por algum tempo, tem o seu imóvel

posto sob uma única jurisdição tributária e liberto por agora, das apreensões que pode ocasionar um recuo, sempre presente, da vinda de taxas importunas de mais de um rumo atiradas para recaírem sobre um mesmo imóvel.

Dessa espécie de tratado de amizade, concórdia e mútuo amparo, resultou deliberar o município reduzir a sua zona suburbana que o que mais ia perder em extensão, tinha a justa compensação no que vinha adquirir em intensidade, pelo que quase que não foi prejuízo o encolher-se para mais junto às portas da cidade.

Dela embora afastadas, permaneceram como seus subúrbios, reconhecidos incontestes, os pequenos povoados que circundavam as estações da Viação Férrea na zona do Capão do Leão e o que se encravou nas pedreiras do Monte Bonito, ponto terminal de curta estrada de ferro, cujo tráfego cessou, e por isso ainda um descuido e deterioração que a falta de conservação irá acelerando.

Ficaram por essa ocasião arredados de colocação suburbana: estrada da várzea do Fragata, Pontas do Santa Bárbara, estrada do Passo dos Carros e todas as localidades do 4º distrito que nela haviam entrado; no 2º distrito: parte da costa do Arroio Pelotas, estrada da Várzea e da Costa do Retiro, com Terras Altas, Três Capões, Sanga Funda, Cotovelo, estrada do Monte Bonito e encurtadas todas as que da cidade partem.

A da Várzea do Retiro, mediante representação levantada ao Intendente pela secção incumbida do lançamento predial, à zona suburbana retroceu em 1920.

(Continua)

A Opinião Pública, 8 de setembro de 1928**FORMAÇÃO SUBURBANA****28****(Continuação)**

Por ocasião de fazer-se, em 1910, o lançamento predial suburbano, ocorreu um pequeno incidente de que resultou uma questiúncula que da demora solução se ressentiu por ter sido levada a grau de recurso a uma instância superior por onde andou encalhada, da presidência do Dr. Carlos Barbosa a do Dr. Borges de Medeiros.

Motivou-a o não querer a Companhia Francesa de Obras da Barra e Porto do Rio Grande sujeitar a lançamento municipal dos numerosos prédios que, a seu interesse, havia construído zona pela Intendência demarcada por suburbana.

Dava por fundamento que o seu privilégio e cláusulas do contrato firmado com o governo federal punha os serviços e bens imunes de todos e qualquer ônus fiscal; e tão incontroverso era esse ponto, que as intendências de Rio Grande e São José do Norte, onde situadas se achavam as suas mais importantes instalações e mais numerosas construções, nem sequer cogitado haviam em grava-la com qualquer taxa.

Intimada do lançamento recorreu para o intendente, representando contra o que se havia feito; expunha suas razões e apoiava nas suas imunidades, pedia a anulação dos lançamentos na parte que lhe cabia.

Ouvida a ação sobre o que praticara, informou de tal forma que tal pretensão não pôde ser atendida.

Não se conformando com a solução dada aqui, recorreu para Porto Alegre.

Eis a origem da controvérsia – Essa companhia precisando, em cumprimento do seu contrato, para a construção de molhes e cais de pedra, que nos municípios do Rio Grande e S. José do Norte, não havia; não lhe convindo, segundo experiência que fizera, continuar a ir busca-la em Itapuã, se decidiu pelo granito de Pelotas, que lhe ficava quase a porta.

Por atrair-lhe, desde logo, a atenção, a Pedreira do Monte Bonito, adquiriu-a; ficava-lhe a grito outra no Capão do Leão: passou a explorá-la.

Sendo meio fácil e cômodo de transportar o material para as suas obras, o de via férrea, não demorou a construir os ramais que lhe convinha.

Devendo, para a boa marcha dos seus serviços, dispor de pessoal numeroso e apto, convocou operários e contratou os que precisava para o serviço de arrebentar e carregar pedra, conduzir trens, movimentar usinas, oficinas de montagens, de construção e reparações.

E para alojar essa gente construiu em logradouros adequados, casas, em geral pequenas, todas de madeira, coberturas de *ruberoide*, espécie de cartão impermeável.

E essas construções, simultaneamente, surdiram em diversos pontos das suas linhas férreas, pela várzea do Fragata, Barbuda, e mais numerosas e mais aglomeradas, nos pontos terminais das linhas: Pedreira do Capão do Leão, Monte Bonito e junto ao porto de transbordo da Boca do Arroio.

Quando os lançadores municipais, em cumprimento da sua tarefa, meteram-se a percorrer as zonas demarcadas dos subúrbios, vieram a sentir-se embaraçados em presença das propriedades da companhia Francesa.

Trechos de aldeias, com suas casinhas alinhadas, como que, de improvisado, haviam brotado do chão, da noite para o dia, cheias de rumorosa população de operários, mulheres como um séquito de vendilhões, quitandeiros e artífices, que as suas necessidades exploravam.

Vacilantes e confusos sobre as disposições a tomar na emergência de uma situação nova que se ia criando, os lançadores não tomaram, desde logo, a sua deliberação. Injustiça, compreenderam que seria lotar, para os respectivos impostos, propriedade dos particulares e contemplar, colocadas a seu lado em completa imunidade, as da Companhia Francesa.

Procurando conselho, se convenceram de que lhes cumpria adotar, para o bem desempenho da sua função, era arrolado o bloco de casas da Companhia, de cada uma conhecer a aplicação que lhe fora dada e segundo o seu emprego guiaram-se para, em resultado do seu exame, pautarem o cumprimento do seu dever funcional. Os prédios utilizados para as estações, usinas, oficinas, depósitos, escritórios, enfermarias e para outros serviços da empresa, foram considerados isentos da taxa municipal por enxergar-se sobre eles estendido o manto protetor que, em virtude da cláusula nº51 do seu contrato, lhes era tão invocado o artº 10 da Constituição Federal.

Outros porem que, pela sua vulgar feição, desse se distinguiam para se irem confundir com os que, para uma exploração mercantil, os particulares punham em aluguel, foram daqueles apartados e trazidos para o direito comum

que não pôde acobertar privilégio, como a própria Constituição preceitua, mandando considerar todos iguais perante a lei.

Dessa decisão que não podia ser considerada arbitrária nem prepotente, foi cientificada o Conselho.

Não conformada, trouxe a sua impugnação, pondo o contrato em bulha com o seu recheio de privilégios e regalias; protestou pelo seu direito tão universalmente reconhecido, que merecera o espontâneo acatamento das municipalidades de Rio Grande e S. José do Norte; pelo que a Intendência de Pelotas, o que lhe cumpria, era mandar cancelar tais lançamentos.

Rechaçada da Intendência, por lhe parecer descabida essa pretensão, reunidos os documentos que lhe convinham, dirigiu a sua queixa, para reparo de injustiças, à Presidência do Estado, continha em volumosa requisitória da lavra de seu advogado Dr. Alcides Lima. Ocupava nessa ocasião a presidência o Dr. Carlos Barbosa que despachou-a ao Secretário dos Negócios do Interior para informa-la.

Já se achava o Dr. Borges de Medeiros fazendo novo quinquênio quando, recambiada, tal papelada baixou para ser a Intendência ouvida.

Foi caso de ela no seu papel de acusada, que lhe foi conferido, ter de fazer a defesa de seus atos e meter os seus lançadores, como os verdadeiros culpados, em sérios apuros.

Não sendo eles juriconsultos, enfronhados em assuntos de direito constitucional para, com autoridade, discorrer sobre a jurisprudência que o caso comportava na abundancia da queixa, recolhidos à sua insignificância, eles, limitaram-se, agarrando a questão pela rama, a uma simples discussão de fatos e a opor à argumentação jurídica, os frágeis recursos que podem provir de cachola da vulgaridade ignorante.

Por essa forma se defendendo, em poucas palavras, de tosca feitura, lá como Deus os ajudou, passaram a contestar:

“Acatando a cláusula 51 o contrato entre a Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul e o Governo Federal, a Intendência se absteve de lançar o imposto predial sobre os prédios da companhia, com aplicação aos serviços de que o contrato lhe deu a incumbência, como se demonstra na relação nº1. Entender porem a regalia, de que esses gozam, e tantos quantos a Companhia vinha a possuir, ocupados por qualquer forma que o sejam, não parece justo nem razoável. Estão alugados hoje, uns a operários das ruas, a taverneiros

outros, alguns a padeiros, açougueiro, hoteleiros, botequeiros e, por ai a fora; talvez amanhã, conforme as vantagens da renda a produzir, neles funcionem bailantes, cinemas, casa de vispora e bilhares, cigarrarias e bilhetes de loteria e de rifas ou cautelas de jogo do bicho, considerados todos eles, para o efeito pretendido, bem caracterizados, apêndices das obras da Barra e Porto do Rio Grande como tais se envolvendo nas dobras do artigo 10 da Constituição Federal, tantas vezes invocado para sob o laconismo (O jornal estava rasgado)

(Continua)

A Opinião Pública, 11 de setembro de 1928**FORMAÇÃO SUBURBANA****29****(Continuação)**

“A sombra dessa cláusula 51 do seu contrato, a Companhia, desvirtuando-a, em seus fins e intuitos, pretende manter, para seu regalo, uma situação de exploração mercantil privilegiada, e que dando aquela expansão, que os seus recursos lhe abonam, conseguiria eliminar a concorrência que lhe faz frente por lugares não tão desprovidos de recursos, como procura inculcar no seu aparelho ao presidente do estado; pois a prova, por verificação própria, de que eles sobram, está em que, ela, simulando estar a construir casas para operários, construiu chalés de lambreques que alugou para casas de comércio. E nem pôde tão pouco, com tamanha seriedade afirmar, a falta de casas de negócio na localidade, e vir a constrange-la a facilitar meios para que a sua montagem se faça, receosa de que seus empregados não encontrem onde irem se abastecer. Ao contrário disso, ela vê todas as suas instalações circundadas do mais variado comércio, sendo o ambiente que a rodeia, de um mercantilismo e ganâncias que se desenfreia, em múltiplos meios de exploração.

Por sua vez, aboletados em prédios de particulares, propriedades de pacatos contribuintes, encontram-se outros hotéis e padaria, outros açougues e tavernas, botequins e quitandas, cafés, bilhares e barbearias, cinemas, jogatinas e infinita especulação que, em relutância, se submetam a esse imposto predial a que ela se quer subtrair.

Se o seu intento ela conseguisse, desigual se tornaria a luta para seus concorrentes da caça do mil reis que levam travada, a eles ficariam em inferioridade de posição tal que teriam de desistir da exploração dessas terras de conquista, onde planeja implantar um domínio absoluto de supremo senhor. Desse privilégio que faz empenho de lhe ser reconhecido, para seu uso, em contraste, que não beneficiaria, seriam seus próprios operários que menos facilidade de subsistência encontrariam em terno de onde a concorrência fosse afastada para que nela tenha império o monopólio poderoso, quando eles só da mais livre concorrência podem retirar vantagens.

A união não podia querer sub-rogar na sua proposta senão os direitos de que usa, sem desvio para pretensões fora de seu intento. Ante a cláusula 51 do seu contrato a Companhia tanto se entesa que pretende forçar a sua

interpretação e torna-la tão elástica que, em seu bojo, agasalhar, possa todo o conteúdo da arca de Noé.

Satisfeitas fossem as pretensões que, com tanta convicção e ardor, pleiteia, a esse fato redundaria na eliminação da concorrência que no terreno lhe estão fazendo proprietários nas localidades exploradas, com a construção de prédios para a habitação de operários e para a montagem de casas de negócios e oficinas. Rechaçadas e anuladas ficariam as iniciativas particulares se, só sobre elas, recaíssem os tributos, como castigo infligido à sua audácia”.

“Só no Monte Bonito, em prédios que a Companhia construiu, acham-se instalados três hotéis que são frequentados não só pessoal da Companhia, como também por veranistas, passeantes dos arredores e excursionistas da cidade. Por casas que em quantidade construiu, percebe aluguel que lhe são pagos por operários e não se dispensa de os cobrar a padeiros, taverneiros, açougueiros, sapateiros e outros inquilinos que nelas pode acomodar.”

E a esse locatário, não as entrega por mais módico preço do que o exigido por particulares que, nessa especulação, lhe abrem concorrência, sendo que dessa luta deve resultar para seus operários qualquer barateamento de vida.

E por essa forma, esses proprietários auxiliam tanto o andamento das obras da Barra, quanto a Companhia com os seus pensa conseguir; podiam, em arremedo a ela, e com idêntico empréstimo de utilidade pública, terem a pretensão de ver esses prédios revestirem a máscara de bens de serviço federal, muito embora a construção de casas de aluguel seja fonte de renda que o Governo do Brasil ainda não explora.

Ninguém pode pretender obter vantagens, sem levar em conta os percalços que as devem acompanhar. Se é de justiça que todas as casas de aluguel da Companhia, pelo fato de algumas de entre elas estarem ocupadas por operários, postos ao seu serviço, devam estar isentas do imposto predial, não seria nada de estranhar que essa isenção quisesse, agarrada a sola dos pés desses operários, acompanha-los ainda quando aboletados em outros prédios.

Nesse caso os particulares que se tornaram senhorios dos seus empregados, à Companhia, para o andamento dos seus trabalhos prestam valioso auxílio e mostram o mesmo grau de abnegação que ela presume despende. Luiz Einhardt e outros cidadãos de porte igual, por Monte Bonito, Leão Bastide, Irmãos Gastal, Belmira Pinto, por em mais gente não falar do Capão do Leão, incorrem na mesma benemerência de que a Companhia se gaba

pois que, com ela, exploram o mesmo processo de renda que a boa gente a se persignar por encontrar como que em aposta um ajuntamento de tanta gente abnegada.

A Constituição Federal proclama a igualdade de todos perante a lei. Como eco fiel a do Estado tal postulado repete, que no caso que nos ocupa, a Intendência procura executar, tornando-o para guia e fanal dos seus atos.

Se na imposição de seus alugueis, todos eles se igualam, tem a mesma atitude senhorial, já na cobrança se diferenciam.

A Companhia, como clamorosamente deixa compreender, espera o fim do mês e nas folhas de salários e vencimentos os desconta dos seus empregados-inquilinos, vantagem de que gostam aqueles que tem a faca e o queijo na mão. O mesmo procedimento não podem ter os seus concorrentes, que não dispõem os meios de, pelas próprias mãos, se cobrarem; não ficam como ela se vê, dispensados do comparecimento em juízo para pedir pagamento, por comum, difíceis e onerosos.

Ora, ela paga-se primeiro, e os remanescentes de salários irão parar, depois, nas mãos dos seus operários.

Esta Intendência paga melhores salários que os da tabela daquela empresa.

Quando aloja os seus empregados, fornece-lhes habitação gratuita, sem ter cogitado de prevalecer da ocasião para especular com os seus apertos, com uma mão lhes tirando aquilo que com a outra lhes entrega.

Tendo a Companhia, sob protesto, após a intimação fiscal, e com a ideia já assente, de recorrer a uma superior instância, se resolvido a satisfazer o imposto relativos aos seus prédios de aluguel, a taxa lhe foi cobrada coma dispensa das multas em se havia posto incursa. A renda anual, que dessa fonte lhe provem, é superior a 23:320\$000.

Alega a Companhia que achando-se em condições de oferecer moradia gratuita ao seu pessoal, só o poderia fazer mediante a redução da sua tabela de salários, quando a sua conveniência, o confessa, está em manter o engodo de uma mais avantajada paga, que em boa parte às mãos lhe volte em pagamento de alugueis de casa e em dedução de custeio de médico, de farmácia, enfermaria e de promessa de assistência e socorro que se o

A Opinião Pública, 13 de setembro de 1928**A FORMAÇÃO SUBURBANA****30****(Continuação)**

o alvitre tomasse de por descarnada a situação, trazendo descoberta a tabela real, a dos salários líquidos, a diferença se meteria tanto, olhos a dentro, que ela teria de lutar com as maiores dificuldades para obter operários, atraídos como seriam, para os trabalhos que o Município custeia, de águas e esgotos, em realidade, melhor remunerados. E por isso é que os seus salários se apresentam mais altos, até que chegue ao fim do mês, que promove o ajuste de contas que se encarrega de desfalca-los, para a entrega à Companhia da sua renda de senhorio.

A essa manobra submetidos, sob elas acostumados, educados, treinados, a ela se vão habituando, até perderem a instintiva repugnância que sentiam.

O sistema que adotou, de aparentar pagar o que em realidade, não entrega, diz ela, SER O MAIS CONVENIENTE À SUA HARMONIA DE RELAÇÕES COM OPERÁRIOS, SEGUNDO AS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA LHE TEM MOSTRADO, aconselhando-a esse sistema também, ensejo se proporcionando, meter dois proveitos num saco, como medida a mais conveniente ao recheio da bolsa.

Se nem todas as rendas, é facultado ao Município cobrar imposto, privativo dele, e por lei, faze-lo das que produzem ou passam a produzir os prédio e terrenos, situados dentro das zonas demarcadas – urbanas e suburbanas.

Mas se nesta cidade, ela arrendatária ou foreira de terreno viesse a ser, como por hipótese, figura em sua queixa à presidência do Estado; se fizesse a aquisição de alguns, em virtude, bem se vê, do Decreto nº 9.817, de 9 de outubro de 1912 que bem poucos conhecem, e menos ainda de seu contexto, guardam noção, e os que quisesse edificar, fora de dúvida ficaria que a Intendência os não submetesse ao Código que regula as construções no plano da cidade; que os não levasse a contribuírem com a sua quota para a execução dos serviços municipais, de que tirariam proveito e que ainda iriam concorrer para a sua valorização crescente. Não se poderiam colocar nem acima, nem fora da lei.

O acatamento a ela deve ser por todos mantido, pois que o regime de privilégio, por muito extenso que o que queiram tornar, também conhece limites: preciso é distinguir onde a utilidade pública termina e o interesse particular

começa. As exceções ao princípio de igualdade perante a lei, só justificam em casos muito restritos: não poderiam servir de couraça a tornar intangíveis, tantas quantas especulações se quisessem de tal armadura aproveitar, nem poderia, em tal caso, como resultantes de uma situação de privilégios, transferir de mão em mão, pretensas imunidades: nem o artigo 10 da Constituição Federal, em douda dissertação, com tanta frequência invocado, nesta controvérsia, pode ser uma ampla bandeira, que se preste a ocultar sob as suas dobras, toda a classe de contrabando.

Anexo III

Cronologia de Alberto Coelho da Cunha

Ano	Ocupação/Descrição	Localidade
1853 – 13/09	Nascimento de Alberto Coelho da Cunha.	Pelotas
1859	Frequentou sua primeira aula, com a professora Marucas Domingues.	Pelotas
1866	Mandou-se para a Capital do Império e passou a frequentar o Colégio São Salvador.	Rio de Janeiro
1867	Transferiu o estudo para o Colégio Perseverança, no centro da cidade.	Rio de Janeiro
1869	Com persistente laringite, retornou a Pelotas. Ocupou-se de guarda-livros no escritório do pai.	Pelotas
1870	Correspondia-se com adeptos da República, que residiam no Rio de Janeiro e já escrevia contos para a Revista Parthenon Literário.	Pelotas
1870/1871	Escrevia cartas e contos em defesa dos ideais republicanos, com teor de criticidade elevado a atual situação do Império e do Partido Liberal. Utilizava-se dos pseudônimos: Vitor Valipirio e Jatyr, principais periódicos de publicação era o Jornal do Comércio (coluna: Tambor Republicano) e Diário de Pelotas.	Pelotas
1873	Colaborou com o periódico “A DEMOCRACIA” que circulava em Porto Alegre, de propriedade do seu irmão Francisco Cunha. Em sua origem o jornal tinha um forte posicionamento de afronte ao império e intenso clamor republicano. Pelo cenário político posterior a fundação, Alberto se retirou do editorial.	Pelotas/ Porto Alegre

1875	Com 23 anos, assumiu a administração da Estancia Paraizo, propriedade do Pai. Permaneceu 15 anos da sua vida, se dedicando a estudos de zoologia e botânica, além da escrita literária e política.	Arroio Grande
1882	Com pouca comunicação entre a cidade de Pelotas e a Estancia Paraizo, pouco publicou durante sua estadia na propriedade familiar. Suas vindas à cidade eram escassas. Registra-se, apenas, em 1882 sua presença pelo apelo de Démetrio Ribeiro, secretário do clube Republicano de Porto Alegre, que desejava o conhecer e realizar repasses políticos.	Arroio Grande/ Pelotas
1884	Iniciou intensa atividade política na cidade. Após o Congresso do Partido Republicano realizado em 1883 tomar o direcionamento de organização definitiva na Província, sobre uma base sólida e a aprovação de seu periódico oficial "A Federação", Alberto iniciou uma agremiação com correligionários próximos, chegando à vereança do município.	Arroio Grande
1889	Em janeiro de 1889, recebeu a visita do cunhado Guilherme Echenique, acompanhado de Cassiano do Nascimento e demais amigos para lhe participar a Carta Política de Silva Jardim, publicada em dezembro de 1888.	Arroio Grande
1890	Com a república já proclamada recusou o convite de Julho de Castilho para integrar sua equipe de governo do estado. Não satisfeito, apesar da recusa, o governador nomeou Alberto procurador da Intendência de Pelotas, o qual escritor tomou posse em 10 de dezembro do corrente ano.	Arroio Grande, Porto Alegre, Pelotas
1929	Há convite do periódico "A Opinião Publica", iniciou a publicação da sua coluna "Antigualhas de Pelotas".	Pelotas
1931	Permaneceu como servidor público por 41 anos, sendo também secretário do tesouro municipal e responsável pelo setor de estatística. Aos 78	Pelotas

anos se aposentou e se dedicou exclusivamente a escrita de crônicas.

1939

Em outubro do corrente ano, pelos indícios colhidos veio a óbito devido ao acidente vascular cerebral, diagnosticado na época como *hemiplagia*. Escritor ativo publicava a segunda fase da sua coluna “Antigualhas de Pelotas”, agora como parte do editorial do jornal, não mais assinada por ele.

Fontes Documentais

Fundo Alberto Coelho da Cunha (1853-1939). Biblioteca Pública Pelotense – cx 001- 018.

Referencial Bibliográfico

Almanaque do Bicentenário de Pelotas. / Organizado por Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 2 e 3: Arte e Cultura. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA-RS Gráfica e Editora Pallotti, 2014. p. 576.

ANDRADE, Carlos Drummond de. “Uma prosa (inédita) com Carlos Drummond de Andrade”. Caros Amigos. São Paulo. n. 29, p. 12-15, ago. 1999.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX.** Pelotas: Universitária, 2001.

ARRIADA, Eduardo. **Alberto Coelho da Cunha: um resgate histórico.** Diário Popular, Pelotas, p. 12 - 12, 27 ago. 1993.

ARRIADA, Eduardo; SANTOS, Rita de Cássia Grecco . Lembranças de um homem simples: as memórias de Alberto Coelho da Cunha. In: **13º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**, 2007, Porto Alegre. Guardar para Mirar: acervos e história da educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007. v. 01. p. 01-15.

ARRIADA, Eduardo. NOTÍCIA DE ALBERTO COELHO DA CUNHA (1853-1939). In: **Almanaque do Bicentenário de Pelotas.** / Organizado por Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 3: Economia, Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA-RS / EDITORA JOÃO EDUARDO KEIBER ME, 2014.

ARRIGUCCI JR, Davi. “Fragmentos sobre a crônica”. In: **Enigma e comentário; ensaios sobre literatura e experiência.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

AVELAR, A. S. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista de História** (UFES), v. 24, p. 157-172, 2010.

BARROS, José d’Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e história. **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 16-35, 2002.

BRITTO, Natalia Daniela Soares Sá. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)** Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 2011 (Dissertação de mestrado).

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAETANO, Rosendo da Rosa. **O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular: Pelotas, 1923 – 1939**. Programa de Pós Graduação em História – UFPel: Pelotas, 2014 (dissertação).

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. (org.). **A crônica; O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos sobre teoria e história literária**. São Paulo: Ed. Nacional., 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e análise de textos”, in: _____ **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 377

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: **A crônica; O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1992.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.50. Jan/Jun/2009. p.61-101. Editora: UFPR.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. ATENAS DO SUL: RECEPÇÃO E (RE)SIGNIFICAÇÃO DO LEGADO CLÁSSICO NA ICONOGRAFIA URBANA DE PELOTAS (1860-1930). In: **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. / Organizado por Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 2: Arte e Cultura. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA-RS Gráfica e Editora Pallotti, 2014. p.: il. p. 576

CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. **Remate de Males**, Campinas, SP, v.29, n.2, jul./dez. 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CHARTIER, Roger. ‘O mundo como representação’. **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo, 5 (11), 173-91, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **A beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CRUZ JR., Dilson. **Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis**. São Paulo: Nankin, 2002.

DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando indivíduo entra a história. In: **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16.

DRUMMOND, Maria V. Duarte. Representação Urbana. **Anais dos Encontros Nacionais da Anpuh**. Rio de Janeiro, v. 9, p.1717 - 1728, 2001.

ECHENIQUE, Guilherme. **Traços Biográficos – Alberto Coelho da Cunha**. Pelotas, 1940.

GILL, Lorena Almeida. NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA DOENÇA EM PELOTAS In: **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. / Organizado por Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 3: Economia, Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA-RS / EDITORA JOÃO EDUARDO KEIBER ME, 2014.

GILL, Lorena Almeida. **Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890 – 1930**. Pelotas: Educat, 2007.

GONÇALVES, Mariana Couto. **“Se é muito o que aspiro, aos leitores, desde já, peço mil perdões por tal aspiração”**: Pelotas (re)vista a partir dos folhetins e crônicas de Bernardo Taveira Junior (1836-1892). Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2014. (Dissertação de Mestrado).

GUITERREZ, Ester; GONSALES, Célia. PELOTAS: ARQUITETURA E CIDADE. In: **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. / Organizado por Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 2: Arte e Cultura. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA-RS Gráfica e Editora Pallotti, 2014. p.: il. p. 576.

GOUVÊA, Melissa Xavier. **Mísera princesa destronada: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História PUCRS; 2015. (Dissertação de mestrado).

GRANJA, Lúcia. Machado de Assis – Escritor em formação a roda dos jornais. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLEIN, Ana Inez. **Crônica e história: a trajetória de seus encontros e desencontros e a análise da "Antigualhas..." de Antonio A. P. Coruja à luz de reflexões atuais sobre esta relação**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS; 1997 (Dissertação de mestrado.)

KLEIN, Ana Inez. Crônica, história e cotidiano. In: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo César (Org.). **Estudos de história do cotidiano**. Pelotas: Editora da UFPel, 2011. p. 229-240

LIMA, Luiz Costa. O transtorno da viagem. In: **A crônica; O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1992.

- LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe**: operários de Pelotas e Rio Grande “1888-1930”. Pelotas: Editora Universitária, 2001
- LONER, Beatriz Ana. **Jornais pelotenses diários na República Velha**. Ecos Revista, Pelotas RS, v. 2, n. 1, p. 5-34, 1998.
- LONER, Beatriz Ana, GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. In: **Estudos Ibero-Americanos**, v. 35, n. 1, p.145-162, jan./jun. 2009.
- LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (Org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **Historia e tradições da cidade de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1999
- MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Pelotas: Ed.UFPEL :1993.
- MARTINS, Priscila Rosa. Revisitando a crônica brasileira: a condição do cronista. In: **Estação Literária Londrina**, Vagão-volume 6, p. 107-114, dez. 2010.
- MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto “O homem da multidão” de Edgar Allan Poe. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários** (UEL), Londrina, V.12, jun, p. 55-65, 2008.
- MICHELON, Francisca F. **Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)**. Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre, 2001 (Tese).
- MÜLLER, Dalila. **A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928**. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2004.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: **A crônica; O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1992.
- PESAVENTO, Sandra. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Fragmentos de Cultura** (Goiânia), v. 14, n.9, p. 1595-1604, 2004a.
- PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.27, n.53, jan-jun, p. 11-23, 2007.
- PESAVENTO, Sandra. Crônica: A Leitura Sensível do Tempo. **REVISTA ANOS 90**, Porto Alegre, v. 7, p. 29-37, 1997.
- PESAVENTO, Sandra. Crônica: fronteiras da narrativa histórica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n.10, p. 61-80, 2004b.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

PESAVENTO, Sandra. **Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTELA, Eduardo. “Machado de Assis: Cronista do Rio de Janeiro”. In: **Machado de Assis: uma revisão**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis**. Campinas: Programa de pós-graduação em História, UNICAMP. 2010. (Tese de doutorado)

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. A cidade como objeto da historiografia. **SAECULUM** - Revista de História. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, n. 21, jul./dez. 2009, p. 111-122.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás. Ano 3, n.6, dez/2011.

SANTOS, C.A. **Espelhos, máscaras e vitrines. Estudo iconológico de fachadas arquitetônicas**. Pelotas, 1870 - 1930. Coleção História e Etnias, nº 4. Pelotas: EDUCAT, 2002.

SCHMIDT, B. B.. Biografia e regimes de historicidade. **Métis** (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, p. 57-72, 2003.

SILVA, Jahi Cezar da. O Rio de Janeiro nas crônicas de João do Rio: a produção literária como meio de acesso ao início do século XX da capital republicana. In: **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

SOUZA, Jéssica Oliveira de. **A análise das crônicas de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939) como fonte da história da cidade de Pelotas**. Universidade Federal de Pelotas. Departamento de História. Pelotas, RS. 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

XAVIER, Janaina Silva. **Saneamento de Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso**. Pelotas: Programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas. 2010. (Dissertação de Mestrado)